



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 97

TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 109ª SESSÃO, EM 14 DE AGOSTO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 222/89, de autoria do Senador Ruy Bacelar, que dispõe sobre a aplicação em sociedades cooperativas dos incentivos fiscais previstos no Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PFL

— Referente à indicação do Senador João Lobo, para integrar, como membro suplente, a Comissão de Código de Defesa do Consumidor.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/20, de 1989 (nº 493/89, na origem), da Prefeitura Municipal de Muriaé, solicitando retificação da Resolução nº 186, de 1983, que autorizou a elevação em Cr\$ 317.567.250,00 (trezentos e dezessete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Comparecimento da Srª Ministra do Trabalho, Drª Dorothea Werneck, à sessão plenária da Casa, com o objetivo de responder indagações sobre a instrumentalização da-quele Ministério para fazer cumprir a legislação que regula as relações capital-tra-

balho, principalmente no tocante à prevenção de acidentes de trabalho. Solicitando do Ministério da Fazenda informações relativas ao Conselho Nacional de Seguros Privados, especialmente, quanto ao seguro obrigatório denominado Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre — DPVAT.

SENADOR LEITE CHAVES — Homenagem recebida por S. Exª, em Assunção, Paraguai.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Bicentenário da cidade de Quixeramobim-CE.

SENADOR JOÃO LOBO — Situação político-social e econômica do Estado do Piauí.

1.2.5 — Requerimentos

— Nº 409/89, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando o comparecimento perante ao Plenário da Casa, da Ministra do Trabalho Dorothea Werneck, a fim de responder às indagações que mencionou.

— Nº 410/89, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando ao Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, informações relativas ao Conselho Nacional de Seguros Privados, órgão vinculado àquele Ministério.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 1984 (nº 2.065/79, na Casa de origem) que altera o art. 50 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de

janeiro de 1984. *Declarado prejudicado.* Ao Arquivo.

Projeto de Lei da Câmara nº 199, de 1984 (nº 1.718/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a contribuição para a Previdência Social de servidor público sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sobre a fixação do valor dos benefícios. *Declarado prejudicado.* Ao Arquivo.

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, com vistas a determinar a participação de aposentados e representantes de APAE nos órgãos de administração previdenciária que especifica. *Declarado prejudicado.* Ao Arquivo.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR DIRCELI CARNEIRO — Baixo investimento pelo Brasil na área de tecnologia. Instalação do Sistema de televisão do Senado Federal. Maior entendimento entre os Poderes Legislativo e Executivo.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 6/89-CN, dispondo sobre suplementação de recursos ao Governo Federal. Desvio de recursos do Projeto Nordeste (Projeto Padre Cícero e Programa de Apoio aos Pequenos Produtores do Nordeste-PAPP).

SENADOR MARCO MACIEL — Instalação da comissão constitucional para comemoração do centenário da República.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA — Preservação, recuperação e utilização racional dos rios brasileiros. Projeto de hidroviária para os rios Tocantins e Araguaia.

SENADOR MÁRIO MAIA — Presença do PDT às comemorações do 10º aniversário da Revolução Sandinista.

SENADOR JOSÉ FOGAÇA, como Líder — Processo de aviltamento e deformação que vem ocorrendo na campanha para a Presidência da República. Estabilidade democrática e institucional para assegurar melhoria efetiva nos níveis de prosperidade e desenvolvimento do País.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Falecimento do radialista Nelson Souza. Transcrição dos artigos intitulados "A cidade do riso não rimais" e "Palmas para Nelson Souza", publicados respectivamente no "Jornal de Sergipe" e "O que".

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Senador José Ignácio Ferreira, pronunciado na sessão de 14-6-89.

— Do Senador Jamil Haddad, pronunciado na sessão de 9-8-89.

— Do Senador Edison Lobão, pronunciado na sessão de 9-8-89.

3 — CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

— Ato do Presidente do Conselho de Supervisão nº 1/89.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 109ª Sessão, em 14 de agosto de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Pompeu de Sousa e Nabor Júnior

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Nabor Júnior — João Menezes — Almir Gabriel — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Mauro Benevides — Marcondes Gadelha — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — João Calmon — Roman Tito — Severo Gomes — Pompeu de Sousa — Mendes Canale — Wilson Martins — Leite Chaves — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 222, DE 1989

Dispõe sobre a aplicação em sociedades cooperativas dos incentivos fiscais previstos no Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os recursos dos Fundos de Investimentos, criados pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, além das formas previstas em seu artigo 4º, serão aplicados em sociedades cooperativas.

Art. 2º As aplicações serão feitas sob a forma de investimento em fundo específico da cooperativa.

Parágrafo único. Somente poderão candidatar-se aos referidos recursos as coopera-

tivas com mais de 2 (dois) anos de funcionamento.

Art. 3º As cooperativas emitirão Certificados de Participação em Fundos de Cooperativas (CPFC), correspondentes aos recursos aplicados pelos Fundos de Investimento Regionais ou Setoriais, cujo valor unitário será igual ao da quota-parte de capital da Cooperativa.

Parágrafo único. Os Certificados de Participação em Fundos de Cooperativas (CPFC) terão idêntico tratamento, no que concerne à sua remuneração, àquele atribuído às quotas-partes de capital dos associados.

Art. 4º Do montante das aplicações feitas pelos Fundos de Investimentos Regionais ou Setoriais, não comprometidas na forma do art. 18 do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, pelo menos 5% (cinco por cento) serão reservados às cooperativas, vedada sua utilização por outras sociedades.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo, eventualmente não aplicados, po-

derão ser utilizados na subscrição de quotas de outros fundos, mantida sua reserva para projetos de cooperativas.

Art. 5º O poder executivo regulamentará a presente lei no período de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo possibilitar a aplicação dos recursos provenientes do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), instituídos pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 1974, em sociedades cooperativas.

A criação dos fundos de investimentos obedeceu aos propósitos de promover a redução das desigualdades regionais e favorecer a expansão de setores considerados fundamentais. Nos últimos 15 anos o sistema de incentivos fiscais atraiu montantes consideráveis de recursos que foram repassados a empresas das regiões e setores favorecidos.

As cooperativas, contudo, foram, desde o início, aliadas do processo. A forma de aplicação dos recursos dos Fundos, pelo disposto no artigo 4º do referido Decreto-Lei, é restrita à subscrição de ações e, nos casos de empreendimentos florestais, à participação societária não acionária em projetos de pluriparticipação. As cooperativas, como é sabido, constituem sociedades, sem fins lucrativos: voltados à prestação de serviços a seus associados. Seu capital é constituído por quotas-partes subscritas pelos associados que irão fazer uso dos serviços produzidos pela sociedade. A estrutura jurídica da cooperativa, portanto, a inabilita como possível beneficiária das aplicações dos fundos.

Por outro lado, a constante canalização de montantes avultados de recursos a custo nulo a empresas privadas do Norte e Nordeste teve por consequência a criação de barreiras praticamente intransponíveis à entrada das cooperativas no setor agro-industrial dessas regiões. Vedado o acesso aos fundos, restava às cooperativas, para a formação do capital necessário, o recurso ao endividamento. E, evidentemente, o capital remunerado a juros tem poucas condições de concorrer com o de risco, cuja remuneração é o lucro, se e quando houver. A exclusão das cooperativas de beneficiários dos fundos bloqueia, por conseguinte, a expansão do cooperativismo agropecuário no seu rumo natural; da comercialização simples ao beneficiamento e à transformação industrial de sua produção.

Contudo, é notório que os benefícios sociais de incentivos desse tipo multiplicar-se-iam com a participação das cooperativas. Teríamos, de início, a expansão expressiva do universo de beneficiários diretos, visto que cooperativas não são mais que aglomerados de produtores. Além disso, seriam atingidos os pequenos produtores rurais, parcela significativa da população trabalhadora, excluída hoje do incentivo à produção que a política creditícia

agrícola representou por muitos anos. Finalmente, não há dúvida de que a população consumidora, de modo geral, seria contemplada com preços menores, decorrentes, no mínimo, da entrada no mercado de novas unidades de produção agroindustrial.

Essas considerações conduzem-nos à pergunta inevitável: se o Poder Público abdicou, nos últimos quinze anos, de receitas que lhes eram devidas para carrear recursos a empresas privadas do Norte e Nordeste, por que não o faz em benefício das cooperativas das mesmas regiões?

O óbice apresentado — a inexistência de frações do capital cooperativo na forma de ações — parece-nos de fácil superação. A legislação faculta às cooperativas a formação dos fundos que desejarem. Propomos, por conseguinte, que a aplicação dos recursos dê-se mediante aquisição de certificados de participação em fundo criado pela cooperativa especialmente para essa finalidade. Os certificados de valor igual ao das quotas-partes do capital seriam remunerados da mesma forma que o capital dos associados, até o máximo de 12% ao ano, e não confeririam a seus proprietários poder de votos, que continuaria unitário — independente da quantidade de capital subscrito — e restrito ao cooperado. Dessas maneira, preservam-se os princípios cooperativistas e rompe-se a discriminação vigente contra o sistema.

Propomos, ainda, a reserva de 5% do total de recursos para o sistema cooperativista: A potencialização dos benefícios do incentivo, permitida pela entrada das cooperativas, justifica, a nosso ver, esse limite mínimo. Consideramos, ainda, medida de prudência exigir dois anos de funcionamento regular às cooperativas que desejarem candidatar-se às aplicações. Restringem-se, dessa maneira, eventuais tentativas de fundação de sociedades cooperativas fantasmas, com o único fito de absorver as vantagens dos Fundos.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1989. — Senador Rui Bacelar.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.376
DE 12 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a Legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais, e dá outras providências.

O Presidente da República,
No uso de atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,
Decreta:

Art. 1º As parcelas dedutíveis do Imposto sobre a Renda devido pelas pessoas jurídicas, relativas a incentivos fiscais e às destinadas a aplicações específicas, serão recolhidas e aplicadas de acordo com as disposições deste decreto-lei.

Parágrafo único. As parcelas referidas neste artigo são as de que tratam:

a) o artigo 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterado pelo artigo 18 da Lei

nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (Sudene);

b) o artigo 1º, alínea b do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969 (Sudam);

c) o artigo 81 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.217, de 9 de maio de 1972 (Sudepe);

d) o artigo 1º do Decret-Lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970, com a alteração introduzida pelo artigo 4º do Decreto-Lei nº 1.307, de 16 de janeiro de 1974 (IBDF);

e) o artigo 4º do Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971 (Embratur);

f) o artigo 7º do Decreto-Lei nº 770, de 19 de agosto de 1969 (Embraer);

g) o artigo 4º, § 1º, do Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, revogado pelo Decreto-Lei nº 1.345, de 19 de setembro de 1974 (Geres);

h) os artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970, revogados pelo Decreto-Lei nº 1.274, de 30 de maio de 1973 (Mobral).

Art. 2º Ficam instituídos o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset); administrados e operadores nos termos definidos neste decreto-lei.

Parágrafo único. O Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) compreende três contas, com escriturações distintas, para os setores de turismo, pesca e reflorestamento.

Art. 3º Constituem recursos dos Fundos de Investimentos, de que trata o artigo anterior:

I — os provenientes dos incentivos fiscais, a que aludem as alíneas a e e do parágrafo único do artigo 1º;

II — subscrições, pela União Federal, de quotas inconvertíveis em ações.

III — subscrições voluntárias por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado;

IV — eventuais resultados de aplicações dos recursos previstos neste artigo;

V — outros recursos previstos em lei.

Parágrafo único. O incentivo fiscal que trata a alínea i do artigo 2º do Decreto-Lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974, inclui também a subscrição voluntária pelas pessoas físicas, de quotas do Finam e do Finor.

Art. 4º Os recursos dos fundos de investimentos criados por este Decreto-Lei serão aplicados sob a forma de subscrição de ações, e de participação societária de que trata o artigo 1º, § 1º, inciso II, do Decreto-Lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970, em empresas que tenham sido consideradas aptas para receber incentivos fiscais pelas agências de desenvolvimento regional ou setorial.

§ 1º O Poder Executivo poderá determinar a subscrição de quotas de um fundo por outro.

§ 2º Os títulos representativos da aplicação de recursos dos fundos na forma deste Decreto-Lei serão custodiados nos respectivos bancos operadores.

§ 3º Excepcionalmente o Poder Executivo poderá autorizar a aplicação de recursos dos fundos de investimento em debêntures conversíveis ou não em ações.

Art. 5º O Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) será operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), sob a supervisão da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Art. 6º O Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) será operado pelo Banco da Amazônia S.A. (Basa), sob a supervisão da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Art. 7º O Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), terá as suas contas operadas pelo Banco do Brasil S.A., sob a supervisão, respectivamente, da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Art. 8º Caberá às agências de desenvolvimento regional ou setorial definir prioridades, analisar e aprovar projetos para aplicação dos incentivos fiscais, acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como autorizar a liberação, pelos bancos operadores, dos recursos atribuídos aos projetos, observado o disposto no artigo 4º deste Decreto-Lei.

§ 1º No documento de aprovação dos projetos, as agências de desenvolvimento regional ou setorial indicarão aos respectivos bancos operadores dos Fundos de Investimentos os montantes aprovados em favor da pessoa jurídica interessada, mediante subscrição prévia de títulos de capital da beneficiária, de valor nominal correspondente a cada liberação, títulos esses que permanecerão indisponíveis até que sejam permutados na forma prevista neste Decreto-Lei, ou recebimento de debêntures, conversíveis ou não em ações.

§ 2º As ações subscritas na forma deste artigo poderão ser da modalidade ordinária ou preferencial, neste último caso com cláusula de participação integral nos resultados, não sendo admitida nenhuma forma complementar de qualificação dessas ações.

§ 3º Dentro das respectivas áreas de atuação, a Sudene e Sudam envidarão esforços especiais no sentido de assegurar a adequada participação das Unidades da Federação, menos desenvolvidas, nos incentivos fiscais.

Art. 9º A Sudepe e o BNB, a Sudam e o Basa, em suas áreas de atuação, manterão Grupos Permanentes de Trabalho, constituídos de dois representantes de cada entidade, com o objetivo de compatibilizar os programas de ação conjunta e os esquemas de fontes de recursos financeiros destinados aos projetos a serem financiados pelos fundos respectivos.

§ 1º Caberá ao Ministro do Interior aprovar as medidas necessárias ao funcionamento dos Grupos de Trabalho do que trata o caput deste artigo.

§ 2º Os Ministros da Agricultura e da Indústria e do Comércio providenciarão a constituição de Grupos Permanentes de Trabalho de caráter semelhante, dos quais participem

representantes das agências de desenvolvimento setorial e do Banco do Brasil S.A.

Art. 10. Caberá ao Conselho de Desenvolvimento Econômico propor as bases da política geral de aplicação dos recursos a que se refere o artigo 11, fixando diretrizes e prioridades segundo a orientação geral definida nos planos nacionais de desenvolvimento.

§ 1º A partir do exercício financeiro de 1975, os Ministérios a que se subordinam as agências de desenvolvimento deverão apresentar ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, até o dia 30 de novembro de cada ano, os orçamentos de comprometimento, para o exercício seguinte e os subsequentes, dos recursos de que trata o artigo 3º em função dos quais serão efetivadas as aprovações dos projetos de investimento. Os orçamentos relativos ao exercício financeiro de 1975 deverão se apresentados até 31 de janeiro.

§ 2º Com o objetivo de acompanhar a execução dos orçamentos a que se refere o parágrafo anterior e a evolução dos programas aprovados, o CDE proporá a fixação da data em que, a cada ano, as agências de desenvolvimento e os bancos operadores dos fundos lhe enviarão, através dos respectivos Ministérios, relatórios detalhados de suas atividades.

Art. 11. A partir do exercício financeiro de 1975, inclusive, a pessoa jurídica, mediante indicação em sua declaração de rendimentos, poderá optar pela aplicação, com base no parágrafo único do artigo 1º, das seguintes parcelas do imposto de renda devido:

I — Até 50% (cinquenta por cento), nos Fundos de Investimentos do Nordeste ou da Amazônia, em Projetos considerados de interesse para o desenvolvimento econômico dessas duas regiões pelas respectivas Superintendências, inclusive os relacionados com turismo, pesca, florestamento e reflorestamento localizados nessas áreas;

II — Até 8% (oito por cento), no Fundo de Investimento Setorial — Turismo, com vistas aos projetos de turismo aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo;

III — Até 25% (vinte e cinco por cento), no Fundo de Investimento Setorial — Pesca, com vistas aos projetos de pesca aprovados pela Sudepe.

IV — Até os percentuais abaixo enumerados, no Fundo de Investimento Setorial — Florestamento e Reflorestamento, com vista aos projetos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo IBDF:

Ano-base de 1974 — 45% (quarenta e cinco por cento);

Ano-base de 1975 — 40% (quarenta por cento);

Ano-base de 1976 — 35% (trinta e cinco por cento);

Ano-base de 1977 — 30% (trinta por cento); Ano-base de 1978 e seguintes — 25% (vinte e cinco por cento).

V — Até 33% (trinta e três por cento), no Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, na forma a ser prescrita em regulamento, tratando-se de contribuinte localizado no referido Estado;

VI — Até 1% (um por cento), ações novas da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — Embraer;

VII — Até 1% (um por cento), em projetos específicos de alfabetização da Fundação Mo-
bral, ou o valor mínimo de 1% (um por cento) e máximo de 2% (dois por cento) que corresponde às quantias já doadas à Fundação Mo-
bral no ano-base.

§ 1º A aprovação dos projetos de pesca, turismo e florestamento ou reflorestamento, localizados no Nordeste e na Amazônia, bem como a autorização para a liberação dos recursos atribuídos aos mesmos, pelos Bancos operadores, cabe aos respectivos órgãos setoriais, na forma definida pela legislação específica vigente, devendo a Sudene e a Sudam firmar convênios com a Sudepe, Embratur e IBDF, objetivando harmonizar a orientação básica da ação setorial nas respectivas regiões.

§ 2º Excetua-se da permissão referida no caput deste artigo as empresas concessionárias de serviços público de energia elétrica e telecomunicações, durante o período em que lhe seja aplicável a alíquota fixada no artigo 3º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e no artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.330, de 31 de maio de 1974, e as empresas de que trata o Decreto-Lei nº 1.350, de 24 de outubro de 1974.

§ 3º As aplicações previstas nos incisos I a V deste artigo, cumulativamente com a do § 3º do artigo 1º da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, para cujo cálculo serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), não poderão exceder, isolada ou conjuntamente, em cada exercício, a 50% (cinquenta por cento) do valor total do imposto de renda devido pela pessoa jurídica interessada.

§ 4º São mantidos os prazos de vigência estabelecidos na legislação específica para as aplicações previstas neste artigo.

Art. 12. Ficam mantidos os percentuais fixados pelos Decretos-Leis nºs 1.106, de 16 de junho de 1970, e 1.179, de 6 de julho de 1971, destinados, respectivamente, ao Programa de Integração Nacional — PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste — Proterra.

Art. 13. A partir do exercício financeiro de 1975, inclusive, as parcelas do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas, incluindo as opções para incentivos fiscais e contribuições para o PIN e o Proterra, e com a exclusão das devidas ao Programa de Integração Social — PIS, das quantias já doadas ao Mo-
bral no ano-base, e das aplicações efetuadas nos termos do § 3º do artigo 1º da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, serão recolhidas de forma integral, através de documento único de arrecadação.

Art. 14. O Banco do Brasil S.A. promoverá o crédito à conta do Tesouro Nacional, como Receita da União, de 46% (quarenta e seis por cento) do montante arrecadado, na forma do artigo anterior, e o crédito, em conta especial, para incentivos fiscais e para o PIN e o Proterra, dos 54% (cinquenta e qua-

tro por cento) remanescentes, transferindo quinzenalmente esses recursos, mediante aplicação dos percentuais fixados pelo Ministro da Fazenda, aos Fundos de Investimentos, junto aos bancos operadores, e à Embraer, ao Geres, ao Mobral, ao PIN e ao Proterra.

§ 1º O Ministro da Fazenda fixará, em caráter provisório, antes do início do exercício financeiro, os percentuais aludidos neste artigo, que serão ajustados à medida em que foram disponíveis os dados referentes às opções para incentivos fiscais e ao efetivo recolhimento das parcelas correspondentes.

§ 2º O Banco do Brasil, com base nos percentuais a que se refere o parágrafo anterior, promoverá o reajustamento dos valores repassados e a repassar, devendo reverter como receita aos cofres da União o que for excedente.

§ 3º As parcelas relativas aos recolhimentos efetuados dentro do exercício a que correspondam, porém fora dos prazos legais, serão repassadas aos respectivos fundos.

§ 4º As parcelas do Imposto de Renda das pessoas jurídicas recolhidas fora do exercício financeiro correspondente serão levadas, integralmente, à conta do Tesouro Nacional como Receita da União.

Art. 15. A Secretaria da Receita Federal, com base nas opções exercidas pelos contribuintes e no controle dos recolhimentos expedirá, para cada exercício, nominalmente e numerados em ordem de sequência, em favor da pessoa jurídica optante, certificados de aplicação, nominativos e intransferíveis, nos fundos referidos neste decreto-lei e na Embraer.

§ 1º Os certificados de que trata este artigo serão emitidos, exclusivamente, com base nas parcelas de Imposto de Renda recolhidas dentro do exercício, e deverão ser trocadas, no prazo máximo de 1 (hum) ano, a contar da data de sua emissão, por quotas dos referidos Fundos.

§ 2º O valor relativo aos certificados não convertidos no prazo previsto pelo parágrafo anterior acrescerá ao valor do Fundo correspondente.

§ 3º As quotas previstas no parágrafo 1º, que serão nominativas e endossáveis, terão suas cotações realizadas diariamente pelos bancos operadores.

§ 4º Os certificados de aplicação na Embraer se constituirão, desde a data em que forem expedidos, no documento hábil para subscrição de ações da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

§ 5º As quotas de que trata o parágrafo 1º deste artigo terão validade para fins de caução junto aos órgãos públicos federais, da administração direta ou indireta.

Art. 16. Para efeito de avaliação as ações integrantes da carteira dos Fundos de que trata o presente decreto-lei serão computadas pelo valor da cotação média do último dia em que foram negociadas em Bolsa; as ações não cotadas em Bolsa, pelo valor patrimonial, com base no último balanço da empresa, se inferior ao nominal, e pelo valor nominal, se inferior ao valor patrimonial.

Parágrafo único. Ações novas, enquanto não cotadas em Bolsa de Valores, durante o período de lançamento máximo de 6 (seis) meses, poderão ser computadas pelo valor de subscrição.

Art. 17. As quotas emitidas na forma do parágrafo 1º do artigo 15 poderão ser convertidas, à escolha do investidor, em títulos pertencentes aos fundos, de acordo com as respectivas cotações.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional fixará as condições e os mecanismos de conversão de que trata esse artigo.

Art. 18. As agências de desenvolvimento regional e setorial e as entidades operadoras dos fundos assegurarão às pessoas jurídicas, ou grupo de empresas coligadas que, isolada ou conjuntamente, detenham pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade titular do projeto beneficiário do incentivo, a aplicação nesse projeto de recursos equivalentes aos valores dos certificados de aplicação de propriedade dessas pessoas jurídicas obedecido o limite de incentivos fiscais aprovado para o projeto.

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, os bancos operadores anteciparão, em negociação direta a permuta dos títulos pelos certificados de aplicação, pelos respectivos valores nominais.

§ 2º Nos casos de participação conjunta, será obedecido o limite mínimo de 5% (cinco por cento) de capital votante para cada pessoa jurídica acionista ou grupo de empresas coligadas.

§ 3º Consideram-se empresas coligadas, para fins deste artigo, aquelas cuja maioria do capital votante seja controlada, direta ou indiretamente, por uma mesma pessoa física ou jurídica, compreendida também esta última como integrante do grupo.

§ 4º Exclusivamente quanto ao exercício de 1975, será garantida às pessoas jurídicas detentoras de certificados de valor nominal superior a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e que não participem de projeto próprio, a aplicação do montante que exceder essa quantia, em projeto no qual já tenham feito aplicação de recursos de incentivos fiscais no decorrer do exercício de 1974.

Art. 19. Os títulos adquiridos na forma dos artigos 17 e 18 serão nominativos e intransferíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Art. 20. Será deduzida quantia correspondente a 3% (três por cento) do valor de cada liberação de recursos pelo fundo, a ser dividida, em partes iguais, entre agências de desenvolvimento e a entidade operadora, para remuneração dos serviços de administração e operação do fundo respectivo e para custeio de atividades de pesquisa e promoção relacionadas com as regiões e setores beneficiados com os incentivos.

Parágrafo único. A dedução referida neste artigo será limitada a 1% (um por cento) nos casos de aplicações efetuadas na forma do artigo 18.

Art. 21. Permanecem em vigor as atuais disposições relativas às funções e prerrogativas dos órgãos criados por lei, aos quais te-

nha sido atribuída a execução de programas regionais ou setoriais de desenvolvimento econômico, especialmente as referentes a aprovação e controle da execução de projetos, dentro de suas áreas ou setores específicos de atuação.

Art. 22. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB, o Banco da Amazônia S.A. — Basa e o Banco do Brasil S.A. serão os agentes financeiros dos órgãos de desenvolvimento regional e setorial para a gestão financeira de todas as medidas relacionadas com os Fundos de Investimentos Regionais e Setoriais.

Art. 23. As entidades operadoras dos fundos criados por este Decreto-Lei exercerão todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras, inclusive o de demandar e ser demandado e o de representação dos quotistas em Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias.

Art. 24. Fica assegurado às pessoas jurídicas que efetivarem depósitos até o exercício de 1974, inclusive o direito de aplicação dos recursos, nos prazos e condições estabelecidos, de acordo com a sistemática em vigor anteriormente a este Decreto-Lei.

Art. 25. A inclusão, no sistema instituído pelo presente Decreto-Lei, dos projetos já aprovados pelas agências de desenvolvimento dependerá da comprovação de que a empresa titular vem cumprindo as normas estabelecidas para execução dos respectivos empreendimentos.

Art. 26. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de dezembro de 1974; 153º da Independência e 86º da República. — **ERNES-TO GEISEL** — *Mário Henrique Simonsen* — *Alysson Paulinelli* — *Sereno Fagundes Gomes* — *João Paulo dos Reis Velloso* — *Maurício Rangel Reis*.

(*À Comissão de Assuntos Econômicos-competência terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Of. GL. PFL-164/89

Brasília, 8 de agosto de 1989

Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir a V. Exª para indicar o nome do ilustre Senador João Lobo, do Partido da Frente Liberal — PFL, que irá compor, como Membro Suplente, a Comissão de Código de Defesa do Consumidor.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente, — Senador *Marcondes Gadelha*, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Presidência recebeu, da Prefeitura Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, o Ofício

nº S/20, de 1989 (nº 493/89, na origem), solicitando retificação da Resolução nº 186, de 1983, que autorizou a Prefeitura Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 317.567.250,00 (trezentos e dezessete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho, talvez, chegado a abusar desta tribuna para condenar, sempre com veemência, o nível de violência vivido pelo País.

A violência, como tenho dito, não se expressa pelo número de vítimas, mas é o império da coerção física e psicossocial. É a essência de um reinado de anarquia, onde inexistente a lei e se desconhece a punição.

Quando essa situação se apresenta num grupo humano desorganizado, o Estado irá erigir-se justamente como solução, sobre um número de consenso para legitimar a inevitável coerção que ordenará o caos e estabelecerá a lei.

Mas quando o Estado já existe, realimentando a violência com os instrumentos que a sociedade criou exatamente para eliminá-la, então estamos diante de uma situação inédita, criada pela História, capaz de jogar-nos em situações inimagináveis de degradação humana.

O totalitarismo imaginado por Orwell não é senão um destes casos em que o Estado ideologizado estreita sua base de sustentação social, transformando-se numa máquina infernal de violência política. Converte-se num fim em si mesmo e autojustificado.

Em outros casos, e não estamos distante de visualizá-lo, o Estado mantém sua fachada liberal-democrática, mas se transforma num mero instrumento de interesses econômicos, muitas vezes articulados com o crime organizado e a contravenção. Nestes casos, o destino do Estado é transformar-se numa máquina infernal de corrupção, forma perversa de totalitarismo. Temo, às vezes, que o nosso sofrido continente latino-americano acabe vacilando entre um e outra forma de distorção, numa eterna armadilha entre os limites do que metaforicamente se poderia chamar de "esquerda" ou "direita", sem que isso conduza nem a democracia, nem ao desenvolvimento, nem muito menos à redução da violência aos limites impostos pela lei.

Detenho-me, mais uma vez, sobre a questão da violência, porque me assombram os indicadores trazidos a público pela imprensa sobre acidentes de trabalho e acidentes de trânsito.

Afirma o Dr. Antônio Alves de Souza, Secretário de Segurança e Medicina do Trabalho, que o País vive, "em termos de relações capital-trabalho, situações típicas da Idade Média,

com um milhão de acidentes de trabalho por ano" e que o Ministério simplesmente não possui fiscais em número suficiente para garantir a vigilância sobre a legislação existente. Registra, ademais, o referido Secretário, que o Ministério do Trabalho não dispõe mais do que NCz\$ 24 milhões para a segurança e medicina do trabalho, verba insuficiente para treinar, preparar o corpo técnico, fiscalizar e orientar a força de trabalho para a gravidade do assunto. Indago-me, apenas: por que os vultuosos recursos assegurados pela Constituição ao Senac, Sesc, Senai e Sesi não são parcialmente alocados para a questão da segurança do trabalho? Como pode, aliás, o Ministério do Trabalho, órgão fundamental do Poder Executivo para implementar e fiscalizar um dos corpos mais avançados de regulação das relações capital-trabalho no mundo; começando pela Constituição recém-aprovada, ficar tão desprovido de meios técnicos, financeiros e institucionais? Como reverter esta situação de forma a que a letra da lei seja rigorosamente observada e convertida em políticas públicas a serviço da população?

Para responder a estas indagações, estou submetendo a este Plenário, nos termos da Constituição e do Regimento Interno do Senado, a convocação da Exmª Dorotheia Werneck, Ministra do Trabalho, a fim de que pessoalmente nos confirme não apenas os números da violência no processo de trabalho, mas as carências de sua Pasta.

Aproveito, também, para encaminhar um requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, Economista Mailson da Nobrega, a quem se vincula o Conselho Nacional de Seguros Privados, sobre a aplicação da Lei nº 6.194/74, que regulamentou o seguro de responsabilidade civil contra terceiros, o chamado Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, hoje cobrado junto com a Taxa Rodoviária Única (TRU). Isto porque, à violência do processo de trabalho, se soma a violência no trânsito, fazendo milhares de trabalhadores a caminho dos seus locais de trabalho vítimas de mais esta agressão por terem nascido num País chamado Brasil. E faço este requerimento porque me surpreende, sempre, que as autoridades afirmem que não há recursos a sua disposição para resolver os problemas que a elas estão afetos. Sequer para estudá-los...

Não obstante, o cidadão brasileiro paga. É um dos cidadãos que mais paga no mundo ao Estado, que supostamente dever-lhe-ia dar aposentadoria justa por conta da cota de previdência descontada de seu salário, ao longo de 35 anos; educação básica, por conta do salário-educação sobreposto ao preço dos produtos à razão de 2,5% da folha de salários, hoje da ordem de US\$ 100 bilhões; treinamento e segurança no trabalho por conta das contribuições, também acrescidas aos preços dos produtos, ao Sesc, Senac, Sesi, Senai e Senar; indenização em acidentes de trânsito, por conta do seguro pago pelos proprietários de carros. Para não falar na contrapartida dos impostos...

Mas, decididamente, nunca há recursos. O que está acontecendo? O nível de renda do País é muito baixo para suas necessidades? O nível de arrecadação é muito baixo? As atividades-meio estão consumindo os recursos concebidos para fins específicos? É de se prever, então, que daqui a pouco o Selo-Pedágio também terá sido devorado pela máquina burocrática sem qualquer solução para o grave problema da falta de conservação das estradas. Neste caso, de nada adianta criar mais e mais taxas e impostos, porque o sumidouro do Estado, do déficit público ou o que for, tudo consome.

Desejo, pois, saber qual o destino do produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única (TRU) e, sobretudo, do prêmio do Seguro Responsabilidade Civil — DPVAT —, vez que os hospitais municipais de pronto socorro, que cuidam dos acidentados, continuam desprovidos de meios e equipamentos, as vítimas e suas famílias desamparadas, os assassinos condutores soltos e o problema da segurança do trânsito reduzido à legislação do "cinto de segurança".

O Sr. Dirceu Carneiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo o prazer, Senador Dirceu Carneiro.

O Sr. Dirceu Carneiro — Nobre Senador Jutahy Magalhães, sobre a questão da violência, de um modo geral, que V. Exª tão bem está tratando neste momento, abordando os diversos aspectos, especialmente aqueles que são mais viáveis de serem atacados e controlados, gostaríamos de considerar que uma das questões que é um foco gerador imenso da violência instalada na sociedade brasileira é a grande diferença social. Esse dualismo de duas sociedades andando pela mesma calçada: uma, ao nível das mais desenvolvidas do Mundo, bem dotada, bem criada, que mora bem, que tem rendimentos altos, que participa de todo o conforto que a Humanidade já conquistou até agora; ao lado, outra sociedade, aquela dos que não têm acesso a esse nível de vida, que não têm acesso sequer às informações, que não frequentaram escola, que não tiveram oportunidade de ter um emprego melhor remunerado e são quase que marginais da sociedade. Neste aspecto, estaria, talvez, um dos maiores focos da violência instalada no Brasil, ao lado, evidentemente, de um aparelho legal ineficiente. Verificamos que um conjunto enorme de leis precisam ser atualizadas, precisam ser estabelecidas novas penalidades adequadas ao nosso tempo, visto que temos leis que estão inteiramente superadas no que diz respeito às penalidades, e outras sequer têm penalidades para punir um conjunto de desvios da sociedade. Também não basta que tenhamos as leis; é preciso que elas sejam respeitadas, é necessário que elas sejam cumpridas. De modo que estamos diante de um conjunto muito grande de desafios, entre eles aquele que é o do próprio Estado, que deveria ser fiador de um comportamento, da defesa dos cidadãos agredidos e de um equilíbrio de convivência na sociedade que

também está em crise. Na realidade, estamos enfrentando este final de século com enormes desafios, talvez, além das providências sugeridas por V. Ex.^a, inclusive chamando os Ministros, debatendo aqui, no Senado Federal, divulgando à sociedade todas essas questões que devem ser enfrentadas, encontremos alguma resposta pelos processos eleitorais, escolhendo autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei, autoridades competentes para desenvolver um trabalho do ponto de vista do setor público, fazendo com que estas Casas do Poder Legislativo, particularmente esta à que pertencemos, sejam eficientes na elaboração das leis complementares à Constituição, da sua própria modernização, para responder adequadamente aos desafios da sociedade. Temos, realmente, para responder, quem sabe, à questão da violência em nosso País, um desafio imenso a enfrentar. Todas as vezes que esse tema for tratado no plenário, vale a pena discuti-lo, vale a pena nele nos aprofundarmos, para que aquilo que é mais prioritário em todo esse universo seja apontado, seja seguido, seja conhecido da sociedade, pelo menos o ponto de vista e as possibilidades que cada uma dessas prioridades terá. Eram estas algumas das considerações que queríamos fazer em relação a tema, tão abrangente, tão importante para ser discutido, que V. Ex.^a levanta nesta tarde.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex.^a esse substancioso aparte, que vem enriquecer em muito o meu pronunciamento.

V. Ex.^a trata a questão sob outros ângulos até, talvez, mais importantes do que aqueles dois aos quais dou prioridade no dia de hoje: a violência do trânsito e a violência relacionada aos acidentes de trabalho. Inicialmente, estou preocupado com esses dois aspectos, porque temos, no Brasil, a média de 1 milhão de acidentes de trabalho anualmente. Fiquei preocupado quando vi setores do próprio Ministério do Trabalho declararem que não tinham a menor condição de atender a essas preocupações, que devem ser de todos nós, pelo prejuízo que causam à economia e, também, pelo aspecto da violência que atinge diretamente o trabalhador, por falta de preparo, por falta de condições adequadas de trabalho.

A outra violência diz respeito ao trânsito: outro aspecto que me chamou a atenção é este pagamento que fazemos do seguro; na maioria das vezes, as famílias das vítimas não têm conhecimento de que têm direito de receber uma quantia, não muito grande, desse seguro, pago por todos proprietários de veículos. Daí a minha preocupação de ouvir o Ministro da Fazenda, através de um requerimento de informações, a respeito deste assunto.

V. Ex.^a trata da questão num nível social mais amplo. Hoje mesmo tive a preocupação de colher informações para um pronunciamento que no futuro pretendo fazer a respeito de menores abandonados. No meu Estado, a Bahia, a Funabem tem dados de que a fameb atende a 400 internos, em Salvador, e, através de outros programas, atende a 61 mil menores abandonados, que representam apenas 5%

do número total em nosso Estado. Cerca de 400 mil menores abandonados não têm nem nome, não sabem nem o próprio nome. Não é não ter registro, pois, neste caso, o número é muito maior. Cerca de 400 mil menores chegam perante o juiz e não sabem nem qual o seu nome, pois saíram de casa muito cedo e não se lembram nem do próprio nome. O menor que não sabe o seu nome não tem família e é considerado um indivíduo de alto risco para a sociedade, pela violência que se vai instituir no futuro.

V. Ex.^a fala no problema da justiça. No momento em que tivermos uma justiça mais rápida, em que as leis sejam realmente cumpridas, que as penalidades sejam impostas para evitar essa impunidade geral e esse despropósito que existe no Brasil — ninguém mais acredita em nada, porque a impunidade é uma constante em nossa sociedade, quando a lei for cumprida e suas penas aplicadas, talvez tenhamos menos violência. Outros ângulos, como V. Ex.^a bem disse, têm que ser tratados aqui, diariamente, a respeito dessa questão da violência no Brasil e no Mundo, mais especificamente no Brasil, e para nós, muito particularmente, na Bahia e no Nordeste.

Agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador Dirceu Carneiro, o aparte.

Sr. Presidente, certo de que este Plenário saberá fazer uma breve pausa, em suas reflexões, sobre a grave crise nacional, para tratar de um assunto que, embora menor, mutila milhões de brasileiros, anualmente, em proporções comparáveis a uma verdadeira guerra, só que travada nos ardis do tráfico e nos lapsos de suas máquinas de trabalho, agradeço o encaminhamento do requerimento de informações anexo, bem como a convocação da Ministra do Trabalho, após a aprovação deste Plenário.

Sr. Presidente, antes de encerrar meu pronunciamento de hoje, desejava tratar de outro assunto. Li, no *Correio Braziliense*, nos últimos dias, nestes dias de trabalho após o retorno do recesso de julho, que, no Plenário do Senado, havíamos aprovado apenas um projeto. É justo que fique consignado que esse jornal abriu espaço para a divulgação de parte dos nossos trabalhos diários, que não é comum, infelizmente.

Os nossos companheiros de trabalho, jornalista, que dão atenção a este Plenário, que acompanham diariamente os nossos trabalhos — como prova, aí, a tribuna da imprensa, em que estão presentes para acompanhar os trabalhos diários desta Casa — equivocaram-se na informação. Houve um equívoco, que desejo retificar, apenas como contribuição ao autor da nota. O atual Regimento Interno do Senado determina que, nas Comissões, vários dos projetos tenham decisão terminativa.

Fiz um levantamento aligeirado, hoje, e sei que na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nestas três ou quatro reuniões havidas, foram aprovados onze projetos, terminativamente, e dois, rejeitados. Outras Comissões, inclusive a do Distrito Federal, também tiveram projetos decididos em caráter definitivo.

Então, hoje, não temos que contabilizar apenas as votações no Plenário; temos que também acompanhar as votações nas Comissões.

Nós, no Plenário, dependemos, para votação, de projetos que venham da Câmara, o que, infelizmente, não está ocorrendo no volume desejável. Por esta razão estamos decidindo, limpando a pauta de projetos antigos, que estamos votando no plenário diariamente, porque temos tido número, praticamente, em todas as sessões. Quando foi feita a verificação de *quorum*, tínhamos *quorum*. Portanto, no Senado estamos atentos aos trabalhos e queremos dizer que, hoje, estamos, em razão desta dependência; quase que votando apenas pela prejudicialidade de vários projetos que se encontravam em tramitação na Casa e que, agora, devido à nova Constituição, são considerados prejudicados.

Era esta, Sr. Presidente, a explicação que desejava fazer, em forma de contribuição, aos nossos companheiros de trabalho, jornalista, que acompanham as atividades desta Casa. Por isso, espero que seja entendido desta forma: que o Senado está cumprindo com o seu dever. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho. (Pausa)

S. Ex.^a não se encontra presente.
Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, recentemente estive no Paraguai, em Assunção, para receber, ao lado de outras personalidades, uma homenagem do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Integração Social, que resolveu condecorar brasileiros e paraguaios. Operou-se a solenidade em Assunção, como preito de homenagear a democracia ali nascente.

Há anos que não voltava a Assunção. Depois de seis anos ali retornei, constatando uma diferença muito acentuada no próprio comportamento popular. Senti que o povo está em "lua-de-mel" com a democracia, ressurgente, e cheguei à conclusão de que, seguramente, no Paraguai, a democracia haverá de se estabelecer primeiro do que aqui no Brasil.

Nunca houve tanta necessidade de uma integração, na América Latina, como agora e creio, Sr. Presidente, que a nossa iniciativa nessa direção deve começar pelo Paraguai, o país vizinho com que temos uma história pendência, nunca aceita pelas consciências maiores.

No passado, passado sem glória, fomos instrumentos, como a Argentina e o Uruguai, dos interesses de uma grande potência da época, para destruir, aniquilar aquele fantástico país que, na época, tinha a melhor indústria do Continente sul-americano.

Esse passado deve ser sepultado, com uma integração maior, e a integração na América Latina terá de começar pelo Paraguai, e, do lado do Brasil, a partir do Paraná, meu Estado, que, com muita honra, represento nesta Casa.

Sabem V. Ex.^a que foi no Paraguai que se abriu a primeira agência do Banco do Brasil;

foi para o Paraguai, também, que exportamos as primeiras mercadorias de nossa produção. E foi através do porto de Santos que o Paraguai exportou, pelo mar, as suas primeiras mercadorias.

Estivemos com senadores e deputados paraguaios, e sentimos que, neste clima de liberdade, as liberdades nascentes nos dois países — Brasil e Paraguai —, temos condições de fortalecer, de tal forma, a nossa amizade, que haverá um esquecimento completo dessa pequena ferida, mas ainda não esquecida, que levou, em determinado instante das nossas vidas, a um conflito entre as nossas nações.

Todos têm conhecimento de que o Paraguai exporta a sua mercadoria através do Porto de Paranaguá.

Paranaguá, entretanto, com crescente volume da produção de grãos do Brasil, não terá condições, dentro de algum tempo, de atender, também, às pretensões crescentes do Paraguai.

Uma solução que nos parece importante para o País, para o Paraguai e para o meu Estado, é a concessão, para utilização quase que exclusiva pelo Paraguai, do porto de Antonina.

O porto não está em operação agora, mas, mediante alguns serviços de entroncamento, pode oferecer as mesmas vantagens que Paranaguá. E com o próprio aval do Brasil, com a nossa intervenção, conseguiremos, no futuro, financiamento internacional para que o Paraguai pudesse utilizar esse Porto.

O Brasil é um País de largas costas, mas de poucos portos. E o Paraná é um Estado de grande produtividade, de grande produção, e que atende às demandas de Mato Grosso do Sul, parte de Santa Catarina e também do Paraguai. Poderá perfeitamente se dar ao luxo de ter um segundo porto dessa natureza, recuperando, inclusive, a vitalidade econômica da cidade de Antonina e das cidades adjacentes.

Essa nossa generosidade, Sr. Presidente, tem que ser tal que sirva de pretexto, sirva também de precedente para que possamos obter igual tratamento dos nossos vizinhos do Pacífico pois através dos Andes é que devemos ter portos futuros, a fim de que nos integremos à comunidade internacional.

Ao voltar da China, prestei um depoimento, nesta Casa, da importância do nosso comércio com o Pacífico. E nós temos que ir para o Oriente pelo Ocidente.

Eu disse à V. Ex^a, Sr. Presidente, que, quando um Estado como o seu, por exemplo, o Acre, estiver produzindo na amplitude de exuberância de suas terras, Rondônia e toda aquela parte ocidental da Amazônia jamais terão condições de exportar a produção por Santos, porque o atrito econômico será tamanho que o valor das cargas vai ser inferior ao preço do combustível.

Então, o Pacífico se abre como nova fronteira.

Com o Mercado Comum Europeu, com a sociedade existente entre Canadá e Estados Unidos, no Atlântico, o que nos resta é o Pacífico. E, através do Pacífico, ou com essa penetração para o Oriente, é que também teremos condições de abrir, racionalmente, a Amazônia. A abertura para o Pacífico e a abertura racional da Amazônia são valores conjugados, são realidades conexas.

A Amazônia tem que ser explorada convenientemente, antes de o Mundo ficar com essa preocupação e o Brasil perplexo, sem resposta; deve o nosso País proceder ao levantamento geoeconômico da Amazônia, porque há regiões que devem e têm que ser exploradas, enquanto há santuários ecológicos enormes que têm que ser protegidos.

Sr. Presidente, aproveito este instante, estes poucos minutos desta sessão vespertina, para dar conhecimento da felicidade com que o povo paraguaio está desfrutando da liberdade.

Algumas gerações — duas gerações sucessivas — jamais souberam o que seria democracia. Muitos não sabem ainda o que fazer com ela, mas respiram um clima que entendem deva ser permanente.

E devemos-nos unir, os dois países que passaram por conturbações sérias, por olvidáveis ditaduras militares. Unamo-nos, para que a democracia seja, aqui, uma árvore duradoura e não apenas sombras e pesadelos. (Muito bem!)

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente peça a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, para uma breve comunicação.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma das mais tradicionais e prósperas comunas do Nordeste — o Município de Quixeramobim — comemora, nesta data, o seu bicentenário, em meio a expressivas festividades, promovidas sob a coordenação do Prefeito Antônio Almeida Machado.

Incrustada em pleno sertão central do Ceará, a cidade regozija-se pela deflúncia dos seus 200 anos de emancipação política, lembrando os filhos ilustres que souberam impor-se à admiração e ao respeito dos nossos coestaduanos.

A antiga Fazenda de Santo Antônio do Boqueirão, Vila Campo Maior, hoje Quixeramobim, não permitiu que se descaracterizasse a sua conotação tipicamente sertaneja, apesar dos marcos expressivos que ali se acham fixados para sinalizar auspiciosa fase de desenvolvimento econômico e progresso social.

Possuindo várias agências bancárias — entre as quais do Banco do Brasil, BNB e BEC — um modelar estabelecimento de ensino oficial do 2º grau, o Colégio Andrade Furtado; duas emissoras de radiodifusão, a Rádio Cristal e a Campo Maior; um hospital regional e um infantil, dirigido este por Dona Aldamirã Fernandes; usinas de beneficiamento de algodão e numerosos estabelecimentos comerciais e industriais; o Município de Quixeramobim cresceu pela visão e dinamismo de todas as suas classes sociais.

Como seu representante à Assembléia Legislativa e, hoje, integrando esta Casa do Con-

gresso, defendi, ao longo do tempo, as aspirações mais justas e legítimas de sua comunidade, fazendo-o sempre com o apoio de todas as camadas da respectiva população.

Recordo a resistência heróica dos quixeramobienses às calamidades climáticas — quer as secas ou enchentes periódicas — num exemplo edificante da bravura e estoicismo que caracterizam a gente daquela região.

Conheço de perto todos os seus distritos — um deles erigido recentemente a Município, o de Madalena, com autonomia política assegurada — cujos anseios são levados a debate no plenário de sua histórica Câmara de Vereadores, palco de acontecimentos memoráveis, que ganharam repercussão nacional.

Num passado recente, ali pontificaram intelectuais como Ismael Pordeus, Andrade Furtado, Pedro Teles de Menezes e tantos outros; líderes políticos como Luiz Almeida e Afonso Machado, que sempre se respeitaram, embora lutando em trincheiras partidárias adversas; médicos renomados como Álvaro Otacilio Nogueira Fernandes, José Pontes Neto, de que são seguidores, atualmente os Drs. Joaquim Fernandes e José Alves, ambos extremamente dedicados ao exercício da profissão que abraçaram; serventuários da Justiça como Miguel Fenelon Câmara, cuja descendência numerosa está vinculada a posições de relevo na vida judiciária — como, por exemplo, o seu sucessor no Cartório Câmara, José Homero Saraiva Câmara —, bem assim o titular do 2º Cartório Antero Albuquerque Filho.

Na vida eclesiástica, Quixeramobim viu destacar-se o atual Arcebispo de Teresina, Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, e nas lides culturais sobressaiu-se, com permanente destaque, o Historiador Fernando Câmara, membro vitalício do Instituto do Ceará.

O atual Vigário, de origem estrangeira, Padre André Koenning, identificou-se admiravelmente com os seus jurisdicionados, arraigando-lhes a fé e fazendo-os render constantes homenagens ao Padroeiro Santo Antônio.

Ao visitar, há poucos dias, a cidade bicentenária, comovi-me com a visão telúrica de uma barragem sangrando, na impetuosidade das águas do rio Quixeramobim, num ano em que o inverno generoso fez renascer muitas esperanças e sepultar previsíveis desalentos.

Se não fora a perda considerável de sua produção algodoeira, em razão da implacável praga do Bicudo, aquela comuna estaria contribuindo ainda mais significativamente para estimular a cotonicultura e beneficiar os Pólos Têxtil e de Confecções do Estado.

Ligada à Capital pela chamada Estrada do Algodão, indealizada pelo saudoso Governador Plácido Aderaldo Castelo, Quixeramobim situa-se a 217km de Fortaleza, abrigando, em cada fim de semana, nas suas fazendas acolhedoras, centenas de visitantes que demandam o Sertão Central do Ceará.

Aliás, Gustavo Barroso, escritor emérito, reportando-se a Quixeramobim, destacou lapidamente:

“A fazenda que se situa, os vizinhos que se reúnem, a riqueza que aumenta, a capela que surge, a Igreja que substitui

em torno da qual a Vila formada ali se transforma em cidade. Preside a todos um espírito cristão, é a sombra da Cruz que assim povoa e civiliza o deserto."

Sr. Presidente, como "Cidadão Honorário" de Quixeramobim é tão intrinsecamente vinculado aos seus habitantes, não poderia deixar de pôr em relevo a auspiciosa efeméride que, hoje, transcorre em meio a demonstrações de regozijo de todos os seus filhos e descendentes, associando-me à homenagem prestada aos que colaboraram, em dois séculos, para o engrandecimento daquele Município.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

OSR. JOÃO LOBO (PFL — PI. Para breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu Estado do Piauí está atravessando uma fase muito difícil, talvez mais difícil do que o próprio País, eis que um desmando geral e total tomou conta da Administração Pública do meu Estado.

Na semana passada, Sr. Presidente, abordei aqui os desmandos e a violência da Polícia Militar do meu Estado, que bateu, prendeu professores que estavam apenas tentando protestar contra o atual estado de coisa daquele Estado, contra o salário de NCz\$ 65,00 mensais que recebem, contra a mínima condição de funcionamento dos estabelecimentos escolares. O ensino secundário está em greve há 105 dias, no Estado do Piauí, ou estava naquela ocasião em que abordei o assunto, e durante todo o primeiro período escolar, as escolas primárias não funcionaram ou funcionaram atropeladamente. O Banco do Estado do Piauí está sob intervenção, falido, sem condição de dar o menor atendimento aos comerciantes, aos produtores ou aos ruralistas da minha terra. Ninguém sabe para onde está sendo encaminhado o dinheiro do Estado do Piauí.

Srs. Senadores, projetos faraônicos e absurdos foram lançados à imprensa, foram iniciados e os poucos recursos do meu Estado desapareceram, pois ele não tinha nenhuma capacidade para financiar aquele faraonismo total que se instalou, naquele momento, na Administração Pública.

O Governo do Estado iniciou a construção de um pré-metrô na Capital, Teresina, iniciou a construção de uma praia, uma espécie de "Copacabana cabocla" no Estado do Piauí. Além disso, com uma idéia verdadeiramente fora da realidade, o Governo do Estado iniciou também a construção de navios, que lá são chamados "navios do sal", que deveriam transportar sal das Praias de Luiz Corrêa para a hiterlândia piauiense, para o extremo sul do Piauí, em Santa Filomena, quase 1.400 quilômetros de distância — um sal que não existia, porque o Piauí não é nem mencionado nas estatísticas como produtor de sal no Brasil. Por um rio que há mais de 40 anos está assoreado e não tem navegação contínua, por um rio que está sancionado pela Barragem da

Boa Esperança, enfim, o tipo do projeto absurdo que não poderia nem ser pensado, quanto mais iniciado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, um governador deve ter a lucidez de selecionar os projetos mais válidos para serem feitos, principalmente nos Estados pobres e pequenos, como o Estado do Piauí. É claro que todos queremos a grandeza, o luxo, o fausto, o excepcional para os nossos Estados, mas é indispensável tenhamos cuidado com o dinheiro do povo, com o dinheiro dos pobres, com a necessidade do pobre.

O lavrador continua largado nos recônditos piauienses, com as estradas totalmente intransitáveis e com os bancos de financiamento paralisados, tudo isso acontecendo ao lado de um ensino que não funciona, emperrado, e de um funcionalismo público com uma remuneração aviltante. Hoje, o funcionamento público do Estado do Piauí percebe menos do que o aposentado o Funrural. O funcionalismo público do Estado do Piauí é um autêntico Funrural deste País.

Sr. Presidente, leio no *Jornal do Brasil* de hoje que a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí está movimentando um processo de *impeachment* contra o Governador do Estado, por iniciativa do Deputado Homero Castelo Branco.

Não sei se ele tem razão ou se os dados que ele tem em mãos são substanciais e permitiriam esse processo. O referido Deputado é do PFL, e este Partido não é a maioria na Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. De trinta Deputados, o PFL tem apenas treze.

Sr. Presidente, gostaria de ler alguns tópicos da notícia veiculada, hoje, pelo *Jornal do Brasil* sobre o *impeachment* do Governador do Estado do Piauí.

DEPUTADO PEDE O "IMPEACHMENT" DE ALBERTO SILVA

Teresina — O deputado Homero Castelo Branco (PFL) apresenta hoje, na Assembléia Legislativa, o pedido de cassação (*impeachment*) do governador do Piauí, Alberto da Silva (PMDB). Segundo Castelo Branco, o pedido será baseado em documentação que comprova corrupção no governo "que está levando o estado à falência". Castelo Branco reconhece que vai ser difícil a aprovação do *impeachment*, porque o Governo tem maioria na Assembléia. "Espero poder convecer os colegas do PMDB que também não estão satisfeitos com o governo", disse o deputado.

Para pedir a cassação, o deputado apresentará denúncias feitas através da caixa postal 411, criada por ele para receber queixas contra o Governo. "Já conseguimos reunir a documentação necessária, mas a cada dia surge um fato novo", disse Castelo Branco. Segundo o deputado, o governador comprou sem licitação, contratou ilegalmente três mil funcionários (admitidos em concurso público) e é acusado em três processos que tramitam na Polícia Federal. Num dos processos, Alberto Silva é acusado de favorecer líderes políticos do interior do Estado com carros roubados

que foram apreendidos pela Secretaria de Segurança. A Polícia Rodoviária Federal apreendeu alguns desses veículos, que eram usados por líderes políticos do interior.

Castelo Branco disse que "vai correr muito dinheiro na Assembléia para impedir a aprovação do pedido de cassação". Ele mesmo afirmou que está sofrendo pressões de "pessoas ligadas ao governador" para não formalizar o pedido e até tentativas de desmoralizá-lo: "O suplente de Deputado Tomás Teixeira disse que eu tinha um "gato" (dispositivo usado para roubar energia elétrica) e que eu iria parar na Justiça por isso".

Sr. Presidente, não quero antecipar julgamentos. Acredito que esse *impeachment* não dará em nada. O Sr. Governador terá modos e meios de controlar o voto dos Srs. Deputados, principalmente porque S. Ex.^a tem a maioria dos Deputados na Assembléia. Mas é uma advertência que fica para o Estado e para o País inteiro, contra os desmandos que estão acontecendo no Estado do Piauí e que merecem urgentemente uma providência.

Não é possível, Sr. Presidente, que os recursos de um Estado sejam desbaratados e desviados das suas reais necessidades e nada, absolutamente nada, seja feito para chamar à responsabilidade aqueles que assim procedem.

Sr. Presidente, espero que este caso seja rumoroso na Assembléia Legislativa do meu Estado e que desperte a atenção — desperte a atenção para a imprensa; desperte a atenção para o País, como não se deve administrar um Estado, principalmente um Estado pobre.

Sr. Presidente, neste momento desejo apenas registrar este fato, sem dizer que o Sr. Governador é culpado das acusações que lhe são imputadas no *impeachment*. Espero que esta matéria sirva de advertência e desperte a atenção, principalmente, do povo piauiense, para cobrar dos seus Governadores a seriedade e a lucidez com que aplicam os recursos do Estado do Piauí.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que queria pronunciar nesta tarde. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aureo Mello — Jarbas Passarinho — Edison Lobão — Afonso Sancho — Humberto Lucena — Albano Franco — Itamar Franco — Maurício Corrêa — Rachid Saldaña Derzi — José Richa — Carlos Chiarelli — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.^o Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 409, DE 1989

Sr. Presidente,
Requeiro, nos termos do art. 397, I, e 398, a, do Regimento Interno e de acordo com o art. 50, *caput*, da Constituição, o comparecimento da Excelentíssima Senhora Ministra

do Trabalho, Dr^a Dorothea Werneck, à Sessão Plenária da Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, com o objetivo de responder às seguintes indagações:

a) Como se encontra aparelhado, em termos técnicos, financeiros e administrativos, o Ministério do Trabalho para cumprir a legislação vigente que regula as relações capital-trabalho no País, mormente no tocante à Medicina e Segurança do Trabalho? O Ministério tem alguma proposta para enfrentar mais adequadamente as novas disposições exigidas pela Constituição?

b) Como se faz presente o Ministério do Trabalho na formulação e implantação de políticas sociais que afetam diretamente a vida dos trabalhadores em seus locais de trabalho ou em sua locomoção até os mesmos?

c) O Ministério do Trabalho acompanha ou participa de ações normativas e reguladoras do Governo Federal concernentes à segurança dos trabalhadores em seus deslocamentos entre os locais de moradia e trabalho? Como?

d) Qual a participação do Ministério do Trabalho na gestão dos recursos destinados ao SENAI, SENAC, SESI e SESC?

e) Como tem evoluído no País a questão dos acidentes de trabalho e qual a política do Ministério do Trabalho para amenizar este drama e amparar as vítimas dessas assistidas de acidentes já ocorridos? O SESI, SESC, SENAC e SENAI têm colaborado ou poderão colaborar futuramente para o êxito desta política de prevenção e re-treinamento?

f) O Ministério do Trabalho está capacitado para, eventualmente, vir a substituir os fiscais da Previdência no controle do recolhimento das imposições sociais, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e salário-educação?

g) Qual o nível de participação ativa da sociedade civil — sindicatos, associações de trabalhadores e empresários — na formulação e execução das diretrizes emanadas do Ministério do Trabalho?

h) Como se está processando o reconhecimento dos novos sindicatos para efeito de redistribuição do imposto sindical e de identificação de legítimas lideranças de classe?

i) Quais as fontes orçamentárias ou não de recursos que asseguram o funcionamento adequado das funções legais atribuídas ao Ministério do Trabalho?

j) O Ministério do Trabalho julga conveniente a expedição de uma "lei social" anual equivalente à lei agrícola instituída pela Constituição, que defina com clareza os objetivos da política social do Governo, metas específicas a serem alcançadas no curso do ano em termos de emprego, salários, treinamento profissional e sindical, horas trabalhadas, acidentes com trabalhadores, incorporação de segmentos específicos no processo de trabalho, como jovens, mulheres; de reabsorção de contingentes liberados no processo de modernização agrícola e automação industrial, Programa de Alimentação dos Trabalhadores — PAT —, acesso dos trabalhadores à Educação e à Cultura, eliminação do analfabetismo, etc.?

k) Qual a avaliação que faz o Ministério do programa de incentivos fiscais à alimentação dos trabalhadores? Há uma evidência do gasto tributário anual com este programa? Por que mantém o Ministério um sistema de cartório na concessão de autorização para a entrada de novas empresas no mercado, criando uma verdadeira carta patente que transforma empresas multinacionais em detentoras quase monopolísticas do referido mercado?

l) Como encara o Ministério do Trabalho questões fundamentais à classe trabalhadora, como acesso às decisões governamentais que lhe concernem, sobretudo políticas sociais e participação na gestão dos fundos sociais como FGTS, PIS/PASEP, etc. e políticas de incentivos fiscais: PAT, Lei Samey, etc.?

Justificação

As recentes declarações do Secretário de Medicina e Segurança do Trabalho, no sentido de que o Ministério do Trabalho não está aparelhado suficientemente para fazer cumprir a legislação que regula as relações capital-trabalho, principalmente no tocante à prevenção de acidentes de trabalho, traz à tona um quadro muito mais amplo de preocupações quanto à capacidade deste Ministério fazer cumprir as exigências da Constituição quanto aos direitos dos trabalhadores.

A origem do Ministério do Trabalho reside numa fase autoritária da história do País e se inspira numa legislação própria do fascismo italiano, onde se destaca a "Carta del Lavoro". É natural, portanto, que o Ministério do Trabalho se caracterizasse por uma atitude de credenciamento de sindicatos "oficiais" e de uma certa vigilância, até certo ponto política sobre os trabalhadores.

A nova Carta constitucional, emanada do processo de redemocratização do País e marcada por intensa presença da sociedade civil e dos sindicatos na sua formulação aponta para um novo marco nas relações capital-trabalho no País e, portanto, um novo perfil para o Ministério do Trabalho. Esta função de aparelhamento institucional do Ministério do Trabalho não poderia ter sido feita pela Constituição, mais preocupada com as questões gerais das relações capital-trabalho do que por sua transformação em instrumento ativo da participação dos trabalhadores na coisa pública. É natural pois que o Ministério se sinta desarmado não apenas para prevenir acidentes de trabalho, mas até para fazer cumprir e, até mesmo, desenvolver, em termos instrumentais, os marcos liberais e democráticos dos novos direitos dos trabalhadores.

Especial atenção merece o fato de que o Ministério do Trabalho é um dos poucos órgãos do Governo Federal que não dispõe de qualquer instituição executiva de suas ações, na forma de fundação ou empresa estatal, vez que tais funções acabaram sendo desempenhadas por órgãos como SESC, SENAC, SESI e SENAI. Urge, portanto, pensar as necessidades e urgências do Ministério do Trabalho, a fim de que o mesmo não venha a frustrar as expectativas suscitadas junto aos trabalhadores pela nova Carta Magna.

Trata-se, pois, a partir das palavras do Secretário de Medicina e Segurança do Trabalho, de levantar a questão da instrumentalização do Ministério do Trabalho nesta fase da histórica restauração democrática do País, de forma que o Senado venha a participar das preocupações que, certamente, envolvem a competente titular desta pasta, contribuindo para encontrar, em conjunto, um novo perfil para o Ministério do Trabalho e um novo patamar para suas ações.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1989.
— Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) —

O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído oportunamente na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) —
Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 410, DE 1989

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no art. 216, I, do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Exm^o Sr. Ministro da Fazenda, Economista Mailson da Nóbrega, as informações que se seguem, relativas ao Conselho Nacional de Seguros Privados, órgão vinculado àquele Ministério:

a) Como está sendo aplicada a Lei nº 6.194/74, que alterou o Decreto nº 61.867/67, que trata do seguro obrigatório denominado Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre — DPVAT?

b) Quais os critérios que determinam a participação das empresas seguradoras neste mercado?

c) Qual o montante do prêmio arrecadado nos últimos cinco anos, segundo cada seguradora?

d) Existem seguradoras que não participam deste mercado?

e) Qual a rentabilidade proporcionada por este seguro — DPVAT — às empresas ao longo deste período *vis-a-vis* outras modalidades de seguro ou taxa média de lucratividade do setor?

f) Qual o montante de benefícios pagos, por seguradora, a título de indenização por morte, invalidez ou despesas hospitalares, nos últimos cinco anos?

g) Qual a possibilidade do Conselho Nacional de Seguros Privados exigir das seguradoras que vinculem seus anúncios publicitários aos benefícios trazidos pelo seguro contra terceiros, como, por exemplo, indenizações aos prejudicados?

h) Qual o prazo de caducidade dos pleitos para exigência de indenização por parte dos acidentados?

i) Qual a fundamentação legal para a verdadeira intervenção regulatória estatal sobre o mercado de seguros de responsabilidade civil contra terceiros acidentados por veículos automotores de via terrestre?

j) A atual transferência da parcela do produto da arrecadação do DPVAT para o INPS atinge que proporção do prêmio global? Existe pagamento de "taxas de administração" ao longo deste processo? Esta transferência não prejudica hospitais públicos estaduais e municipais de pronto-socorro e mesmo hospitais privados que atendem acidentados? Como se faz a compensação?

k) Seria possível encaminhar relatório circunstanciado sobre o DPVAT aos Senadores?

l) Seria possível destinar uma parcela do prêmio global do DPVAT para o financiamento de entidade pública ou privada voltada para o estudo da segurança no trânsito e formulação de propostas concretas que viessem a reduzir a violência nas ruas e estradas?

m) Quantos inválidos ou herdeiros de vítimas fatais de acidentes de trânsito receberam a devida indenização, nos últimos cinco anos, da rede seguradora?

Justificação

A gravidade do problema dos acidentes de trânsito no Brasil, tanto nas cidades como nas estradas, é sobejamente conhecida de todos.

Recentemente, a grande imprensa vem dando o destaque que o assunto merece. A verdade é que já não existe nenhuma família no País que não tenha sido atingida, em um de seus membros ou familiares próximos, por uma tragédia provocada por acidente com veículo automotor de via terrestre. É como se estivéssemos envolvidos numa verdadeira guerra que não distingue entre pedestres e condutores, proprietários e transportados.

A questão é complexa e está a exigir a implantação de medidas de segurança já vigentes em outros países. A autoridade das leis de tráfego e trânsito deve, também, ser urgentemente restaurada, sem complacência com a irresponsabilidade daqueles que fazem do carro uma arma de destruição e morte de terceiros.

Em boa hora implantou-se no Brasil, na década passada, o seguro de responsabilidade civil contra terceiros. Ele não impede nem evita a catástrofe, mas compensa parcialmente os efeitos danosos dos sinistros: a morte, a invalidez, os gastos hospitalares. Até agora, porém, este seguro mais parece à população proprietária de veículos automotores um imposto, principalmente depois que seu pagamento atrelou-se ao pagamento da TRU. Para as vítimas dos acidentes, sobretudo as viúvas de trabalhadores mortos, este seguro ainda é um verdadeiro segredo. Poucos conhecem os direitos que efetivamente têm como acidentados. Em se tratando, finalmente, da rede hospitalar, usualmente municipal, que acolhe e trata dos acidentados, pouco se sabe sobre o processo de cobrança e ressarcimento por parte da rede seguradora.

A matéria é relevante e conjunturalmente oportuna.

Por isto, espero que este requerimento meça a acolhida do Plenário do Senado e as

respostas que se fizerem mister por parte do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1989.
— Senador Jutahy Magalhães.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A matéria que acaba de ser lida irá ao exame da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I:

Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 1984 (nº 2.065/79, na Casa de origem), que altera o art. 50 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984.

A Presidência, nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 1984. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — **Item 2:**

Projeto de Lei da Câmara nº 199, de 1984 (nº 1.718/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a contribuição para a Previdência Social de servidor público sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sobre a fixação do valor dos benefícios.

A Presidência, nos termos do art. 334, alínea a, do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 199, de 1984. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — **Item 3:**

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, com vistas a determinar a participação de aposentados e representantes de APAE nos órgãos de administração previdenciária que específica.

A Presidência, nos termos do art. 334, alínea a, do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1988. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PSDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago hoje ao Plenário do Senado Federal uma das questões que considero das mais importantes para o nosso País. Seguramente, depois da questão da fome, da subnutrição; depois da educação; depois da saúde; depois da habitação, o assunto que mais julgo importante para os brasileiros é o desenvolvimento tecnológico.

Cada dia mais é indispensável a qualquer nação do mundo buscar um acompanhamento tecnológico para se manter na disputa dos mercados internacionais, participando das trocas e oferecendo aos concidadãos o nível que todos desejam alcançar.

Esta é uma das questões que, no passado, foi importante, mas no momento é mais importante do que em todos os períodos da História que nos antecederam. Até porque, nos períodos anteriores, a velocidade dos acontecimentos, das invenções, das conquistas, das descobertas, era mais lenta; e o conhecimento da Humanidade era também mais demorado em relação a essas questões.

Hoje, dado o desenvolvimento dos veículos de comunicação, estamos participando do que de mais avançado acontece nos países mais desenvolvidos, criando com essa informação uma verdadeira necessidade de nivelar os consumidores nacionais aos demais consumidores do resto do mundo, mormente os padrões mais desenvolvidos.

Nessa situação, verificamos que para o nosso País manter a posição que atingiu nos últimos anos, é absolutamente indispensável acompanhar as conquistas tecnológicas. A ciência e a tecnologia são os produtos mais importantes, como tal e não podem mais ser situadas no âmbito ou no conjunto das informações relativas à educação ou relativas à comunicação. Hoje, a questão tecnológica está situada na parte da economia, por ser, mais do que qualquer outra coisa, um bem e um produto econômico; é o principal dentre as trocas dos países mais desenvolvidos e seguramente influencia toda a estrutura de uma sociedade ou de uma economia, mesmo que ela seja mais primitiva.

As considerações que desejo trazer hoje são em relação ao nosso País. O que o Brasil gasta nesse investimento, em ciência e tecnologia? O Brasil hoje está dispendendo muito poucos recursos para essa área. Isto quer dizer algo em relação ao nosso futuro. Se o Brasil não investir os recursos necessários para nos manter acompanhando a evolução tecnológica, nós vamos ficar à margem da história. Eles são absolutamente essenciais para avançarmos.

O que ocorre nessa área do conhecimento tem profunda repercussão na sociedade e terá muito mais repercussão na vida dos cidadãos e das cidadãs do planeta — esta revolução de informática, de biotecnologia, de engenharia genética ou da química fina — do que a própria Revolução Industrial teve na sua época, em relação aos concidadãos.

De modo que quero defender, nesta breve alocução, um investimento mais adequado e consentâneo de recursos para essa área tecnológica do nosso País.

Tenho-me valido de informações que circulam na imprensa ou nas revistas especializadas, ou em literatura que trata do assunto e verificado que o nosso País está investindo hoje apenas 0,6% do Produto Interno Bruto nessa área. Isto é muito pouco porque qualquer um dos outros países que já alcançaram um bom nível de desenvolvimento, mormente aqueles mais desenvolvidos que o Brasil, aplica, no mínimo, cinco ou seis vezes a mais do que o Brasil, quando não dez vezes até. Com esse 0,6% do Produto Interno Bruto de recursos alocados para a questão da tecnologia, não vamos poder sequer acompanhar o desenvolvimento tecnológico do resto do mundo, para termos condições de copiar — não é outra coisa, se não termos condições de copiar. Com esse investimento, não vamos manter nem a condição de copiar as tecnologias alcançadas por outros países.

Em relação à questão de bolsas, que é algo essencial, também, para que o nosso País se mantenha informado e a par do que acontece, mormente nos setores universitários dos outros países, estamos numa situação quase humilhante: temos apenas quatro mil bolsistas em situação precária, onde os 1.500 dólares que são enviados — dólares-turismo — não permitem que esses brasileiros mantenham uma subsistência digna em muitos países e tenham até desistido por ela ser insuficiente para a manutenção de uma pessoa em alguns países.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Ouço o aparte do nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Dirceu Carneiro, V. Ex^a trata de assunto da maior importância, problema vital para o desenvolvimento econômico-social dos países e da Humanidade. É preciso entender o verdadeiro sentido de nossa época. Há uma grande transformação na História da Humanidade. Os povos procuravam dominar em toda a História da Humanidade, através da guerra, e o último que tentou isso foi o povo alemão, sob o liderança de Adolf Hitler. Mas, hoje, as nações não poderão mais fazer isso. A época dos grandes guerreiros, dos conquistadores, dos países que dominavam e que colonizavam através das guerras de conquista, terminou. E terminou simplesmente com o advento das armas atômicas, porque a 3ª Guerra Mundial seria o próprio extermínio da raça humana. Seria o fim total da civilização. Então, hoje existem escaramuças aqui e ali. Diante deste

fato, há uma verdadeira revolução em toda história da humanidade, os povos estão levando a luta para a área intelectual, para a ciência e para a tecnologia. Os países que mais se desenvolverem serão os novos vanguardeiros da humanidade, e terão uma influência extraordinária sobre os outros. V. Ex^a trata de assunto da maior importância e é profundamente lamentável que o nosso País não tenha dado a devida importância a esse temor. Aqui, no Brasil, a situação é mais grave ainda porque nossos índices na área da educação primária são os mais tristes possíveis. Um País com a potência econômica do Brasil, oitava economia, sétima economia industrial do mundo na área da educação, da educação fundamental, apresenta índice baixíssimos nas estatísticas internacionais perante a Organização das Nações Unidas. De modo que louve a iniciativa patriótica de V. Ex^a, pois o País precisa desenvolver esse setor, precisa estimular os centros de ciência e de tecnologia, precisa levar a efeito essa política de comum acordo com os professores universitários e com as nossas lideranças industriais e operárias, com o nosso empresariado agrícola, industrial propriamente dito e lideranças de outros setores. É a Nação toda que tem de se mobilizar para que o País consiga libertar-se desse atraso, e nos próximos anos avançar. Sem isso, o Brasil, uma das maiores nações do mundo potencialmente pela sua extensão geográfica, pela sua população e pela sua própria pujança econômica, estará fadado a dias verdadeiramente tristes. Receba os nossos aplausos e vamos todos mobilizar porque o País precisa progredir na área da ciência e da tecnologia, inclusive, como fez ver V. Ex^a, enviando os ossos universitários e os nossos professores mais bem dotados, para as grandes universidades dos Estados Unidos e da Europa. Meus parabéns.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Muito obrigado, nobre Senador. Ao agradecer a sua intervenção, gostaria de enfatizar o aspecto que V. Ex^a levanta sobre a educação, em que nosso País não tem atingido todos os seus cidadãos ainda com a escolaridade, e isto é um dever do Estado. Não se pode culpar o cidadão que não teve as condições necessárias para chegar à escola. Portanto, é uma responsabilidade do Estado investir, cuidar e preparar os cidadãos para o futuro da sociedade.

E este aspecto da educação que começa desde o nível mais inicial indo até aos níveis mais elevados, sofre inúmeros problemas, dentre os quais a má remuneração dos profissionais formados, a má remuneração dos pesquisadores, dos professores, que faz com que o Brasil perca milhares de cérebros para outros países que pagam mais, que dão melhores condições de laboratório, que têm mais recursos para que desenvolvam as suas pesquisas e os seus trabalhos. Isto também é uma forma de exportarmos divisas e capital porque nos custa milhares de dólares formar um cidadão para essa finalidade, que depois, por não oferecermos condições, perdemos. É uma

forma, também, de exportação capital de modo indireto, que a América Latina, talvez muito mais de 20 mil cérebros tenha perdido nos últimos cinco anos.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a, um aparte?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Pois não.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Dirceu Carneiro, V. Ex^a traz à baila um assunto muito importante e, mas o Brasil parece, não despertou, não acordou ainda para esta realidade do mundo presente. Hoje, já é consenso todos sabermos, que o que faz um país grande não é a sua área territorial, nem a sua população. O que faz a grandeza de um povo é a excelência de suas cabeças, do seu talento; são os hábitos culturais; é o respeito à inteligência que se cria, dentro da própria sociedade. Lembrou-me de que quando o grande cientista Albert Einstein foi viver nos Estados Unidos, em Princeton — evidente que Einstein era um dos gênios da humanidade —, o respeito, a veneração que o povo americano lhe dedicava, era qualquer coisa de tocante e de impressionante. Para não perturbar a casa de Einstein, o povo da cidade de Princeton chegou a desviar o tráfego da sua rua. E ele recebia, ele não, talvez o seu secretário, seus assessores, os administradores da sua cátedra, a cátedra que ele exerceu por muitos anos, naquela Universidade americana, recebia talões de cheques assinados em branco, pela grandes firmas americanas: firmas como a GE, enormes conglomerados americanos —, que abriam os seus créditos ilimitados, para que o grande gênio da Humanidade pudesse executar e dar vazão às suas mais desconhecidas e desentendidas fantasias. Por isso, neste momento em que V. Ex^a aborda a necessidade de o Brasil ser advertido para os gastos na tecnologia, na ciência, na química fina, na informática, quero juntar a minha palavra à de V. Ex^a nobre Senador Dirceu Carneiro, vi com muita tristeza e com certo sentimento de que era uma espécie de gozação no tocante às bolsas os jornais brasileiros publicarem ofertas de bolsas do governo japonês para brasileiros que quisessem estudar no Japão. Ora, vê V. Ex^a que este era dever do Governo brasileiro. O Governo brasileiro devia estar oferecendo bolsas aos seus intelectuais, aos seus estudantes, aos seus técnicos, para se deslocarem ao Japão. Não, ao invés disso, o próprio governo japonês é quem coloca à disposição do Governo, dos jovens, dos talentos brasileiros bolsas de estudo dando oportunidade a eles de frequentar universidades japonesas. É necessário — V. Ex^a enfatiza bem o assunto — que o Governo desperte para o fato de que a revolução da informática, a revolução da cabeça, é muito mais importante para a humanidade do que o foi a Revolução Industrial. Assim, nobre Senador Dirceu Carneiro, aceite os meus cumprimentos. V. Ex^a tem os meus aplausos neste assunto que tão brilhantemente traz ao Senado na tarde de hoje.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Agradeço a V. Ex^a o aparte e registro o carinho, infatigado aqui por V. Ex^a, que o povo americano teve pelo pai da Teoria da Relatividade, o Cientista Albert Einstein.

É por isto que a nação americana tem um dos maiores níveis tecnológicos dentre os países do mundo exatamente por reconhecer o valor desses cérebros privilegiados que aqui no nosso País precisam ser mais respeitados e apoiados do que têm sido até agora. Até porque é desses cérebros privilegiados em grande conta que vai depender o futuro do nosso País, e, agora — muito mais do que no passado. Se para sustentarmos um processo de desenvolvimento industrial, baseado mormente numa indústria mecânica, até hoje, pudemos fazê-lo com o esforço das próprias indústrias, que, através dos seus organismos especializados, foram capazes de preparar uma mão-de-obra para suportar esse desenvolvimento industrial e tecnológico mecânico que foi necessário para chegarmos até onde estamos.

O Governo, evidentemente, o Estado, o poder público também deu a sua parte. Mas, agora, daqui para frente, não acredito que unicamente o setor privado, com essa pequena parcela que se tem oferecido para a formação da mão-de-obra e esta disposição que o Estado teve até agora consigam dar suporte humano de preparação de força de trabalho, de mão-de-obra especializada para tocar um desenvolvimento tecnológico ao nível da eletrônica, da informática, da biotecnologia, da engenharia genética e assim por diante porque esse setor exige muito mais conhecimento, exige muito mais investimento para formação da mão-de-obra, dos técnicos para dar suporte. De modo que isso e mais um agravante, não comparável diretamente com o que acabamos de vivenciar até este momento.

Se hoje, para adquirir novas tecnologias, estamos enviando brasileiros ao exterior, e fazemos isso através de bolsas de estudo de pouco valor, sofreremos o assédio de outros países que vêm recrutar cérebros aqui dentro, pagando estágio nos seus países, deixando o Brasil na situação de não ter nem moral de exigir que regressem quando formados.

Esta é uma situação bastante grave, da qual não podemos nos descuidar. Precisamos estar muito atentos a essa questão.

Em relação à Índia e à China, que são comparáveis aos tigres asiáticos, mas chamados de baleias, a Índia e a China, que têm um nível de renda *per capita* de 300 dólares, isto é, um nível bastante baixo, muito mais baixo do que o Brasil, mantêm no exterior, cada um, mais de 60 mil estudantes universitários com bolsas, fazendo pós-graduação ou níveis de graduação. Essa comparação entre países que têm renda *per capita* muito mais baixa do que a nossa deixa-nos em situação extremamente desfavorável, o que nos leva a um constrangimento.

Por outro lado, todos sabem o que está acontecendo com o Mundo atualmente. Aqui, tem-se repetido todos os dias que há uma formação de blocos, quer na Ásia, quer na

Europa, quer na própria América do Norte. E essa formação de blocos acaba propiciando um ambiente fantasticamente favorável ao desenvolvimento de novas tecnologias, porque, no caso europeu, esses doze países que se reúnem, com um mercado consumidor de mais de 320 milhões de indivíduos, consumidores de alto nível, despendem recursos fantástico que, sobre o seu Produto Interno Bruto, são incomparáveis com os recursos brasileiros e destinados a esse mesmo setor. De modo que aí vamos sofrer duplamente os efeitos, por um lado, dos países que se organizam, se reúnem e avançam celeremente ao rumo de novas conquistas; por outro lado, nós, aqui, na América do Sul, um tanto deslocados do eixo do maior interesse econômico do planeta e ainda desintegrados dos demais países que nos rodeiam, ficamos cada dia diminuindo mais os investimentos na área tecnológica. A própria política governamental, até o advento do Governo em exercício, não tinha sequer um organismo ao nível do interesse deste setor que, no nosso entender, era o Ministério da Ciência e Tecnologia. Quando esta matéria foi discutida, eu era Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e opinei no sentido que fosse criado o Ministério de Ciência e Tecnologia, diferente de alguns países que foram bem sucedidos na questão tecnologia, mas, por outro lado, igual a outros que também foram bem sucedidos. E como isso respondia a uma questão cultural do nosso País, achamos que Ministério era mais importante do que uma Secretaria Especial, ou de que um órgão dedicado a essa questão, porque Ministério, aqui no Brasil, tem um significado cultural e hierárquico mais adequado para abranger esta questão, dado o nível de prioridade que queríamos dar.

Pois bem, isto foi a discussão que mantivemos com o Presidente Tancredo Neves, que acordou em relação a essa questão, propondo a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Passado o tempo, o Governo José Sarney extingue o Ministério, dos Ministérios mais importantes. Poderia extinguir o Ministério da Indústria e do Comércio, naquele tempo, e ele não faria falta como faz o Ministério da Ciência e Tecnologia. Até porque o Ministério da Indústria e do Comércio é coisa superada; teve o seu papel, talvez, no início da década de 50, ou naquele período quando o Brasil precisava se firmar no processo de industrialização, o que ocorreu com o auxílio eficiente desse próprio Ministério.

Mas agora estamos num outro nível, onde a própria indústria depende das conquistas tecnológicas, e não sabemos, no nosso entender, dar as respostas necessárias para essa questão, inclusive o próprio empresariado brasileiro, comparado com empresários de outros países, importa muito pouco com a questão tecnológica.

Enquanto, na Inglaterra, 40% dos investidos em tecnologia são feitos pelos próprios empresários, no Brasil, os recursos investimentos na área pelos empresários são muito pequenos, insignificantes, irrisórios, sendo o empre-

sariado nacional quem mais vai obter vantagem com esses investimentos.

Essa situação nos levou o sofrer o vexame de ter importado uma tecnologia nuclear superada, assim como outros tipos de tecnologia. Foi uma humilhação para o Brasil e provavelmente para a Alemanha, que foi o país que nos vendeu essa tecnologia, através das suas empresas e dos seus empresários. É uma humilhação para um país como o nosso, que já tem centenas de milhares de técnicos com condições e conhecimentos para sustentar o processo tecnológico de que necessitamos. Eles já formam a massa crítica que precisamos para tocar, com nossa próprias pernas, o desenvolvimento, pelo menos ao nível que temos condições de alcançar e que já é bastante razoável.

É preciso pensar sobre isto e agir, tomando-se novas medidas para corrigir e para cairmos no caminho certo, alcançando assim, os objetivos que toda a Nação brasileira deseja.

Fazendo um paralelo entre a situação do País e a da nossa própria Casa, o Senado Federal precisa também modernizar-se, atualizar-se do ponto de vista da tecnologia das comunicações, pois aqui trabalhamos com informação e comunicação.

Temos o Prodasen, uma conquista muito importante, que veio trazer enormes benefícios para o Legislativo brasileiro. Ele não está só aqui, mas também em todas as Assembleias Legislativas do País, assim como em muitas outras instituições, até em Câmaras de Vereadores. Infelizmente, contudo, o Prodasen já ficou no tempo. Ele não está com o nível de atualização tecnológica para acompanhar o desenvolvimento.

Nós temos aqui na Casa, tramitando, alguns projetos, e quero me deter especialmente sobre um, que, quando eu recebi, era de autoria do Senador Marcondes Gadelha. A Mesa do Senado, presidida na época pelo Senador Humberto Lucena, com o Senador Jutahy Magalhães na 1^a-Secretaria, e eu, na 3^a-Secretaria, trabalhou este projeto, que começou com uma idéia de central de vídeo, mas que acabou tendo uma abrangência maior, no sentido de fazer com que este sistema rápido de comunicação e informação pudesse chegar a todos os gabinetes de Senadores, a outros setores da Casa, e, quem sabe, a outros lugares do País, ou seja, tivesse uma abrangência bem maior do que aquela idéia inicial. Procuramos desenvolver isto com o conhecimento que pudemos ter, inclusive visitando quase todos os países da Europa relativamente a essa questão, visitando os parlamentos, examinando como as coisas aconteciam por lá. Trouxemos as informações que pudemos colher e que os técnicos puderam adicionar e oferecer. Esse trabalho foi aprovado pela Mesa naquele período, e eu considero uma implantação indispensável para o Senado ter condições de cumprir o seu papel, especialmente o papel que recebeu da Constituinte, que é de muito mais responsabilidade, que é um papel que ele vai desenvolver numa outra época política — portanto, bem diferente da que desenvolveu até aqui — em que ele pre-

cisa ser ágil ser responsável, porque se ele não decidir, ele de fora desta Casa, para decidir por ele.

É preciso, então, que o Legislativo brasileiro decida por si. Mas para decidir por aí, ele precisa ter informações que atualmente não tem, porque na hora em que vamos discutir a lei agrícola, a lei de infra-estrutura de transporte do nosso País, a lei das Diretrizes Urbanas do nosso País, nós não temos aqui dentro os dados suficientes e necessários que precisamos para poder produzir uma lei melhor, uma lei mais adequada, uma lei que a sociedade precisa e exige.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Ouço o nobre Senador

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex. tem grande responsabilidade no projeto que nós iniciamos na Mesa anterior, presidida pelo Senador Humberto Lucena. A preocupação Senador Humberto Lucena era deixar um projeto modificando essa estrutura que nós temos hoje no Senado a respeito da informática, através do Prodasen. Mas V. Ex. está lembrando bem que nós temos, hoje, grande dificuldade de obtenção de dados. Eu tive a oportunidade de, em debates aqui com o Presidente do Banco Central, com o Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento, e com o pessoal de diversos bancos oficiais, mostrar a necessidade que o Senado, hoje, tem, por exigência constitucional, de ter acesso a essas informações da política econômica do País ligadas ao Poder Executivo porque temos que fazer um acompanhamento, para o qual dependemos de informações e de dados. Não podemos exercer nosso papel se esses dados forem escondidos do Legislativo por falta desse entendimento, do exercício da democracia, entendimento que deve existir entre o Legislativo e o Executivo. Se há independência, tem que haver harmonia entre os Poderes. Temos que continuar nessa preocupação, nessa busca de informações, porque V. Ex. sabe bem que tanto o Prodasen quando a assessoria se queixam da falta desses dados. Acho que V. Ex. aborda um tema da maior importância, prestando serviço ao Senado Federal, já que V. Ex. vem abordando, em caráter genérico, essa questão da tecnologia no País: a falta de recursos que aplicamos nesse setor, que é da maior importância para o desenvolvimento da Nação. Então, temos que, complementando, e ficando apenas no âmbito do Senado Federal, chegar a esse entendimento, da nossa parte, de que não podemos permanecer com os projetos presos nos gabinetes. Esse projeto que V. Ex. aborda é da maior importância para o trabalho da Casa. Temos que desenvolver com maior rapidez o estudo dessa questão e o levarmos, em caráter determinativo, para a própria Comissão. É um projeto que tem iniciativa no Senado Federal e tem, portanto, facilidade de uma tramitação mais rápida. Acho que temos que dar encaminhamento a esses assuntos que nos chegam para estudo, porque não deve criar nenhum cons-

trangimento a qualquer Senador fazer modificações, fazer propostas modificativas a esses projetos, até, às vezes determinados projetos, só que não pode é ficar na gaveta. Dou a V. Ex. os parabéns por abordar hoje esse tema, que é da maior importância para o País.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Agradeço a V. Ex. a intervenção, e registro, também, o interesse que teve, como 1º Secretário, em auxiliar a tramitação dessa matéria, que teve na Presidência do Senador Humberto Lucena um apoio muito grande, que nos permitiu desenvolver até o nível de um projeto já de razoável compreensão.

Queria registrar também que este projeto está sendo apreciado pela atual Mesa, onde temos na Relatoria o Senador Pompeu de Sousa, que ora preside esta sessão, e que é um dos entusiastas do assunto. Tenho certeza de que será levado a cabo ainda este ano, porque é de absoluta necessidade que ele se concretize para o melhor desempenho do Senado Federal e para o bem do povo brasileiro.

Isto não custa caro, porque caro custa para a sociedade um Legislativo ineficiente, lento, isto, sim, é caro. Entretanto, um Legislativo que responde às expectativas da sociedade deve estar bem preparado. O Legislativo deve estar dotado da tecnologia mais avançada, porque ele é o responsável pelo bom andamento das questões do ponto de vista das leis do País. Então, acho que os setores mais apropriados para ter a melhor tecnologia são esses: os setores públicos, especialmente o Legislativo, que têm de responder pelas expectativas da sociedade.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me um aparte, nobre Senador Dirceu Carneiro?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Nobre Senador Dirceu Carneiro, congratulo-me com V. Ex. pelo seu discurso, na tarde de hoje, que, como sempre, trata de um assunto de transcendental importância para o desenvolvimento brasileiro. Não me surpreende que V. Ex. venha à tribuna para pronunciá-lo, porque me acostumei a admirá-lo pela sua combatividade, pela sua competência. Conheci V. Ex. mais de perto, quando nos deu a honra de conosco colaborar como 3º-Secretário da Mesa Diretora, que presidi no último biênio. V. Ex. como é testemunha o nobre Senador Jutahy Magalhães, na época nosso 1º Secretário, desempenhou um papel dos mais relevantes naquela oportunidade. Sempre que tínhamos alguma coisa mais difícil, que merecia uma reflexão mais profunda, entregávamos a V. Ex. o comando da tarefa. Entre os projetos que V. Ex. liderou — posso dizer assim — na nossa Mesa Diretora, estava justamente esse a que alude V. Ex. que começou como um projeto desambicioso de uma Central de Vídeo, que vinha da Mesa anterior, presidida pelo Senador José Fragelli, e que de repente V. Ex. com a sua inteligência, o seu talento, a sua cultura, o seu espírito público, o transformou numa propo-

sição bem mais ambiciosa. V. Ex. nós entusiasmou, de tal sorte, a todos, com os dados que nos levou às reuniões sobre o assunto, da Comissão Diretora, que tivemos o ensejo de conseguir da Seplan — lembra-se V. Ex. — um crédito suplementar, cujos recursos liberados, da ordem de 700 milhões de cruzados na época, seriam mais do que suficientes para o custeio de toda a importação do equipamento e de sua própria instalação. Esse projeto foi aprovado pela Mesa, o edital foi devidamente formalizado, através do empenho do 1º Secretário, Senador Jutahy Magalhães, e nós o deixamos em fase de publicação. Eu formulei votos, como faz V. Ex., para que a atual Mesa, que entregou este assunto à Relatoria do Senador Pompeu de Sousa, prossiga na execução desse projeto, com o maior interesse e urgência, porque, sabe V. Ex., com a inflação atual, os preços vão disparando e, daqui a pouco, vai ser preciso uma quantia muito mais vultosa, até porque — V. Ex. há de convir comigo — a maior parte desse equipamento é importado e, portanto, tratava-se, como se trata, de uma concorrência internacional.

Eu desejo, portanto, felicitar V. Ex., não somente pelo enfoque desse projeto, que diz respeito à necessidade de o Senado se integrar nessa nova fase de esforço pela expansão tecnológica, mas, sobretudo, pelo empenho que V. Ex. coloca, no tocante à expansão da ciência e da tecnologia. Realmente, o Brasil está muito atrasado nesse campo, houve, inclusive, a infelicidade da extinção de um Ministério, embora, por pressão do Congresso, tenhamos conseguido instituir uma Secretaria, a nível de Presidência da República. Mas o que importa não é a formalidade da estrutura, mas a decisão política do governo de, realmente, executar programas voltados para a ciência e tecnologia e alocar os recursos indispensáveis, a nível nacional e até internacional, para que o País possa acompanhar essa gigantesca marcha da humanidade em busca do progresso e da civilização. Meus parabéns a V. Ex.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Agradeço ao Senador Humberto Lucena a intervenção. Evidentemente que suas referências a minha pessoa são generosidades suas, e não sou merecedor das considerações que V. Ex. fez; procuramos, apenas, cumprir com a nossa obrigação de Membro da Mesa.

Mas, gostaria de enfatizar que, realmente, não é o mais importante se ter um ministério ou uma secretaria ou um órgão que seja capaz de coordenar a política de ciência e tecnologia, porque países alcançaram excelentes níveis de conquistas tecnológicas com diferentes instrumentos.

Realmente, o que está no cerne da questão é a vontade política de o Governo investir e de definir políticas de ciência e de tecnologia que, realmente, respondam às expectativas e que nos possibilitem avançar. De modo que concordo inteiramente com esse modo de ver a questão.

Gostaria de, ao encerrar essas considerações, levar em conta que é importante para o Senado, para o Legislativo brasileiro, encontrar um caminho para superar essa ciúmeira que existe entre os Poderes, isto é, que o Executivo guarde esconda as informações que gere e não deixe disponíveis aos Parlamentares ou ao Legislativo de um modo geral.

O Legislativo não pode ter um instituto em cada setor da atividade humana para concorrer com o Executivo; não pode ter aqui um centro de pesquisa, não pode ter um similar do Ministério do Planejamento ou do Banco Central.

O Legislativo tem por direito receber as informações geradas pelo Executivo, e se isso não for possível, pela iniciativa do próprio Executivo, haverá de ser feito pela Lei, porque temos verificado em outros países, orde a democracia já impera há muito tempo, no caso francês, por exemplo, 80% das informações geradas pelo Executivo fluem normalmente, sem requerimento, sem provocação, sem nada, para o Legislativo. Uma outra parte, em torno de uns 10% a 15%, vem ao Legislativo francês provocada por um parlamentar, ou pelo próprio Legislativo, e uma parcela de uns 8% das informações, que dizem respeito às atividades de funções do Executivo, se enquadram no chamado Segredo de Estado e, aí, têm uma circulação muito restrita e, portanto, dificilmente chegam ao Parlamento ou a outros níveis de conhecimento da sociedade.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Com todo prazer, nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Dirceu Carneiro, esse aspecto de um entrosamento maior, de um entendimento profundo, de um intercâmbio de informações resulta, sobretudo, do regime de Governo: é o parlamentarismo. Enquanto não chegarmos lá, não atingiremos esse intercâmbio que os novos tempos reclamam para o desenvolvimento econômico, social e o fortalecimento das instituições democráticas.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Nobre Senador Chagas Rodrigues V. Ex^a fere um aspecto muito importante dessa questão e, realmente, temos verificado, nos países que procuramos examinar do ponto de vista dessa questão do fluxo das informações, que os países de regime parlamentar têm mais facilidade em fazer com que esses fluxos sejam estabelecidos com mais estabilidade. Agora, por outro lado, verificasse, também, que aqueles países que tiveram regime autoritário mais recente, ou até há mais tempo, são os que têm mais dificuldades em superar essa diferença de fluxo de informação entre Executivo e o Legislativo. Cito a Itália, por exemplo, que há muito tempo não tem regime autoritário, mas até hoje existem seqüelas no relacionamento do Executivo com o Legislativo. Lá, que os Ministros são parlamentares, imagine se não fossem.

Os países que tiveram regime autoritário mais recente, como é o caso da Espanha e de Portugal, então aí nem se fala; há uma total dissociação da circulação das informações entre os Poderes, mormente, entre o Executivo e o Legislativo.

De modo que, aqui no nosso País, temos de encontrar o caminho para que essas informações que o Legislativo tem o direito de tê-las, até para poder legislar, até para poder cumprir o seu papel constitucional, mormente aquele alcançado depois da Constituinte, ele precisa ter muito clara essa questão. Se a informação é um direito dos cidadãos, que dirá dos Representantes dos cidadãos.

Agradeço aos Colegas e à Mesa a tolerância, e encerro, aqui, o meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

DURANTE O DISCURSO DO SR. DIRCEU CARNEIRO, O SR. NABOR JÚNIOR, SUPLENTE DE SECRETÁRIO DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. POMPEU DE SOUSA, 3º SECRETÁRIO.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A Mesa sente-se na obrigação de, ao mesmo tempo que externa a solidariedade ao nobre Senador Dirceu Carneiro pelo discurso, dar-lhe também uma explicação.

A circunstância de o Presidente eventual desta Sessão ser o sucessor do Senador Dirceu Carneiro na 3ª Secretaria, talvez, não sei por que fatores estranhos, criou, entre nós uma identidade completa.

De forma que, hoje, o Senador Dirceu Carneiro é um homem da área de Arquitetura e Urbanismo, um homem preocupado com a questão urbana, e transformou-se num homem de Informação e de Comunicação, que é a minha profissão há mais de 50 anos.

E eu me transformei num entusiasta do projeto que, hoje — como muito bem acentou o nobre Senador e ex-Presidente Humberto Lucena — até ganhou o apelido de Projeto Dirceu Carneiro. Quando o recebi para relatar, já tinha adquirido este nome. A ele tenho dado toda a minha colaboração. Inclusive já foi, pela Mesa, aprovado. E temos cobrado, em pelo menos, insistentemente, do Diretor da Secretaria de Divulgação, o jornalista e meu colega Manoel Vilela Magalhães, a autorização para a licitação. E por ele fui informado de que há apenas detalhes burocráticos que estão emperrando um pouco. Entretanto mais uma vez, vou fazer esta cobrança.

Por outro lado, quero também informar ao Senador Dirceu Carneiro, sobre a sugestão de ouvimos o Técnico, o Engenheiro competentíssimo, que lhe tinha dado grande assistência, grande assessoria na fase da reelaboração do projeto, que é o Dr. Castilho; ele tem estado em comunicação, mas está há 15 dias em falta comigo, para trazer novos subsídios.

De forma que, se não andou mais depressa não é por culpa da Mesa, é por culpa, um pouco, da burocracia, e um pouco, também, da ausência desse colaborador essencial.

Estamos atentos a isso, tal como Dirceu Carneiro está atento, estou certo, ao projeto sobre o Estatuto da Cidade, que passou a ser uma preocupação minha. Transformei-me num preocupado com os problemas que são do Prof. Dirceu Carneiro também. (Pausa.)

Passo, então, a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — Pr. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, serei breve porque, inclusive, estou ocupando a tribuna por uma deferência do Senador Marco Maciel, que é o próximo orador.

Desejo apenas fazer uma comunicação ao Senado. É que estou, imensamente, preocupado com um assunto que se relaciona com a tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 6, de 1989, que dispõe sobre a reformulação do Orçamento da União, tendo em vista a necessidade imperiosa de se disciplinar a aplicação de recursos decorrentes do excesso de arrecadação do Tesouro Nacional no presente exercício financeiro.

Estou inscrito para o encaminhamento de votação desse projeto no Congresso, quando chamarei a atenção dos meus Pares para o ponto a que me vou referir.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, advirto o Senado, para a denúncia que foi publicada no *Jornal do Commercio*, do Recife, cidade que sedia a Sudene, a nossa agência de desenvolvimento regional, sobre o desvio de recursos do PAPP, que é o Programa de Assistência ao Pequeno Produtor, e do Projeto Padre Cícero, através de emendas de diversos Parlamentares.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de dois projetos da maior relevância para o desenvolvimento regional e que estão no contexto do chamado Projeto Nordeste, que é gerido pela Sudene com recursos próprios e do Banco Mundial, em convênio com os diversos Estados da Federação que compõem o Polígono das Secas, do Maranhão até Minas Gerais.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador Humberto Lucena?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Tenho a convicção, pelo que conheço desses dois projetos, sobretudo no que se refere ao Programa de Assistência ao Pequeno Produtor — PAPP, que temos conseguido dar passos, senão gigantescos, mas bastante avançados no sentido de levar justamente aquele que é a mola mestra do desenvolvimento rural, que é o pequeno produtor, uma gama diversificada de benefícios, que vão desde o acesso à terra, através de um processo racional de ocupação e de legitimação das posses dos ocupantes; desde a racional utilização da água, através de um manejo adequado desse recurso natural, da captação e armazenamento até à sua utilização para o consumo humano e animal, na agricultura irrigada e na piscicultura; desde a geração e a difusão de tecnologias de produção agrícola apropriada aos pequenos produtores do Nordeste; desde o esforço de exten-

são aos pequenos agricultores de técnicas adequadas e de cultivo, armazenamento e beneficiamento da produção e de administração da propriedade e da própria moradia familiar; desde a concessão do crédito para investimento que amplia a capacidade produtiva, seja pela utilização de água para irrigação, seja pela introdução de prática de manejo dos solos, seja pela construção de infra-estrutura produtiva para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas; desde o acesso dos pequenos produtores aos mercados de insumos e de produtos e estabelecimentos de infra-estrutura e comercialização, até à organização de pequenos produtores e o desenvolvimento de pequenas comunidades rurais.

Ouçó V. Ex^a, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Humberto Lucena, ao me chegar esta notícia que V. Ex^a traz hoje ao conhecimento do Senado Federal, ocupei esta mesma tribuna onde V. Ex^a pontifica neste instante, para fazer as minhas colocações de protesto e de surpresa diante da subtração de 115 milhões de cruzados destinados ao PAPP e geridos pela Sudene, e que praticamente foram direcionados para outras atividades. Naquela ocasião, com o apoio do Senador Afonso Sancho, a Casa se posicionou em favor da manutenção desses recursos alocados à Sudene, a fim de que essa Superintendência pudesse dar continuidade a esse Programa que atinge diretamente os pequenos produtores rurais. Portanto, no instante em que V. Ex^a volta a debater este assunto, eu gostaria de, uma vez mais, reclamar a devolução à Sudene desses 115 milhões destinados ao PAPP, a fim de que ela, que vem gerindo este Programa, possa dar continuidade ao mesmo, favorecendo, assim, a milhares de pequenos proprietários rurais no Nordeste, que teriam uma colaboração financeira para a continuidade de suas atividades naquela faixa geográfica do País. Portanto, as minhas congratulações a V. Ex^a por essa sua presença na tribuna da tarde de hoje, reclamando, uma vez mais, aquilo que fizemos com um pouco mais de anterioridade na primeira convocação dos Senadores, para que adotassem essa postura de defesa dos recursos destinados ao Programa de Assistência ao Pequeno Produtor.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a V. Ex^a a intervenção, nobre Senador Mauro Benevides, que sempre está atento para defender os interesses do Nordeste nesta Casa do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores fica, portanto, com esta denúncia, o alerta aos Representantes de nossa sofrida Região no Senado, para que possamos esclarecer esta questão por ocasião da votação do Projeto de Lei nº 6 no plenário do Congresso Nacional, que deverá ser, de amanhã para depois.

Agradeço a cortesia do nobre Senador Marco Maciel, e peço a V. Ex^a, Sr. Presidente autorize que a inclusão, neste pronunciamento, da cópia dessa notícia do *Jornal do Comércio*,

do Recife, alusiva a tão oportuna matéria de interesse do Nordeste. (Muito bem!)

O DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HUMBERTO LUCENA EM SEU DISCURSO:

Economia

Manobras de Deputados

DESVIO DE RECURSOS DO PAPP E PADRE CÍCERO

Por conta de manobras de um grupo de deputados nordestinos, paulistas e paraenses, na Câmara Federal, os produtores rurais do Nordeste estão arriscados a perderem um terço dos recursos destinados ao PAPP-Programa de Apoio aos Pequenos Produtores do Nordeste e ao Programa Padre Cícero, coordenados pela Sudene, que seriam desviados para a realização de obras urbanas de engenharia, beneficiando, conseqüentemente, um certo número de empreiteiras de obras públicas.

O Executivo encaminhou ao Congresso o projeto lei, que tomou o número 6, propondo algumas reformulações no orçamento deste ano, que somam em média NCz\$ 250 milhões para o Padre Cícero, e NCz\$ 174 milhões para o PAPP.

Os parlamentares, por sua vez, respaldados em princípios constitucionais que permitem deslocar dotações para quaisquer programas, desde que não venham alterar os tetos globais, passaram a agir, no objetivo de resolverem seus problemas políticos, desviando recursos dos produtores rurais para obras urbanas. Desta forma, surgiram emendas de representantes dos Estados da Região, além de deputados paulistas e paraenses, que foram buscar verbas destinadas a resolver parte dos problemas das famílias da zona rural nordestina, em mais esta fonte.

Por conta da ação dos parlamentares de acordo com o que se constata no documento avulso da Câmara Federal, onde está publicada a relação das emendas, depois de muita luta da Comissão Mista de Orçamento do Congresso nacional, ainda assim, foram desviados NCz\$ 89 milhões do Programa Padre Cícero e NCz\$ 60 milhões do PAPP.

As emendas dos deputados propunham a retirada integral de NCz\$ 250 milhões do Padre Cícero e NCz\$ 174 milhões do PAPP (correspondente ao valor da contrapartida internacional que o Programa recebe para o seu orçamento). Graças ao esforço da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que tem o Deputado pernambucano do PMDB, José Carlos Vasconcelos como relator, a iniciativa dos parlamentares ficou restrita a um terço de suas pretensões.

DEPUTADOS APRESENTAM PROJETOS DE DESVIOS DE RECURSOS

Os produtores rurais do Nordeste poderão ainda ser salvos da manobra dos parlamentares, caso o plenário da Câmara Federal rejeite, mais uma vez, o relatório da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que traz em seu texto as emendas de deputados propondo

desvios dos recursos do PAPP e Programa Padre Cícero.

A matéria estará na pauta dos trabalhos que se iniciam nesta primeira semana de agosto e já existem alguns focos de resistências de parlamentares nordestinos para evitar que o relatório mais uma vez seja rejeitado.

Relação das Emendas

São as seguintes as emendas aprovadas pela Comissão Mista, dos deputados federais, que pretendem desviar os recursos do Programa Padre Cícero: Emenda nº 19, do Deputado Fausto Fernandes (PMDB — PA), pleiteando NCz\$ 3,8 milhões para obras do sistema de abastecimento d'água do Município de Licínio Almeida, na Bahia; Emenda nº 115, do Deputado Manoel Moreira (PMDB — SP), para ampliação do Cais do Valongo, no valor de NCz\$ 12 milhões, em Paquetá, município de Santos—SP; Emenda nº 119, também de autoria do Deputado Manoel Moreira (SP), para serviços de construção da Barragem Padre do Cavallo-BA, no valor de NCz\$ 33 milhões; Emendas nºs 150 e 151, do Deputado pernambucano Fernando Bezerra Coelho (PMDB) pleiteando recursos para obras no Rio Jaguaribe em Apodi (RN) e melhoria do porto de Natal (RN), envolvendo recursos de NCz\$ 9,5 milhões e NCz\$ 10 milhões, respectivamente; Emenda nº 176, do Deputado cearense Ubiratan Aguiar (PMDB), pleiteando verbas no valor de NCz\$ 1 milhão, para construção de um açude no município de Tejuçuoca — CE; Emenda nº 248, do Senador Lourenberg Nunes Rocha (PTB/MT) solicitando NCz\$ 30 milhões para o projeto de construção de uma rodovia no seu Estado. Já o senador Edison Lobão, do PMDB do Maranhão, encaminhou a emenda nº 249, solicitando recursos na ordem de NCz\$ 25 milhões para projeto de construção de uma rodovia no seu Estado natal.

Mais um projeto de pavimentação no Mato Grosso de rodovia no valor de NCz\$ 10,6 milhões foi encaminhado, para obtenção de recursos, através da Emenda nº 252, de autoria do Deputado Antero Paes de Barros (PMDB — MT).

Até as obras de revestimento e urbanização do canal de Setúbal, no trecho de Jaboatão, mereceu emenda de nº 257, de autoria do Deputado Marcos Queiroz (PMDB — PE), que pleiteia recursos de NCz\$ 40 milhões, do orçamento que, por direito, deveria ser destinado ao Programa Padre Cícero.

O Senador Lourival Baptista (PFL — SE) encaminhou a emenda nº 312 visando à execução do projeto de estabilização da praia da Coroa do Meio, em Aracaju-SE, estipulado em NCz\$ 20 milhões. O Deputado pernambucano José Jorge Vasconcelos (PFL), teve duas emendas encaminhadas, que pleiteiam recursos no valor de NCz\$ 361 mil (controle das enchentes do Rio Beberibe) e NCz\$ 1,1 milhão (controle das enchentes no Rio Capibaribe), para obras em Pernambuco.

Pela Paraíba, o Senador Marcondes Gadelha (PFL), também encaminhou emendas (318 e 319) solicitando desvio de recursos do Pro-

grama Padre Cícero para a construção de um açude (NCZ\$ 5 milhões) em Olho D'Água—PB, e outro no município de Catingueira—PB (NCZ\$ 3,5 milhões).

Rejeitadas

Foram rejeitadas as Emendas nº 111 da Deputada Abigail Feltosa (PSB—BA); nº 119 do Deputado Manoel Moreira (PMDB—SP); números 133, 135, 137 e 138 do Deputado Jorge Arbage (PDS—PA); nº 254 do Deputado Paulo Sardinha Mourão (PDS—RO); Emenda nº 282 Deputado Max Rosemann (PMDB—PR), que juntas, representam uma sangria nos recursos do Programa Padre Cícero em torno de NCZ\$ 42,4 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— O requerimento de V. Exª será devidamente adotado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE.

Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi solenemente instalada — significativamente no dia em que o País assinalava a passagem dos 162 anos da criação de seus cursos jurídicos, em Olinda e São Paulo — a Comissão Constitucional do Centenário da República, prevista no art. 63, do Ato das Disposições Transitórias da Carta promulgada em outubro do ano passado.

A solenidade ocorreu no Palácio do Planalto, sob a presidência dos Presidente José Sarney, Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministros da Cultura da América Latina e Caribe, Parlamentares e Ministros de Estados.

Discursaram, durante o evento, o Presidente do Senado Nelson Carneiro e o Presidente da República.

Entre outras palavras, enfatizou o Presidente José Sarney:

“Grandes datas são momentos de reflexão e de estímulo. Ensejam a movimentação da inteligência do País — professores, jornalistas, autoridades, cidadãos e sociedades em geral — no sentido de repensar, de refazer sua visão sobre o passado e o presente, no processo incessante que define um país em busca de sua identidade e do seu futuro.

Ao se completarem, em 15 de novembro de 1989, os cem anos da Proclamação da República, a sociedade brasileira estará, necessariamente, voltada para o significado desta data.

No quadro de um processo democrático, no qual o exercício da cidadania pressupõe a consciência da identidade histórica nacional, as comemorações relativas ao Centenário da República deverão estar associadas ao conhecimento de tudo que contribua para maior compreensão do próprio significado da República, para a História e para o Brasil. As comemorações têm, portanto, um duplo papel: o de aprofundar e difundir o conhecimento histórico é, nesta medida, redescobrir o que somos...”

E concluiu:

“Vali-me sempre da ligação de Odylo Costa Filho, de que uma nação se faz com peotas e heróis, para acrescentar historiadores e políticos. Historiadores para pensarem no passado, os poetas para sonharem como o futuro, os políticos para fazerem o presente.

As comemorações do Centenário ensejam um momento de reflexão sobre o nosso futuro político, sobre o que queremos para o nosso País.

Mas a maior de todas as comemorações, a que impecavelmente, representa o caminho dos cem anos republicanos, é sem dúvida termos a certeza de que neste ano, ao comemorarmos o Centenário da República, damos a imagem e símbolo da prática dos ideais republicanos aqui, na harmonia dos Poderes e, sobretudo, o exemplo de que fizemos do Brasil, neste cem anos, uma grande democracia e uma grande sociedade democrática.”

A Comissão é integrada pelos seguintes membros: Ministro da Cultura José Aparecido, Ministro da Justiça Saulo Ramos e o Secretário da Comissão Especial incumbida da organização e preservação dos documentos do acervo dos Presidentes da República, Virgílio Pereira da Costa, pelo Poder Executivo, Ministro José Fernandes Dantas (STJ), Ministro Aldo da Silva Fagundes (STM), e o Ministro Marcelo Pimentel (TST), pelo Poder Judiciário: Deputados Egídio Ferreira Lima (PSDB) e Bonifácio de Andrade (PDS) e por mim, pelo Poder Legislativo para secretário executivo foi eleito o Dr. Virgílio Pereira da Costa.

Na Assessoria da Comissão — e vinculados à Secretaria — destacamos a participação, entre as outras, do Prof. José Jobson Arruda, do CNPq, da Drª Celina Moreira Franco, Diretora do Arquivo Nacional, do Jornalista Oswaldo Peralva, Diretor do Instituto de Promoção Cultural do Ministério da Cultura, do Prof. Edson Nery da Fonseca, da Presidência da República e das Diretoras Sara Figueiredo, Branca Bórges Góes, do Senado Federal, da Drª Nilza Teixeira Soares, da Câmara dos Deputados e da Drª Adelaide Ramos e Corte, Presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal.

O seu horizonte de trabalho, conforme decisão da Comissão e inspirada no próprio texto constitucional, deverá prolongar-se até 24 de fevereiro de 1991, quando transcorre a passagem da promulgação da primeira constituição republicana, instrumento através do qual se institucionalizou a República em nossa Pátria. Pois, como é notório, em 15 de novembro de 1889, encerrava-se a fase monárquica no Brasil. E pelo Decreto nº 1, daquela data, o chefe do governo provisório, Mal. Deodoro da Fonseca, proclamava como forma de governo a República Federativa.

Contudo, somente em 24 de fevereiro de 1891, uma constituição trazia a confirmação, em definitivo, da nova ordem, com a federação, o presidencialismo, o controle da consti-

tucionalidade das leis, o Senado eletivo, não vitalício, etc.

Como se pode verificar na leitura do texto constitucional, o art. 63 não apenas recomenda se festejem os dois eventos, mas, de igual forma, se reflita criticamente sobre a República e instituições que lhe são coetâneas.

É o que diz o § 2º do citado artigo ao preceituar que a Comissão, no desenvolvimento de suas atividades, promoverá “estudos, debates e avaliações sobre a evolução política, social, econômica e cultural do País, podendo articular com os governos estaduais e municipais, e com instituições públicas e privadas que desejem participar dos eventos”.

A comissão iniciou suas atividades antes mesmo de sua instalação formal: a sua primeira reunião ocorreu aqui, no Senado Federal, sob a Presidência do Senador Nelson Carneiro, no dia 7 de julho deste ano.

Ela aprovou seu Regimento Interno que estabelece, entre outros dispositivos, o seguinte:

A Comissão Constitucional do Centenário da República e da Primeira Carta Republicana decidirá sobre o programa oficial relativo aquelas datas, no âmbito dos três poderes federais, e dará apoio às iniciativas dos poderes estaduais e municipais bem como às instituições de natureza privada;

— A Comissão pautará seu programa pelos princípios de avaliação histórica dos cem anos da República bem como de incentivo à preservação documental.

— Fica vinculado à Comissão o Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Independência, criada pelo Poder Executivo (Decreto Presidencial nº 96.630, de 31-8-1989), para coordenar todas as iniciativas da administração federal, direta ou indireta;

— A Comissão criará marca própria para o programa, que concederá a todas as iniciativas que julgar à altura do programa e de acordo com seus princípios;

— A Comissão decidirá sobre o programa de comemorações, assim como sobre os meios administrativos, técnicos e financeiros, que submeterá aos poderes adequados, necessários para sua realização;

— A Comissão poderá cadastrar-se, no Ministério da Cultura, a fim de obter recursos de doações culturais (Lei Sarney), bem como ter verbas especialmente designadas pelo Poder Legislativo;

— As Atas dos Trabalhos, bem como suas decisões serão publicadas no **Diário Oficial** da União.

Além disso, a referida Comissão estabeleceu seu plano de trabalho, do qual consta, preliminarmente, a adoção das providências que passo a mencionar:

— Elaboração do Guia dos Arquivos, Bibliotecas, Museus Brasileiros (Sob a responsabilidade do Arquivo Nacional da Fundação pró-Leitura, da pró-Memória e do CNPq);

— Recuperação e restauração do Museu da República, do Palácio do Itamaraty e da Casa de Deodoro (sob a responsabilidade do MIC, MRE e Ministério do Exército, respectivamente);

— Promoção de Congressos e Seminários (Sob a responsabilidade do CNPq);

— Edição de livros alusivos à temática do Centenário da República (execução coordenada pelo CNPq/INL);

— Organização da grande Exposição da História do Brasil (Sob a coordenação do CNPq/SCT);

— Organização da Feira Industrial e Comercial, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Com financiamento da iniciativa privada).

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores convém destacar, também por oportuno, o lançamento pela Comissão de concurso público para escolha da logomarca do evento, para o qual podem concorrer todos os brasileiros. O edital estabelece o prazo de até o dia 26 de Agosto para apresentação das propostas, o que me parece algo extremamente positivo, posto que enseja, democraticamente, a participação e o interesse de todos nos eventos históricos que vamos comemorar. Eis o edital para conhecimento da Casa.

COMISSÃO CONSTITUCIONAL DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA EDITAL

Regulamento do Concurso Nacional da marca comemorativa do centenário da República.

CAPÍTULO I Do objetivo

Art. 1º O objetivo deste regulamento é estabelecer as normas do Concurso Nacional para a escolha da marca comemorativa do Centenário da República.

Art. 2º A marca deverá transmitir referências ao Centenário da República, revestidas do caráter ao mesmo tempo erudito e popular que teve a luta republicana e democrática em toda a história do Brasil.

Parágrafo único. Poderá também haver referências à inconfidência Mineira (1789) e a outros episódios republicanos, e em especial à Constituição de 1891.

Art. 3º A marca deverá ser utilizada e se adequar à reprodução e divulgação, em cores e em preto e branco, pelos diversos meios e formatos de comunicação, gráficos ou eletrônicos.

CAPÍTULO 2

Da participação, inscrições e prazos

Art. 4º Poderá participar do concurso qualquer cidadão brasileiro.

Art. 5º As inscrições serão realizadas através da entrega dos trabalhos, ou remessa pelo correio, aos gabinetes do Presidente do Senado Federal (Congresso Nacional, Brasília, DF) e do Ministro da

Cultura (Eplanada dos Ministérios, Brasília, DF).

Parágrafo único. Na inscrição deverá constar o nome completo do concorrente e, no caso de menor, de seus pais, ou responsável, local e data de nascimento, profissão, endereço, bem como declaração nos seguintes termos: "Declaro estar inteiramente de acordo com os termos do Regulamento do Concurso Nacional da Marca Comemorativa do Centenário da República", datada e assinada pelo concorrente e, no caso de menor, pelo pai ou responsável.

Art. 6º Os trabalhos deverão ser apresentados em cartão duro no formato 40 x 40 cm, com original em preto e branco e indicações de cor em papéis vegetais superpostos.

Art. 7º As inscrições estão abertas a partir da data da publicação deste regulamento no Diário Oficial da União, até o dia 19 de agosto de 1989.

Parágrafo único. Para os trabalhos enviados pelo correio, valerá a data do carimbo da agência na qual o trabalho foi remetido, até a data de 12 de agosto de 1989.

CAPÍTULO 3

Do júri, julgamento e Prêmios

Art. 8º O júri será composto por dois membros da Comissão Nacional do Centenário da República, por um representante da Associação Brasileira de Profissionais de Desenho Industrial, um representante da Associação Brasileira de Propaganda e um representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Art. 9º O júri se reunirá em Brasília e apresentará os resultados do concurso no dia 26 de agosto de 1989, com 1º, 2º e 3º colocados.

Art. 10. O primeiro colocado receberá o prêmio de NCZ\$ 30.000,00 (trinta mil cruzados novos), além de diploma assinado pelo júri e pelos membros da Comissão Nacional do Centenário da República.

Art. 11. O primeiro colocado reconhece o direito de reprodução de seu trabalho pelo Programa Nacional do Centenário da República, através dos diversos meios de comunicação, abrindo mão de qualquer outro tipo de indenização, ressarcimento ou pagamento pela cessão desses direitos, pelo prazo e para o programa das comemorações do Centenário.

Parágrafo único. O primeiro colocado reconhece, igualmente, a eventual necessidade de alteração, a ser feita por profissional de reconhecida competência, do traço original da marca, em face de necessidade de adequação ao uso pelos diversos meios de comunicação.

Art. 12. Os 2º e 3º colocados receberão, respectivamente, NCZ\$ 15.000,00 (quinze mil cruzados novos) e NCZ\$

5.000,00 (cinco mil cruzados novos), além de diplomas assinados pelo júri e pelos membros da Comissão Nacional do Centenário da República.

Art. 13. Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Comissão.

Brasília 19 de julho de 1989

COMISSÃO CONSTITUCIONAL COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA BRASILEIRA:

José Aparecido de Oliveira, Ministro da Cultura; Oscar Dias Corrêa, Ministro da Justiça; Virgílio Costa, Secretário da Comissão da Memória dos Presidentes da República; Senador Marco Maciel; Deputado Egídio Ferreira Lima; Deputado Bonifácio de Andrada; Ministro José Fernandes Dantas (Superior Tribunal de Justiça); Ministro Aldo da Silva Fagundes (Superior Tribunal Militar); Ministro Marcelo Pimentel (Tribunal Superior do Trabalho).

Secretaria Executiva:

Virgílio Costa — Programa Nacional do Centenário da República (Presidência da República); Celina Moreira Franco — Arquivo Nacional (Ministério da Justiça); José Jobson Arruda — CNPq (Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia); Osvaldo Peralva — Instituto de Promoção Cultural (Ministério da Cultura).

Tenho presente que a passagem do Centenário da República é ocasião para refletirmos sobre o País e suas instituições, e — friso — não apenas, como igualmente desejável; festejarmos a passagem de data tão significativa.

Trago o tema à discussão desta Casa, Sr. Presidente, por entender que não será demais reivindicar que seja o do Senado Federal foro adequado para este debate. A esta Casa do Congresso, não apenas a atual, mas também as anteriores Constituições brasileiras, atribuíram a função permanente e específica de representar os interesses da Federação e a de zelar pelo equilíbrio do federalismo Brasileiro. Convém lembrar que a forma republicana e a Federação representavam, nos anteriores textos Constitucionais, os dois únicos princípios permanentes e imutáveis sobre cuja abolição não são admitidas emendas. E são, por isso mesmo, as duas mais duradoras conquistas do republicanismo Brasileiro. O Senado, filho e fruto da República em sua configuração atual, e representante no Império do princípio conservador da nacionalidade, segundo a oportuna constatação de Pimenta Bueno, em suas autorizadas lições de Direito Público Brasileiro é análise da Constituição do Império, tem mais que a obrigação — tem o dever de cumprir, pela forma sugerida, o papel de encarnar este debate essencial à avaliação de nosso próprio destino como Nação.

Interessa-nos, sobretudo — e interessa-nos, como explicação da realidade e receita para o futuro, indispensável ao reordenamento do regime que terá que ser feito mais cedo ou mais tarde — conhecer o processo de uma constante subversão latente a perturbar a normalidade da vida política e institucional, a

tornar cada vez mais agudos os conflitos sociais.

São estes, seguramente, os caminhos razoáveis sobre os quais temos que alicerçar os fundamentos do regime, se efetivamente pretendemos torná-lo adequado e compatível com as aspirações internas de nosso povo e com a crescente presença brasileira no concerto internacional das nações.

Por tudo isso, Sr. Presidente, a discussão desse assunto adquire maior importância, pois sabe-se que, em 1889, ao rejeitarmos a Monarquia, buscava-se novos tempos para o Brasil.

É uma noção que tem a evidência de uma janela aberta, aquela que percebe ter o Brasil optado pela República em detrimento da Monarquia, porque a opinião mais influente do País julgou que estaria assim escolhendo o caminho da modernidade, a fórmula dos novos tempos, o projeto político correspondente ao progresso, à prosperidade, à vitalidade social, com a superação do anacronismo representado pela instituição monárquica.

Parecia às "inteligências tropicalmente entusiásticas e crédulas" (como diria na ocasião Eça de Queiroz, em artigo célebre), que havia uma correlação positiva e necessária entre a República e o Progresso, esse progresso de tão calorosa difusão no positivismo nacional, que, de resto, veio a figurar — como legenda — na própria Bandeira Nacional.

De mais a mais, falar República é falar em democracia, em soberania popular, em suma: "quem diz República diz naturalmente democracia", segundo a fórmula que logo se tornou corrente no largo movimento de idéias republicanas.

Aliás, a expressão republicana sempre esteve associada à legitimação popular. Foi assim a sua compreensão, tanto na antiguidade clássica — através de Cícero — quanto na era moderna — por intermédio de Kant. Mais: suas características são a temporaneidade (em contraposição à durabilidade vitalícia da nobreza), responsabilidade (depois do termo do cargo), colegialidade (ao contrário da unicidade do rex), gratuidade e submissão das decisões do poder à lei. Ou seja, a arquitetura republicana é marcadamente democrática por suas origens e objetivos. República é "Res Pública": "O interesse comum principalmente, a conformidade comum lei comum, o único direito pelo qual uma comunidade afirma a sua justiça", lembra Nicola Matteucci (In "Dicionário de Política")

A propósito, Sr. Presidente, e sem querer polemizar, não andou bem a nossa última Constituinte, ao expungir do texto da nossa Carta, dentre os princípios irreformáveis, através de mera emenda, a República, instituição já definitivamente incorporada à tradição constitucional do Brasil, por responder aos desafios da cidadania e a vocação de nosso povo.

É certo, Sr. Presidente, que por numerosas razões e sob muitos aspectos, o Brasil se encontra, cem anos depois da proclamação da República, numa verdadeira encruzilhada histórica.

Há notoriamente, no âmbito da comunidade nacional, desencantos e desencontros, incertezas, decepções, perplexidades, expectativas quanto aos rumos que serão seguidos, que marcam o sombrio espectro de uma crise econômico-financeira sem precedentes e que parece ter se aguçado sem solução à vista. Não resta dúvida de que a sensação de malogro em todos os quadrantes sociais do País chega a assumir até a forma de "sinistrose", ou pelo menos fica cristalizada na forma de um generalizado ceticismo, onímoda descrença em relação ao processo político, às atividades de Administração Pública, ao funcionamento de qualquer dos poderes da república, à vitalidade da economia, às possibilidades do desenvolvimento. É realmente uma crise da qual o sintoma mais ostensivo, mais significativo se situa nos índices inquietantes de uma inflação pertinaz como uma enfermidade mortal.

Mais do que nunca, por conseguinte, se faz mister uma reflexão em profundidade sobre a República, nossa instituição fundamental, vale dizer, sobre sua instrumentalidade diante da crise nacional dos nossos dias.

Agora, sobretudo, quando nos apresentamos para eleger, após quase trinta anos, o Presidente da República pelo voto direto; e secreto agora quando nós preparámos para realizar plebiscito que vai decidir sobre a forma (republicana ou monarquia constitucional) e sistema (parlamentarismo ou presidencialismo) de governo; agora, quando vamos realizar a revisão da nossa Constituição prevista para 1993, impõe-se, como nunca, que o governo e a sociedade discutam a República e sua transcendente significação.

Dai a necessidade de aproveitar o instante do centenário para insistirmos na importância de uma tomada de consciência nacional.

O pensador George Renard, em um dos seus livros, disserta sobre a essencialidade de uma mística nacional.

"Mística nacional, conceituava o velho mestre francês, antigo professor da Universidades de Nancy e filiado ao pensamento de Santo Tomás de Aquino. É o sentimento que solidariza as gerações entre si, sem embargo das vicissitudes políticas e históricas. A nação é uma mística incorporada numa população e mantida pela sua renovação contínua. É uma instituição social".

Essa mística, oriunda do sentimento profundo da nacionalidade é o traço distintivo dos povos que se elevaram, por sucessivas integrações de sua consciência coletiva, à condição de verdadeiras nações."

Em 1885, o grande ideólogo de República, que foi Alberto Sales, assinalava o prólogo de uma publicação sua intitulada "Catecismo Republicano":

"Tenho para mim que a única coisa verdadeiramente essencial de que necessita esse País, e isso com a maior urgência possível, é uma revivescência política completa, radical e geral."

Passados cem anos da Proclamação da República, sentimos ainda que esse é um *desideratum* por realizar, mormente agora, neste momento que representa a encruzilhada dos destinos nacionais.

É esta também a nossa convicção: que tenhamos uma República autenticamente vivida nas mentes e corações brasileiros; que percebamos que o caminho da cultura, da civilização, do direito, da integração social, do mais vivo sentimento da nacionalidade se realiza pela República. Eis o verdadeiro caminho para o desenvolvimento e para a plenitude da ordem democrática. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC —

TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o recurso água sempre teve, através dos tempos, extrema importância para o gênero humano. A localização, a economia, a religião, os costumes, a própria vida de cada povo reflete, como nos mostra a História, a influência da maior ou menor disponibilidade desse recurso natural indispensável.

Atualmente, o aumento populacional e o desenvolvimento tecnológico tornam o rio cada vez mais precioso. As alterações do equilíbrio ecológico exigem que voltemos a atenção para os nossos cursos de água, enquanto ainda podemos protegê-los, recuperá-los de forma racional e equilibrada.

O Brasil dispõe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de uma rede potamográfica portentosa. Nós, no entanto, ainda não nos capacitamos do que esses recursos que a natureza generosa nos oferece podem representar para o desenvolvimento econômico do País e para o bem-estar social do nosso povo.

Sabemos que os rios podem ser utilizados para fins tão diversos como navegação, irrigação, abastecimento doméstico e industrial, energia, piscicultura, depuração sanitária, turismo, recreação, esportes etc. Entretanto, senhores, firmou-se em nosso País uma lamentável tradição: a da falta de entrosamento entre os diversos setores. Aqui, os órgãos setoriais atuam como compartimentos estanques, sem considerar os interesses e objetivos de outras áreas.

Outro grave problema é que, em razão dessas ações isoladas, os nossos projetos de aproveitamento fluvial e os códigos de águas têm sido feitos quase sempre pelo Ministério das Minas e Energia, que parece avaliar a importância dos rios pelos quilowatts que podem fornecer.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho de uma região em que os rios desempenham um papel fundamental, não só na economia, mas também nas atividades do povo. O Araguaia, o Tocantins e respectivos afluentes constituem o cerne da nossa cultura e, com tal, não podem ser agredidos, sem que os prejuízos atinjam tanto o equilíbrio ecológico, quanto o econômico e o social.

Estudos sérios foram realizados. Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluindo pela viabilidade da navegação nos rios Tocantins e Araguaia. Na década de 70, por exemplo, o Departamento de Portos e Vias Navegáveis interessou-se bastante pelo assunto em questão, tendo por objetivo a exportação anual de mais de vinte milhões de toneladas do rico minério de ferro extraído da Serra dos Carajás.

Dentre os aspectos considerados, incluíam-se os indiscutíveis benefícios a toda uma região geoeconômica em plena pujança de desenvolvimento, com vilas e cidades ribeirinhas em prosperidade. Salientava-se, outrossim, o transporte mais barato de minérios, dos derivados de petróleo e demais produtos necessários à aceleração do progresso das extensas áreas envolvidas.

Com a preocupação clara de não onerar demasiadamente o Orçamento da União, aquele Departamento aventou a hipótese de que parte da navegabilidade do rio Tocantins poderia ser financiada pelas companhias exploradoras do ferro de Carajás.

Para a implantação de um hidrovio de primeira qualidade, os técnicos sugeriram que o primeiro trecho com prioridade navegável fosse de Marabá a Tucuruí, considerado o principal empecilho ao aproveitamento dos rios Tocantins e Araguaia como vias de transporte.

Efetivamente, Senhores, o trecho compreendido entre Tucuruí e a confluência do Araguaia, com 257 km de comprimento, é o mais difícil para a navegação. Compreende várias corredeiras e cachoeiras, destacando-se, como o principal obstáculo, a queda denominada Itaboca.

O anteprojeto global da hidrovio previu, para a superação dessa barreira natural, três obras de vulto:

- a barragem de Tucuruí com eclusa, destinada à produção de energia elétrica, podendo abastecer Belém, com 600 a 800 kw;

- um canal lateral derivando da margem esquerda do Tocantins, no final do remanso da barragem de Tucuruí, com duas alterações de cota, retornando ao curso do rio nas proximidades da ilha das Poças. Com uma extensão total de 60 km, esse canal contornaria a cachoeira de Itaboca. Devendo, porém, atravessar três vales secundários, a serem represados por diques, exigiria a escavação de somente 14 km para a sua abertura; e

- a barragem da ilha das Poças, sem necessidade de eclusa, já que a navegação desse ponto para jusante se realizaria pelo canal que contornaria Itaboca.

O anteprojeto estabelecia, ainda, as dimensões das barragens que deveriam permitir a passagem de comboios de 12.000 toneladas, constituídos de quatro chatas de 3.000 toneladas cada uma e de um empurrador. Chegando a Tucuruí, os comboios de minérios seriam reagrupados, com o acréscimo de doze chatas, totalizando 36.000 toneladas, e substituído o empurrador por mais possante, para trafegarem até o terminal marítimo.

A construção desse importante porto marítimo é ressaltada pelo estudo, com o objetivo

de atender a toda a região central e boa parte do norte do País, em termos de importação e exportação.

Em trabalho publicado em 1972, Furtado Portugal, um dos maiores especialistas brasileiros em navegação interior, apresenta importantes esclarecimentos quanto a esses dois grandes rios. Aponta, inclusive, os estirões tranqüilos, plenamente utilizáveis para a navegação, e as corredeiras e cachoeiras.

No que se refere ao Tocantins, esclarece o Dr. Portugal que os trechos perturbados por corredeiras e cachoeiras, que isolam entre si os estirões tranqüilos, só que podem ser navegados, no seu estado atual, por embarcações de pequena tonelagem, da ordem de até 30 toneladas, e em períodos de águas médias. Considera, no entanto, ser possível torná-los navegáveis em qualquer época, para embarcações de sentido comercial de grande tonelagem.

Para efeito didático, aquele especialista dividiu o grande afluente do Tocantins em duas grandes partes. A primeira entre a foz e Conceição do Araguaia e a segunda, dessa cidade para montante.

O primeiro segmento do Araguaia compreende um trecho fortemente perturbado, cujos principais acidentes são as cachoeiras do Turcão, Santa Israel e São Miguel e, a montante e jusante desses acidentes, vários estirões tranqüilos, porém interrompidos por pequenos saltos, corredeiras e travessões.

A montante de Conceição do Araguaia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não se dispõe do perfil da lâmina d'água, mas apenas de elementos da Carta do Brasil ao milionésimo, bastante precários para fins de navegabilidade, e de relatórios de viagens.

O estudo divulgado pelo Dr. Portugal, em 1972, apresenta conclusões deveras interessantes, entre as quais destaco:

- o rio Tocantins pode ser transformado em uma hidrovio contínua, desde a foz até Peixe, a 400 km de Brasília, por meio de pequenas obras de melhoramentos nos trechos tranqüilos e obras de grande porte nos trechos perturbados por cachoeiras e corredeiras;

- o custo de hidrovias não é superior ao de ferrovias nem de rodovias pavimentadas de primeira classe;

- havendo demanda de energia elétrica por todo o vale — o que não é impossível em futuro próximo, devido às riquezas em potencial preñunciadas — o custo quilométrico da hidrovio poderá descer a valores ínfimos, cerca de 10% do calculado — Cr\$ 1.732.100.000,00 à época —, pois será aliviado do custo das barragens;

- o Araguaia, ainda não bem estudado, poderá oferecer uma alternativa à hidrovio Belém—Brasília;

- as obras do Tocantins, entre Tucuruí e Marabá, são de alta relevância, independentemente do projeto Carajás, pois fazem parte integrante do principal eixo fluvial do Brasil na direção Norte-Sul, ligando

do ao porto de Belém o Planalto Central e atravessando um vale cheio de riquezas em potencial.

Em 1973, Sr. Presidente, Srs. Senadores, assistimos à determinação do Marechal Gartastazu Médici, então Presidente da República, no sentido do imediato aproveitamento energético do Tocantins, e à inclusão da alternativa hidrovio no Plano Nacional de Viação.

Naquele mesmo ano, sob o título "Dúvidas e preocupações sobre o Projeto Carajás", o Engenheiro Brasília Accioly divulgou oportunas considerações técnicas, confrontando as duas alternativas: ferrovia versus hidrovio.

Segundo Accioly, os técnicos das companhias encarregadas do projeto de escoamento eram favoráveis à construção de uma ferrovia de aproximadamente 1000 km e do porto em Itaqui. Ao mesmo tempo, outros especialistas, inclusive do próprio Governo, defendiam a hidrovio do Tocantins, também com cerca de 1000 km, como a solução que melhor atenderia aos interesses nacionais, ainda que implicasse obras mais onerosas na embocadura do rio Amazonas.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, em todo mundo, o minério é carga típica da hidrovio, mesmo que se ofereça, paralelamente, o melhor serviço ferroviário como solução alternativa. É o que acontece no Reno, no São Lourenço, no Volga, no Mississippi e onde quer que prevaleçam as leis da economia de transportes.

Em seu trabalho, o engenheiro apresenta, conforme referido anteriormente, oportunas considerações técnicas, algumas das quais trago ao conhecimento dos meus nobres Pares:

- estima-se que o transporte de minérios em comboios empurrados no Tocantins possibilitaria uma poupança em custos de transporte da ordem de 1 bilhão de cruzeiros;

- a opção hidrovio representa cerca de 4 dólares a menos por tonelada, na diferença de custo do transporte interno;

- os aspectos do transporte interno são mais relevantes que os do transporte internacional, em termos de economia de custos;

- a engenharia nacional, por motivos alheios à sua vontade e às suas responsabilidades, não tem logrado obter dos rios os imensos benefícios e vantagens que poderiam propiciar ao desenvolvimento nacional, ou seja, além da energia, o transporte barato, a irrigação, o saneamento e as condições sanitárias ideais, o meio de exploração da pesca, e até de recreação, turismo, prática de esportes etc;

- a solução via Tocantins traria o porto de grande calado, imprescindível ao desenvolvimento da região, permitindo a indispensável transição entre toda a navegação interior da maior bacia fluvial do mundo e a navegação oceânica de grande porte (Porto do Baixo do Espadarte);

- a hidrovio do Tocantins e o porto

do Espadarte estão incluídos no Plano Nacional de Viação.

O Dr. Accioly destaca, ainda, a situação do transporte fluvial em todo o mundo, esclarecendo que somas imensas são gastas para serem aproveitadas as vantagens dos portos flúvio-marítimos, a exemplo dos complexos portuários de Roterdã, Antuérpia, Bremen, Hamburgo, New Orleans, Le Havre etc.

Aqui no Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos uma situação de certa forma semelhante, a do superporto do Rio Grande.

Ao me informar sobre a área de influência do porto do Rio Grande, surpreendeu-me constatar que abrange não somente a totalidade do Estado do Rio Grande do Sul, mas também a região Oeste de Santa Catarina.

Sua estrutura viária é constituída por uma rede rodoviária com quase 8 mil quilômetros de estradas pavimentadas e mais de 50 mil quilômetros de rodovias não pavimentadas, por 3.500 km de vias férreas e pela rede hidroviária, representada pelos trechos navegáveis dos rios Taguari e Jacuí e pela lagoa dos Patos.

Da mesma forma, a construção do terminal flúvio-marítimo do Baixo do Espadarte se delineia como um elemento propulsor de progresso para as regiões Norte e Centro-Oeste, e peço vênica, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para apresentar alguns elementos que bem podem elucidar essa assertiva.

Em primeiro lugar, estatística dos transportes hidroviários europeus demonstram que as hidroviárias são dez vezes mais econômicas que as rodovias e quatro vezes mais que as ferrovias.

Nos Estados Unidos, os números mostram que as aquaviárias têm seus custos cinco vezes inferiores aos do transporte ferroviário e vinte e duas vezes menores que o rodoviário. No Brasil, inexistem dados conclusivos sobre o assunto, mas uma experiência realizada no Rio São Francisco comprovou que, com motor do mesmo porte do de um caminhão capacitado para vinte toneladas, um empurrador conduz oitocentas toneladas.

O Sr. Aureo Mello — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. Antônio Luiz Maya — Com muito prazer, nobre Senador Aureo Mello.

O Sr. Aureo Mello — Vejo V. Ex. representante do Estado do Tocantins, rio sobre o qual já transitei várias vezes, defende a nossa eterna tese amazônica da utilidade e oportunidade da navegação fluvial. Julgo oportuno, ao ensino da gentileza da concessão do aparte que V. Ex. me proporciona, alertar a Casa sobre uma proposição que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da autoria do eminente e culto Senador Roberto Campos, em que S. Ex. propõe sejam consideradas suscetíveis de privatização todas as empresas estatais que porventura não estejam dando lucro. O parecer de autoria do Senador Edson Lobão é conclusivamente favorável a essa proposição. Quero porém dizer, nesta oportunidade, que certas empresas de navegação fluvial, pelas circunstâncias peculiares que pos-

suem, podem até não dar lucro, mas são muito mais significativas e úteis para as coletividades de certas regiões do Brasil, como as da Amazônia, do que empresas rodoviárias que precisam de permanente serviço de manutenção, que é muito mais oneroso. Chego, então, à Empresa de Navegação da Amazônia S.A., a Enasa, eternamente ameaçada por proposições desse tipo, e que já foi, através do consenso do Plenário, consagrada, nesta Casa, neste segmento do Poder Legislativo, como um órgão que, mesmo não dando os lucros de uma empresa comercial costumeira, é a base, a viga-mestra de todo o transporte da região Amazônica e tem conotações de serviço assistencial imprescindível e com o qual o País, a Nação gastará muito menos do que aquilo que dispense em subsidiar certas estradas e outras despesas de caráter estatal. A matéria também foi consagrada na Câmara dos Deputados, para ser definitivamente aprovada, e, agora, estamos arneados de ver uma revogação na mesma Sessão Legislativa de um ato que já é praticamente matéria vencida. Aos Srs. componentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania peço a atenção em relação a essa proposição, ao mesmo tempo em que aplaudo as palavras de V. Ex., por mim sempre aplaudidas, porque se inspiram no alto.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Agradeço a V. Ex., nobre Senador Aureo Mello, a intervenção, porque, nas circunstâncias em que hoje o País se encontra, com dificuldades de toda a sorte e natureza, deveríamos procurar os melhores caminhos para a solução dos problemas de crescimento e desenvolvimento.

Temos essa potencialidade enorme, sobretudo em termos de aproveitamento do potencial hidráulico dos grandes rios da Bacia Amazônica, para dar uma solução aos problemas de transporte, que se encarecem cada vez mais, devido ao preço do petróleo, que a cada dia se torna mais elevado e que, de algum modo, está a inviabilizar a vida daqueles que habitam o interior do nosso País, com estradas precárias, e onde os produtos para a manutenção e a sobrevivência desses interioranos são cada vez mais caros.

Por esta razão, ocupo hoje esta tribuna na obrigação de, pelo menos, chamar a atenção do País para o aproveitamento, o mais rápido possível, dessa alternativa de transporte através da navegabilidade dos grandes rios da Bacia Amazônica.

Tem V. Ex. razão, nobre Senador Aureo Mello. Nem que seja por via da privatização de empresas navegáveis, vamos aproveitá-las, porque ela se constitui talvez numa alternativa que virá beneficiar a nossa população, em termos de custo de vida, de sobrevivência e, sobretudo, de progresso e desenvolvimento das regiões ribeirinhas, dos nossos caboclos do interior, da nossa Região e do nosso País.

O Sr. Aureo mello — A privatização na Amazônia, nobre Senador, não é aconselhável, porque visa principalmente o lucro, o comércio, e não respeita as instruções de Ca-

pitarias ou até corrompe certos funcionários, acarretando desastres pavorosos, como aquele do "Bateau Mouche", que passa a ser uma gota d'água no oceano. Temos freqüentemente — e aqui está o Senador Mário Maia para testemunhar — desastres pavorosos na Região Amazônica, em função da ganância da privatização, que não tem, realmente, aquele interesse social que a navegação estatal ali se evidencia e procura cumprir no concernente a normas, por exemplo, de tripulação, a normas de horário de saída, a normas de número de passageiros e à quantidade de carga. A privatização não quer saber da questão da navegação da Amazônia, ela quer encher o navio de carga e de passageiros, e por causa disso tem havido desastres contínuos e pavorosos. Então, pode até haver a privatização da navegação, mas a privatização não pode prescindir da empresa estatal no concernente à Amazônia, porque a empresa estatal é como em certas áreas de Educação é o colégio-padrão, ela é o paradigma para servir de base e também de opção, evitando, assim, a passagem alta e a viagem perigosa para os ribeirinhos moradores daquelas áreas. Realmente, é uma questão que estou martelando e insistindo aqui, porque quem não conhece a Amazônia detalhadamente pode até pensar que essas regras genéricas se estendem para o

O Brasil é, realmente, um conglomerado de países. A verdade é que certas regiões, se pertencessemos à América Espanhola, já seriam pequenas repúblicas há muito tempo. Quem não conhece a Amazônia pode dizer que não conhece o Brasil integralmente, porque é uma Região completamente diferente. São rios de 30, 20 metros de oscilação na fase de enchentes, 170 metros de profundidade, com 20, 30 quilômetros de largura, regiões de baías, como a Baía do Boiaçu, no Rio Negro, em que o cidadão não enxerga a outra margem; são rios oceânicos e a região é gliscóide, a enchente sobe 20, 30 metros, oscilando, pois, seis meses depois, cronometricamente aquilo acontece, inundando todas as terras praticamente, porque a terra firme é bem pouca. De maneira que é uma região singular e especial; não se lhe pode fazer a lei que se faz para uma região, digamos, mesmo de savanas ou daqui dessa área do Centro-Oeste ou mesmo para as áreas montanhosas ou do Sul do País, que nada têm a ver, geograficamente, com aquilo. Isso não quer dizer que não haja essa homogeneidade, essa unidade completa do nosso grande povo, que dentro de sua miscigenação, dentro da sua diversificação, é mais do que um povo; é a raça brasileira. Muito obrigado, nobre Senador. Desculpe-me pela interrupção.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Sou eu quem agradeço, nobre Senador Aureo Mello.

Tem V. Ex. toda razão.

Sou proveniente de um Estado interiorano, que fazia parte, até bem pouco tempo, da chamada Amazônia Legal, porque a parte de Goiás que é da Amazônia Legal constituiu-se em Estado da Federação Brasileira, com ca-

racterísticas mais ou menos semelhantes às do Estado de V. Ex^a.

É evidente que os nossos problemas não se configuram como os problemas do Estado do Amazonas propriamente dito.

O Sr. Áureo Mello — O velho Tocantins também é um rio de características bem amazônicas.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Por esta razão eu disse a V. Ex^a que, na situação atual, seria uma alternativa exatamente para baixar o preço do custo de vida para toda a região e do transporte dos produtos do nosso Estado, aproveitando-se a navegabilidade, com correções, no curso dos grandes rios que formam exatamente o Estado do Tocantins. De um lado está o Araguaia, de outro, praticamente o Tocantins.

Neste sentido é que diríamos que também a participação de empresas privadas, a nós do Estado do Tocantins favoreceria bastante, sobretudo porque o nosso Estado ainda está na fase de instalação.

O Sr. Áureo Mello — Sem dúvida alguma, ainda mais porque o Estado do Tocantins é uma Brasília amplificada.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Muito obrigado, nobre Senador.

Sinto-me satisfeito por ter feito a leitura dessa tese, à qual gostaria de dar prosseguimento, uma vez que pude trazer o assunto à reflexão do Poder Executivo, esperando que sejam aproveitados, o mais rápido possível, o enorme potencial hidrelétrico, na navegabilidade e o uso para irrigação dos nossos grandes rios, que constituem uma grande riqueza para o Território Nacional.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte, antes de encerrar o seu discurso?

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Nobre Senador Mário Maia, V. Ex^a me honra com o seu aparte.

O Sr. Mário Maia — V. Ex^a enfoca um assunto de grande importância para o Brasil e, especificamente, para a região Amazônica. A época em que éramos Deputado Federal defendíamos uma tese concernente à navegação dos grandes rios da Amazônia. Na oportunidade apresentamos uma sugestão na Comissão de Transportes para que fosse feito um aproveitamento eclético da navegação fluvial, juntamente com rodovias em pequenas extensões. Os grandes rios, que são amplamente navegáveis em milhares de quilômetros, tanto os afluentes da margem direita quanto os da margem esquerda da grande calha, poderiam ser utilizados para a efetiva ocupação da Amazônia. Assim, deveríamos incentivar a navegação fluvial e a penetração em terra firme, através de estradas vicinais, a partir dos grandes rios, com extensão de, no máximo, 150 a 200 quilômetros. O rio, então, seria a coluna vertebral e as estradas, as espinhas — o sistema é conhecido como "espinha de peixe". Portanto, os caminhões transportariam a mercadoria em curta distância, principalmente os produtos da coloniza-

ção, e a trariam para os navios. Os caminhões poderiam até ser transportados em grandes navios ou chatas, um número grande de caminhões poderia rodar pelas grandes estradas do Sul. Infelizmente, esse projeto, discutido naquela época, passou a dormir nas gavetas, e lá se vão quase 30 anos. Agora que voltamos a falar no desenvolvimento da Amazônia, "para integrá-la e não entregá-la" à cobiça internacional, deveríamos partir para esse ponto fundamental que V. Ex^a enfatiza: a navegabilidade intensiva dos grandes rios. Felizmente, a natureza ofereceu à Amazônia — esse grande continente — as estradas naturais, que são os rios.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Agradeço ao nobre Senador Mário Maia, V. Ex^a tem toda a razão. As boas idéias devem voltar à baila, devem sempre ser debatidas. O projeto talvez tenha sido engavetado, porém a idéia não foi, e volta à baila neste Plenário do Senado Federal. Portanto, é da maior importância que a repensemos e, de algum modo, concorremos para que ela se viabilize, se torne realidade dentro do contexto histórico atual da nossa Nação.

Continuo, Sr. Presidente.

No caso em tela, Srs. duas grandes regiões podem ser diretamente beneficiadas: Norte e Centro-Oeste.

O rio Amazonas e a parte final de seus afluentes são navegáveis durante todo o ano por navios de grande porte, o que permite estender a navegação de cabotagem e longo curso pelo menos até Elenjamin Constant, distante 1.881 milhas de Belém do Pará. Os seus afluentes sofrem restrições de profundidade, nos períodos de águas baixas.

Os principais eixos de tráfego são: o Baixo Amazonas, da foz até Manaus; o rio Madeira, até a cidade de Porto Velho; o rio Purus, até Boca do Acre; o eixo dos rios Negro e Branco, de Manaus a Caracará ou Boa Vista. Na bacia do rio operam três tipos de navegação: a interior, a de cabotagem e a de longo curso. Os esforços de integração vêm dando ênfase aos propósitos de execução de uma política de implantação de uma navegação interior que facilite a circulação das riquezas regionais, com economia geral de custos.

Uma característica da navegação interior na Amazônia, de acordo com os especialistas do setor, é a de que grande parte da carga é transportada entre pontos extremos das linhas de tráfego, tendo pouca expressão a carga de meio de caminho. No eixo Belém—Manaus são transportados aproximadamente 70% do total de carga da bacia.

O vale do Araguaia, com 400 mil quilômetros quadrados de área, começou a se integrar à economia brasileira, de forma efetiva, na segunda metade da década de 60. A alavanca que impulsionou o progresso foi a criação de gado. Em seguida, implantaram-se os projetos agrícolas e de colonização, absorvendo cada vez maiores contingentes de mão-de-obra rural e multiplicando o volume de produção de terras férteis, anteriormente desocupadas.

Estende-se, Srs. Senadores, por quase mil quilômetros, atingindo quatro Estados: Mato

Grosso, Goiás, Pará e Tocantins. Constitui o primeiro e maior pólo de desenvolvimento da Amazônia Legal, concentrando o maior número de projetos, numa posição estratégica, equidistante do Norte e do Nordeste, carentes de carne, e dos grandes centros consumidores do Sul e do Sudeste.

Segundo empresários locais, esse vale "é a maior resposta à política de incentivos fiscais na Amazônia. Foi essa política que tornou possível que, para cada projeto incentivado, surgissem três empreendimentos financiados apenas por recursos próprios".

Atualmente, o vale já tem estradas. Entretanto, durante seis ou sete meses não é possível chegar ao sul do Pará, a não ser de avião, porque as estradas não dão passagem. Outro problema é o causado pela ilha de Bananal que, em toda a sua extensão de 300 quilômetros, impede a ligação do lado mato-grossense com Belém—Brasília. Para os empresários, "chegou a hora dos resultados, pois os crescentes volumes de produção precisam sair do vale e as estradas não suportam a demanda".

A área de influência direta da bacia Araguaia—Tocantins abrange uma extensão total de 935,4 mil Km², equivalente a 11% da área total do Brasil. Desse território, Srs., os Estados de Tocantins e Goiás juntos, ocupam 55%.

A malha rodoviária existente na região se estende por 83,968 km, dos quais 5,7% pertencem a estradas federais, 22,5% a estaduais e 71,8% a municipais. Boa parte dessas últimas se encontra em leito natural, dificultando o escoamento da produção, principalmente na época das chuvas.

O sistema ferroviário é composto basicamente pela ferrovia Carajás—São Luís, que liga a serra dos Carajás ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. Cumpre, também, destacar a Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal, em Belo Horizonte—MG, que, apesar de não estar diretamente ligada à área em questão, atua de modo expressivo no escoamento da produção e no abastecimento da região.

O sistema hidroviário da região, Srs. Senadores, ainda que possua uma extensa rede, tem um grau de utilização mínimo, devido ao fato de inexistir uma infra-estrutura de apoio adequado à navegação.

De acordo com a Eletronorte, é enorme o potencial elétrico da região, estimado em 25.000 MW. O aproveitamento da energia, porém, corresponde a uma parcela insignificante, 85% da energia consumida são importados e carregados através de dois grandes sistemas interligados existentes no País: o sistema Sul/Sudeste/Centro-Oeste e o sistema Norte/Nordeste, recentemente implantado. O desenvolvimento da eletrificação rural é, ainda, incipiente. Muitas sedes municipais e grandes áreas territoriais permanecem marginalizadas desse serviço.

Todos esses motivos têm exercido enorme influência sobre a população da área envolvida. As opiniões se dividem e encontramos argumentação forte e segura, tanto a favor quanto contrária à implantação da hidrovia.

Segundo as políticas e diretrizes do Ministério dos Transportes para a região, "o transporte hidroviário interior deverá receber prioridade nas áreas já dotadas de vias navegáveis, em condições de serem utilizadas, economicamente, para transporte de grãos. Essa modalidade de transporte, porém, está intimamente ligada a uma política de usos múltiplos e integrados de recursos hídricos e, conseqüentemente, aos programas de desenvolvimento a serem implantados nas regiões banhadas pelos respectivos rios e lagos."

Os estudos de viabilidade técnico-econômica indicam que poucas áreas do território brasileiro apresentam condições superiores à da região de influência da bacia Araguaia-Tocantins no que concerne à absorção de programas e projetos governamentais que respondam aos grandes desafios com que se defronta o País. A simples implementação dos programas em desenvolvimento representa a criação de inúmeros empregos e a aquisição de expressivas quantidades de insumos, fatores e bens de capital, permitindo recuperar investimentos de porte imobilizados nas fábricas que os produzem.

A representatividade dos resultados obtidos pelo setor agropecuário, o potencial existente na região para a geração de energia elétrica, o crescimento da mineração, impõem, Senhores, a implantação de uma infra-estrutura de transportes capaz de proporcionar o escoamento da produção em direção aos grandes mercados consumidores interno e externo.

Essa bacia, Sr. Presidente, Srs. Senadores desenvolve-se através de áreas comprovadamente dotadas de imensas riquezas minerais — e sabe-se que os minérios constituem-se, habitualmente, a principal carga de uma hidrovia. Em pronunciamento anterior, ressaltai a existência de grandes quantidades de níquel, cobre, amianto, manganês, urânio, estanho, vermiculita, calcário, dolomita, entre outros minerais abundantes na região estimado pelo Prodiat — Programa de Desenvolvimento Integrado Araguaia-Tocantins, no ano de 1984, em mais de 6 milhões e 500 mil toneladas. Deve ser, também, destacado que a ocorrência de minério de ferro na serra dos Carajás constitui a maior reserva ferrífera do subsolo brasileiro.

Essa mesma bacia, Sr. Presidente, banha, numa extensão superior a 4.000 km, terras com natural vocação para a agropecuária, podendo transformar o Brasil, em curto prazo, no maior produtor mundial de alimentos. Permitirá, outrossim, drenar todo o excedente da produção para um porto privilegiadamente posicionado na costa brasileira — talvez do Baixo do Espadarte —, com destino aos mercados norte-americano, europeu e do oriente médio.

Segundo os técnicos, as cargas a serem transportadas pela aquavia constituem-se, em grande parte, de grãos, admitindo-se, entretanto, uma parcela de carga geral. Os cereais a granel certamente se irão constituir em importante mercadoria, a ser transportada de montante para jusante, tão logo esteja implantada a infra-estrutura necessária ao desenvol-

vimento, em grande escala, das atividades agrícolas na região.

No sentido inverso, isto é, do litoral para o interior prevêem os especialistas ainda como carga a granel, os combustíveis líquidos destinados ao abastecimento das populações ribeirinhas.

A carga geral deverá existir nos dois sentidos. Do litoral para o interior poderão ser transportados produtos manufaturados, derivados de petróleo, embalados e outros produtos de consumo. Do interior para o litoral, a madeira bruta serrada e mesmo a madeira industrializada deverão utilizar o transporte hidroviário.

Na opinião de engenheiro Brasília Accioly, a hidrovia, transportando cargas a baixo custo, tornaria concretas, de imediato, as seguintes soluções para problemas e necessidades da Amazônia, do Centro-Oeste e do Pará:

- 1 — entrega hidrelétrica, abundante e barata;
- 2 — poupança de combustíveis;
- 3 — Transporte franco e econômico para os produtos da região;
- 4 — irrigação e saneamento de vasta região na bacia do Tocantins;
- 5 — porto oceânico para a Amazônia."

Para termos idéia da importância da navegação interior no mundo, basta citar a tonelagem transportada, anualmente, por outros países, já ao final da década passada: Estados Unidos — 500 milhões de toneladas; União Soviética — 450 milhões; Alemanha Ocidental — 240 milhões; Holanda — 240 milhões; França — 110 milhões; Bélgica — 90 milhões. Em todos esses países, Senhores, à exceção da França, a tonelagem transportada por hidrovia supera e da rodovia.

O principal fator de sobrevivência desse modal, nos dias atuais, é, sem dúvida, a oferta de fretes sensivelmente mais baixos que os demais meios de transportes. Esse aspecto é tão importante que os países desenvolvidos não se limitam a melhorar e modernizar as hidrovias existentes. A construção de novas aquavias e a criação de outras atravessando territórios que não dispunham de vias navegáveis naturais é comum, atualmente.

Em matéria jornalística intitulada "Brasil enfrenta as grandes distâncias", o Dr. Afonso Portugal assim se expressa:

"Cada grande rio tem uma história entrelaçada com as das nações que banham. Exemplo típico é o Egito, considerado uma dádiva do Nilo. Quem poderia dissociar o Reno da evolução econômica, inclusive em nossos dias, de países como a Alemanha, a França, a Holanda e a Suíça? Ou o Danúbio, dos países balcânicos? Ou o Sena, o Reno e o Ródano, da França? Ou o Volga e o Don, da União Soviética? Ou o Mississippi e o São Lourenço, dos Estados Unidos?"

É preciso, no entanto, Senhores, que propugnemos pelo aproveitamento múltiplo dos rios brasileiros, ou seja, pela concretização do que Timonoff denomina a "maximização dos

rios". De fato, na opinião desse grande engenheiro russo, o trilhão, a rodovia e a aviação perseguem apenas um fim, o transporte, ao passo que a via de navegação interior pode e deve ser fonte de várias utilidades públicas, conforme suas três características: a matéria, para suprir as populações e as culturas irrigadas; o meio, servindo de ambiente aos peixes e de via de transporte; e o potencial de energia.

Referi-me, há pouco, Senhores, à oferta de fretes sensivelmente mais baixos pelo transporte hidroviário. Peço vênha para apresentar uma sucinta explicação, com base nas informações divulgadas pelo Dr. Portugal.

Em relação ao trem e ao caminhão, o barco desloca um peso morto menor e exige uma força de tração por tonelada, muitas vezes inferior. A energia consumida para o transporte de uma tonelada por quilômetro, por ser de menor custo, exige menos investimento de capital. A mão-de-obra necessária para a movimentação das embarcações, inclusive a dos serviços portuários e de administração das hidrovias, é bem inferior, quantitativamente, à indispensável à movimentação de trens e de caminhões, permitindo, assim, maior rendimento por empregado.

As vantagens do frete hidroviário não terminam aí, Senhores. Essa economicidade continua se acentuando, com resultados cada vez mais favoráveis, à proporção que as vias navegáveis são modernizadas e que se implantam novas tecnologias. Um bom exemplo são os antigos canais europeus para embarcações de 150 a 300 toneladas, onde o mínimo atualmente deslocado é de 1.350 toneladas. Nos Estados Unidos Sr. Presidente, Srs. Senadores, já há comboios de chatas de até 45 mil toneladas. É oportuno repetir que nesse país, em razão do emprego das técnicas mais modernas, da boa administração das empresas — todas privadas — e do maior gabarito das eclusas, a economia alcançada pelo transporte hidroviário é muito superior à atingida pelo mesmo modal em outros países; isto é, ao invés de o custo desse frete ser quatro vezes menor que o ferroviário e dez vezes menor que o rodoviário, a relação obtida passou a ser de cinco vezes inferior ao ferroviário e vinte e duas vezes menos que o rodoviário, o que chega a ser impressionante.

É óbvia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a influência que determinados aspectos exercem sobre os custos dos transportes, em todos os modais. Assim como é preciso considerar a pavimentação das rodovias, o raio de curvatura e a rampa nas ferrovias, são importantes o calado e a tonelagem nas hidrovias, sem falar na racionalização dos serviços — fator indispensável a toda e qualquer atividade econômica.

Levando-se em conta esses elementos característicos da navegação — o calado e a tonelagem —, o sistema de comboios empurrados reduz o custo à metade, em comparação com os barcos automotores clássicos, e por isso o seu uso se vem generalizando em todo o mundo.

É por essas e outras razões, Senhores, que, nos países desenvolvidos, os industriais os

comerciantes e os próprios cidadãos se manifestaram favoravelmente à modernização das hidrovias existentes e à construção de novos canais navegáveis.

Nesse sentido, uma experiência interessante foi realizada pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata, no rio Paraguai. Considero importante relatá-la neste Plenário, já que é um exemplo brasileiro bastante ilustrativo do assunto em questão.

A área de influência do rio Paraguai abrange os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos quais se destacam alguns municípios concentradores e distribuidores de cargas, tais como: Vilhena, Cáceres, Cuiabá, Corumbá, Porto Murtinho e Campo Grande, que vêm demonstrando significativo desenvolvimento, devendo, em breve tempo, contribuir para o aumento do tráfego naquela hidrovia.

No período de 1981 a 1985, registrou-se um crescimento médio de 13,8% do total de mercadorias transportadas naquele rio. Os minerais constituíram o maior volume movimentado, atingindo a 60,7% em 1985.

Estudos técnicos voltados para a identificação dos produtos que apresentam vocação hidroviária, na área de influência do rio Paraguai, revelaram uma possível demanda futura de transporte de minério de ferro e de maganês; cimento e clínquer; derivados de petróleo (gasolina e óleo diesel); gado em pé; grãos (milho, café, trigo, arroz e soja).

A experiência citada foi feita, em 1985, com o transporte de derivados de petróleo, em comboios de chatas deslocadas por empurra-dores. Ao chegarem, porém, ao porto de destino — Cáceres, se não me engano — não havia possibilidade de armazenamento em terra. A carga permaneceu a bordo, a céu aberto, por mais de uma semana.

O transporte daqueles produtos acarretou à entidade um déficit de 1,7 milhão de cruzados (em valor de 1986), uma vez que a inexistência de terminal adequado obrigou à realização de um transbordo direto hidroviário, isto é, das chatas para os caminhões, exigindo a estocagem dos derivados de petróleo por um período relativamente longo, o que provocou elevadas perdas por evaporação.

Apesar desse prejuízo ressarcido pela Empresa, a operação gerou para o País uma economia em torno de 9,5 milhões de cruzados (em valores de 1986), pelos seguintes motivos:

1º — economia no custo do frete, de aproximadamente 6 milhões de cruzados; e

2º — economia de combustível, em torno de 3,5 milhões de cruzados (despesa inevitável se a carga fosse transportada pela modalidade rodoviária).

Enganam-se, profundamente, aqueles que consideram desnecessária a implantação de um modal de transporte onde já exista pelo menos um outro. As vantagens oferecidas pelas aquavias e pelas ferrovias não significam que se deva prescindir das rodovias. Compete, por exemplo, à rede rodoviária o transporte das mercadorias facilmente perecíveis ou

sempre que o fator velocidade se imponha, inclusive por motivos comerciais.

Segundo os especialistas, nos países em que os transportes estão em ordem, a aquavia e a rodovia se acham quase sempre aliadas, não temem a competição entre si e se completam. Tem-se mesmo constatado que, em regiões onde se densifica a rede rodoviária, cresce, em consequência, o tráfego fluvial. Por outro lado, a abertura de novas vias navegáveis ou a ampliação das existentes constitui atrativo para a instalação de novas indústrias, resultando em maior desenvolvimento do tráfego rodoviário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, examinemos, à luz desses argumentos, a situação do meu Estado do Tocantins. Segundo o IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "Tocantins será o estado mais pobre da Federação, — apesar de possuir um rebanho de 6,5 milhões de reses e produzir 2,5 milhões de toneladas de grãos anualmente, além de contar com depósitos de bauxita, calcário, cassiterita, gesso e ouro; o desemprego atinge 57% dos maiores de dez anos de idade e apenas 1,8% da força de trabalho ganha acima de cinco salários mínimos".

Meu Estado, Senhores, dispõe de excepcionais condições, como bom clima e terras férteis, com capacidade para multiplicar sua produção agrícola; conta, também, com jazidas minerais de valor. Entretanto, são grandes as distâncias que o separam dos grandes centros consumidores das outras regiões e dos portos marítimos.

Tendo em vista o potencial do Centro-Oeste e do Norte, o Governo fez atravessar essa região pela rodovia BR—010/153 (Belém—Brasília), que tem participação, direta ou indireta, no escoamento da produção, uma vez que compõe o elo de ligação entre essas regiões e o sul do País.

Com o elevado ônus do frete rodoviário, certas mercadorias, inclusive alguns gêneros alimentícios, não poderiam alcançar os centros de consumo de outras regiões, a preços competitivos. Daí o desinteresse pela produção em larga escala.

Analisando-se a questão no sentido inverso, veremos que o Estado do Tocantins fica praticamente privado de receber, a preços razoáveis, as mercadorias de que necessita para seu desenvolvimento e para a elevação do padrão de vida de sua população. Dessa forma, o cimento, o ferro em vergalhão, a gasolina, o óleo diesel, o sal de cozinha e outros produtos atingem nossos municípios a preços muito elevados, restringindo o consumo.

Portanto, Senhores, uma região afastada dos grandes centros, embora plena de riquezas e possibilidades, pode sofrer graves restrições em seu progresso, caso não disponha de um meio de transporte econômico, como a hidrovia.

Objetivando a expansão da navegação na bacia Araguaia—Tocantins, o Governo Federal vem empreendendo esforços no sentido de melhorar as condições de navegabilidade, adaptar as embarcações à hidrovia, implantar uma infra-estrutura portuária e um sistema

de sinalização e balizamento. Os técnicos alertam, porém, que essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma isolada, o que poderá acarretar problemas futuros, devido à inexistência de um plano integrado.

De um modo geral, as instalações de acostagem e transbordo, existentes nessa bacia, são precárias, condizendo com as condições atuais de uso do transporte hidroviário. Destacam-se, entre os diversos pontos de transbordo:

1 — Em boas condições: Baião (PA) (com ponte de acostagem em concreto armado); Marabá (PA) (cais em rampas e patamares, muralha com extensão acostável de 430m, plataforma de 20m de largura para o tráfego de caminhões; 2 armazéns com 480m², cada estação de passageiros com 320m² etc.) e Imperatriz (MA) (cais acostável com 3 rampas e patamares, armazém com 1.312m², pátio de inflamáveis etc.)

2 — Em condições razoáveis: Itaguaçu (TO), Tocatinsópolis (TO), Miracema (TO), Porto Nacional (TO) e Aruanã (GO) (possuem rampas para embarque e desembarque de mercadorias e passageiros.)

3 — Em condições precárias: Abaetetuba (PA) (ponto terminal da via, possui uma plataforma de acostagem de madeira), Cametá (PA) e Moçajuba (PA) (pontos de acostagem de madeira rústica, em estado de conservação deficiente); Tucuruí (PA) (ponto de acostagem de madeira, absolutamente insuficiente para o atual movimento da cidade; em apoio às obras da barragem, foi construído um porto a 3km da cidade, dotado de cais flutuante e guindastes).

4 — Nos demais pontos de movimentação de cargas, as embarcações atracam diretamente nas barrancas do rio.

Muito embora não haja estaleiros registrados às margens dos rios, Abaetetuba é tradicional centro de construção de embarcações de madeira para toda a Região Amazônica. O principal centro naval de construção e reparação em toda a área é, todavia, a cidade de Belém do Pará.

No Baixo Tocantins encontra-se, atualmente, uma frota mista, formada por antigos barcos construídos para transporte de castanha, através da corredeira de Itaboca, e uma frota mais moderna, construída para atender às necessidades resultantes das obras de Tucuruí. Também na área do Baixo Tocantins atuam, além de inúmeros armadores independentes, cinco empresas de navegação devidamente constituídas e registradas na Sunaman — Superintendência Nacional da Marinha Mercante.

A oferta de recursos humanos para a navegação está a cargo do Ministério da Marinha, que mantém, em Belém, um centro de formação de mão-de-obra para a navegação regional e marítima.

A sinalização para navegação noturna é bastante incipiente, existindo apenas em poucos locais da calha principal, à entrada de alguns

braços de rio, os "paraná", utilizados pelas embarcações. Na época das cheias, contudo, é necessário um profundo conhecimento da região, para distinguir-se o canal de acesso.

Os navegadores dispõem de informações precisas somente a respeito do baixo Tocantins, apresentadas em cartas náuticas editadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha.

São constantes os acidentes verificados naquela região, causados, principalmente, pela falta de segurança das embarcações, em especial as que se dedicam ao transporte de passageiros, quase todas construídas em madeira. A fragilidade desses barcos, que trafegam em geral superlotados, aumenta os riscos quando ocorrem choques com toras flutuantes ou bancos de areia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho acompanhado com interesse o andamento das obras governamentais nessa bacia, já que os rios que a formam compõem as veias e artérias do meu estado — um verdadeiro aparelho circulatório vital à sobrevivência dos meus conterrâneos.

Assim, Senhores, posso adiantar-lhes que as obras em andamento na hidrovia se restringem ao baixo Tocantins; são as eclusas de Tucuruí, que estão sendo construídas juntamente com a hidrelétrica, e o porto de Vila do Conde. Essa obra permitirá a navegação, sem obstáculos, de embarcações de grande calado, de Belém a Marabá. O Porto de Vila do Conde deverá ser o terminal norte da hidrovia, apesar do principal objetivo de sua construção ser a movimentação dos insumos e produtos das indústrias Albrás/Alunorte.

Outra evidência da implantação da hidrovia são as obras de dragagem e o balizamento diurno a jusante de Tucuruí, com que a Portobrás visa a garantir, numa primeira etapa, uma profundidade de 3 metros — permitindo, durante todo o ano, o tráfego de navios de até 2,5 metros de calado.

Estão, também, programadas obras com o objetivo de melhorar as condições de navegabilidade do rio Araguaia. Pretende-se possibilitar a navegação da foz do Tocantins até Aruanã, durante todo o ano, numa extensão de, aproximadamente, 2.278 km. Dentre essas obras, Senhores, a mais importante é a eclusa de Santa Isabel, que deverá ser construída em conjunto com a hidrelétrica, já que a realização da última obstruirá a navegação naquele ponto.

A conclusão do porto de Aruanã se reveste, outrossim, de grande importância para a navegação. Lá será estabelecido o terminal do trecho de 998 km entre aquela cidade e Conceição do Araguaia, com boas condições de navegabilidade para barcos de pequeno calado.

Também a adequação das embarcações à hidrovia vem recebendo a atenção da Portobrás. Dessa forma, desenvolveram-se estudos de embarcações-tipo para os diferentes trechos, em função da profundidade, do represamento da barragem do Tucuruí e do tipo de carga, resultando no seguinte dimensionamento para o trecho compreendido entre a foz do Tocantins—Marabá.

— Comboio Tucuruí, formado por quatro chatas e um empurrador com capacidade de carga máxima de 21.700 toneladas, correspondente ao calado de 5,0 metros; e

— Automotor flúvio-marítimo, com capacidade para transportar 4.700 toneladas de carga, no calado máximo de 5,0 metros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece-me óbvio, após a apresentação de todos esses elementos, que a utilização dos rios Araguaia, Tocantins e respectivos afluentes está voltada, principalmente, para a função transporte. Desse objetivo, Senhores, devem advir resultados positivos para a região, além da redução do custo dos fretes.

De início, prevê-se que a oferta adicional de transporte induzirá, também, a exploração do potencial agropecuário regional.

As áreas próximas do rio Araguaia, entre Barra do Garças, em Mato Grosso, e Santa Isabel, no Pará, especialmente as situadas na margem esquerda, dependerão do desenvolvimento da navegação, para melhorar, economicamente, a sua infra-estrutura básica de transportes.

Deverá ser também intensificada a navegação nos trechos entre Tucuruí e Vila do Conde, Imperatriz e Marabá, Aruanã e Conceição do Araguaia, Santa Isabel e Marabá.

Após a conclusão da ferrovia, ligando a Serra dos Carajás ao porto de Itaqui, no Maranhão, e a implantação da hidrovia, a região passará a contar com os seguintes corredores de transportes:

— No sentido Sul-Norte:

— rodovia pavimentada em toda a extensão, ligando Brasília a Belém (2.100km); e

— hidrovia contínua, navegável o ano todo, de baliza até a foz do Araguaia e de Imperatriz até o porto de Vila do Conde (2.466km).

— No sentido Oeste-Leste:

— rodovia pavimentada de Aqilândia a São Luis (560km);

— ferrovia de Carajás ao porto de Itaqui, em São Luis (890km); e

— rodovia Cuiabá-Rondonópolis-Goiânia-Brasília-Salvador (2.700km).

Visando à programação da rede viária dessa região, quantificou-se a demanda de transporte em um período de 25 anos — de 1985 a 2010 —, de acordo com metodologia adotada pelo Prodiat, envolvendo especialistas dos mais diversos setores de atividade, como: agricultura, recursos naturais, indústria etc.

Foram selecionados aqueles produtos para os quais são previstos excedentes exportáveis, como consequência tanto de programas em andamento (usinas de álcool, extrativismo mineral), quanto dos programas setoriais definidos pelo Prodiat. Prevê-se, além disso, que, em alguns casos, a produção será integralmente exportada. Tal é a situação do ferro-gusa, níquel, amianto, manganês, arroz beneficiado e carne bovina.

Ao estimar o excedente exportável dos produtos selecionados, originários da área de in-

fluência da bacia Araguaia-Tocantins, os técnicos apresentaram as seguintes conclusões:

— Produtos agrícolas (arroz, milho e soja) — o excedente exportável, em 1990, será de 38.47t; em 1994, 65.408t; e, em 2010, 208.140t.

— Gado bovino — em 1990, 6.313t; em 1994, 9.793t; e, em 2010, 11.940t.

— Produtos Minerais — em 1990, 24.222t; em 1994, 33.061t; e, em 2010, 81.018t.

— Produtos energéticos (álcool e carvão mineral) — em 1990, 8.611t; em 1994, 11.406t; e em 2010, 46.520t.

— Produtos industriais em 1990, 18.855t; em 1994, 22.001t; e, em 2010, 27.029t.

A previsão, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de que daquela Região, deverão ser exportadas 98.503 toneladas de excedentes de produção em 1990; 141.579 toneladas, em 1994; e 374.647 toneladas, em 2010.

Quanto aos principais produtos importados, senhores, os estudos apontam, pela importância volumétrica da demanda atual e futura de transporte, os fertilizantes, o sal, os derivados de petróleo e o cimento. A demanda de fertilizantes e de sal está diretamente vinculada aos programas de desenvolvimento agropecuário; já as estimativas concernentes aos derivados de petróleo e ao cimento estão relacionadas, principalmente, com as taxas globais de crescimento da atividade econômica regional.

Assim sendo, nobres Senadores, a previsão da demanda dos principais produtos de importação para a região do Araguaia-Tocantins compreende:

— Sal — em 1990, 1.176t; em 1994, 1.469t; e, em 2010, 1.714t.

— Derivados de petróleo — em 1990, 12.135t; em 1994, 15.019t; e, em 2010, 21.650t.

— Cimento — em 1990, 4.334t; em 1994, 4.796t; e, em 2010, 8.237t.

— Fertilizantes — em 1990, 11.518t; em 1994, 14.559t; e, em 2010, 31.771t.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os estudos realizados pelo Prodiat, Portobrás e Geipot concluíram pela existência de um potencial significativo, no que se refere à implantação de um sistema multimodal de transporte na região do Araguaia-Tocantins. Nesse sistema viário, ocupará lugar de destaque a hidrovia formada pelos rios Araguaia, Tocantins e seus afluentes, a qual deverá contribuir, de forma decisiva, para a racionalização do transporte e para o processo de ocupação econômica da Região.

Um dos aspectos mais importantes desse processo de ocupação econômica, Senhores, é, a meu ver, a geração de milhares de empregos diretos e indiretos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida daquelas populações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é bastante longa a série de benefícios sociais e econômicos que podem advir da implantação dessa

hidrovia. Há, contudo, que se atentar para as advertências dos ecologistas; para eles, os rios não resistiriam e a ilha do Bananal — um dos patrimônios biológicos e culturais do país — também seria atingida.

Sei, Senhores, que vários dos meus nobres Colegas, assim como a grande maioria dos brasileiros, desconhecem as solidões encaiochadas do Tocantins, os lagos e varejões do Araguaia — e não é possível estimar aquilo que não se conhece. Há apenas poucos anos, o turismo vem revelando aos olhos ávidos de curiosidade dos naturais de outros Estados o que ainda resta de formidável e de maravilhoso naquelas áreas.

Àqueles habituados ao burburinho urbano, o Norte e o Centro-Oeste se apresentam como regiões onde a floresta prepondera. Lamento ressaltar, porém, que as agressões à natureza há muito repercutem no delicado equilíbrio ecológico daquela região.

Faço minhas, neste instante, as palavras de Carmo Bernardes, que assim se expressa de modo inequívoco:

“Da paisagem que aqui vai fluindo do nosso pensamento resta apenas a evocação de um passado morto. Se algo ainda existe são reminiscências teimosas que vão resistindo à frente arrasadora da ocupação moderna, que acaba de desbançar a estrutura social arcaica, por uma legião de bárbaros que suprime todos os espaços sem oferecer opção de vida aos contingentes arrancados da terra de suas origens, a não ser mudar-se para as periferias das cidades grandes e para as pontas de rua, dos arraiais do interior, onde não têm o que fazer.”

Isso, senhores, o que aconteceu com a população ribeirinha. A flora e a fauna também não foram poupadas, sem, no entanto, terem a oportunidade de, mesmo a custo de penosas adaptações, sobreviver em outras áreas.

As matas de meia cultura, únicas da região do Tocantins, foram jogadas ao chão ou arrancadas com as raízes pelos grandes tratores. Em lugar das árvores, encontram-se várias extensões de terras saibrosas, hoje formadas de capim “colonião” ou *brachiaria*. Nesse ritmo, imagina-se que, em futuro relativamente próximo, restarão apenas desertos esturricados.

A devastação da fauna é histórica; iniciou-se com a vinda dos primeiros colonizadores à região. Em seu livro “Viagem ao Tocantins”, o Dr. Júlio Paternostro apresenta os seguintes dados, colhidos na cidade de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis:

“Boa Vista exporta peles de animais silvestres. De dezembro de 1934 a maio de 1935 vendeu 6.554 peles de catitu; 5.344 de veado; 1.700 de queixada; 517 de gato maracajá; 37 de lontra; 28 de onça. A caça de animais silvestres se faz desabridamente e dentro de pouco tempo a fauna (...) daquela região se reduzirá, como já acontece com as tartarugas e jacarés do Baixo Tocantins.”

Os indícios de breve extinção de diversas espécies são evidentes, já que a matança brutal continuou desenfreada.

Atualmente, senhores, os animais cuja pele e carne não alcançam valor comercial também estão desaparecendo. O desmatamento desumano os condenou à morte nos campos abertos, por falta de refúgio. Somente nas partes mais altas, a salvo dos tratores que sulcam as encostas, em locais praticamente inacessíveis, a natureza oferece ainda alguns abrigos.

Outros aspectos a serem considerados, Senhor Presidente, Senhores Senadores, são os do desmatamento irracional das cabeceiras do Araguaia, da utilização de pesticidas em escalas absurdas e da devastação do solo para cultivo. As plantações chegam até às margens do rio, desrespeitando o limite mínimo legalmente instituído que compreende um raio de duzentos metros de cada lado.

Também a ilha do Bananal reclama atenção imediata e providências enérgicas. A fauna terrestre foi sendo dizimada por incêndios colossais, registrados até por satélites. Milhares de animais pereceram intoxicados nas áreas desmatadas com desfolhantes — acredito que a maioria dos nobres colegas desconheça que sobre Bananal foram esparzidas drogas remanescentes das cargas que arrasaram as florestas do Vietnã. Os animais sobreviventes vêm sendo tragados pelas inundações catastróficas que escorraçam, outrossim, as populações ribeirinhas.

Outra não é a situação dos índios que vivem na ilha. No papel, o território pertence às nações Javaé e Carajá, mas lá pastam as manadas de gado alheio. Além da ocupação ilegal do solo, os primitivos rebanhos de suguapara e de veado campeiro foram contaminados com aftosa. Entre muitas agressões aos direitos e à cultura indígena está o fato de haverem, durante o período discricionário, iniciado em 1964, feito dos jovens Carajá uma corporação fardada.

Relatei-lhes, senhores, alguns dos problemas de uma região que já foi, segundo os antigos viajantes, um paraíso mais rico do que é o Pantanal atualmente. Essa enorme área e seus indefesos habitantes foram atacados sem piedade, no século em que vivemos, o que parece tê-los inexoravelmente condenado à destruição. Entretanto, senhores, algumas vozes, tímidas de início, se vêm elevando em favor da nossa natureza e, como Messias Franco, acredito que, desde que haja vontade política, participação e consciência da população, qualquer área pode ser recuperada.

Não existe em nosso País uma vontade política firme, a exemplo da que permitiu o surgimento da nação japonesa, após a Segunda Grande Guerra; como a que favoreceu a Alemanha, com 40% de sua área queimada durante a guerra, a se tornar, hoje em dia, uma grande floresta; como a que levou os vietnamitas, com 100% do seu território bombardeado, a transformar as crateras em lagoas para criação de peixes, reflorestadas em volta. Entretanto, é possível perceber que os níveis de consciência e de participação da sociedade brasileira vêm aumentando gradativamente.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, além da importância da vontade política de cada cidadão, é necessário que se mude o estilo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. Precisamos deixar de ser um país de desenvolvimento predatório, para passarmos a um “ecodesenvolvimento implantado”, ou seja, um desenvolvimento que seja ecologicamente sustentado.

Existem, segundo os estudiosos, três pilares para um desenvolvimento racional: que ele seja ecologicamente moderno, socialmente justo e economicamente viável. Estes são os três fundamentos para uma análise de custo e benefício, para uma análise da ação sobre o meio ambiente.

Entretanto, Senhores — cientes disto estão os economistas —, as análises de custo e benefício podem, outrossim, levar à predação. Um exemplo bem claro é o da Hidrelétrica de Balbina. Foi bastante divulgado pela Eletro-norte que Balbina era a terra mais barata do Brasil, porque lá só havia mata. O primeiro erro é que o Governo deverá indenizar os proprietários, um grupo de paulistas. Esqueçamos, porém, esse erro para verificar a falha maior da análise de custo e benefício. 250 mil hectares inundados representam uma perda de 2 bilhões de dólares em madeira que deixou de ser retirada e vendida, o que muda inteiramente a base dos benefícios.

Em Rondônia, por exemplo, derrubaram 17% da mata tropical, para abrir uma nova fronteira agrícola. Parte da madeira foi transportada em toras; boa quantidade foi queimada no local. Se essa madeira tivesse sido tratada e transportada em pedaços cortados segundo os padrões internacionais, o valor de exportação seria seis vezes maior. É uma simples questão de padronização do material que não importa maiores gastos. Ao invés de se queimar a madeira, a empresa responsável corta, serra, arruma e manda para o mercado consumidor.

O Estado de Rondônia só teria a lucrar se fosse empregado esse procedimento racional. Ganharia ao precisar de mais mão-de-obra e, portanto, ampliar o mercado de trabalho local; ganharia ao exportar material de melhor qualidade e, por conseguinte, de maior preço; ganharia por não ter aumentado a poluição do ar, nem causado enchente dos rios.

O Brasil detém, atualmente, 1% do mercado mundial de madeira e tem 40% das florestas tropicais, com um potencial de mercado que está crescendo significativamente. Precisamos, então, Senhores, optar por uma tecnologia nacional para a utilização da madeira. Pode ser que as hidrelétricas sejam, atualmente, a melhor opção como fator de desenvolvimento. Não se pode, porém, implantá-las afogando florestas e os recursos naturais nelas contidos.

Referi-me, há pouco, à necessidade de utilizarmos uma tecnologia nacional para o aproveitamento da madeira. Permitam-me esclarecer esse ponto de vista, com base na opinião dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente.

Vivemos num país que conta com milhares de espécies vegetais; não obstante, apenas

duas são empregadas em reflorestamento: o eucalipto e o pinus — e essas não são brasileiras. A ecologia tropical nos ensina a lição da diversidade. Em uma floresta tropical, Senhores, existem árvores de espécies diferentes como um mecanismo natural de proteção.

Se replantarmos áreas utilizando apenas uma espécie, seremos obrigados a empregar quantidades absurdas de pesticidas, porque as pragas irão proliferar de forma descontrolada; como o gafanhoto que devasta a monocultura; como a lagarta rosa que destrói o eucalipto. Precisamos, portanto, aprender a combinar as espécies mais vantajosas, para que, além da menor incidência de pragas, tenhamos, também, o povoamento animal dessas áreas.

Não sei se todos os ilustres colegas já tiveram a oportunidade de observar a quietude que predomina em qualquer área reflorestada. É a chamada "mata muda", na qual o silêncio é a indicação mais precisa da ausência de animais e, principalmente, de pássaros. Atende, somente, a objetivos comerciais.

Inexiste, porém, nesse campo, uma tecnologia nossa, que possa ser empregada a serviço da recuperação das áreas desmatadas. Inexiste uma única espécie, dentre as milhares da flora brasileira, desenvolvida, a ponto de poderem ser utilizadas milhões de mudas.

Por isso, Sr. Presidente, para que tenhamos reflorestamentos, isto é, para que consigamos reconstruir as florestas derrubadas, precisamos que surjam dos centros de pesquisa, das universidades, de grupos de estudos, soluções nacionais, ao invés de, mais uma vez e como sempre, importarmos procedimentos de outros países, cujos resultados em muito deixam a desejar.

Considero indispensável, Senhores, que se estude e se respeite também a vocação econômica natural de cada região. No caso específico da Região Norte, a vocação de grande parte da Amazônia compreende madeira e agricultura sombreada. O cacau, por exemplo, exige que não se destrua a floresta; assim, também, vários tipos de mandioca, tubérculos, cocos e castanhas que crescem em ambiente sombreado. É preciso, então, que lá se mantenham o homem que conhece e se integra àquele ambiente e as culturas adequadas ao solo. Isso é o certo, ao invés de se permitir que a Essô, a Shell, a Volkswagen e outras multinacionais destruam as florestas para formar pastos.

Ao se implantar um novo modal de transporte em uma região, seja ele rodovia, ferrovia, hidrovia ou aerovia, dois tipos de efeito ambiental devem ser considerados: o impacto da obra em si e as consequências que a obra e o sistema criado trará.

O Dr. Harlem Inácio dos Santos, autoridade em meio ambiente, se coloca, por exemplo, frontalmente contra a hidrovia. Segundo ele, o rio Araguaia, patrimônio ecológico nacional, já está suficientemente ameaçado pelos garimpos, que jogam mercúrio; óleo e graxa naquelas águas; afrontado, também, pelos desmatamentos e pelo turismo crescente. Uma hidrovia requer retificações e instalações por-

tuárias que, mesmo bem executadas, seriam danosas, do ponto de vista ambiental.

A mais grave consequência da hidrovia seria, porém, a sua operação. Além de impacto intenso na instalação, a operação das embarcações, os vazamentos, as cargas e seus possíveis acidentes, aliadas a outros fatores, provocariam sem dúvida a degradação final do Araguaia. É preciso, outrossim, considerar que as instalações portuárias são sempre complicadas, provocam alterações nas margens do rio, geram aglomerados; sem falar, Senhores, no fluxo constante de embarcações sulcando um rio que precisamos preservar.

Um dos maiores riscos está nas cargas a serem transportadas. O Dr. Harlem exemplifica essa preocupação lembrando o vazamento de amônia ocorrido em uma estrada de Goiás. Podemos imaginar a catástrofe, se esse mesmo acidente tivesse acontecido no leito do rio.

Outra opinião firmemente contrária à aquavia é a do ex-Superintendente da Secretaria do Meio Ambiente de Goiás, Leoldio Ramos Caiado, grande conhecedor dos rios que banham os Estados de Tocantins e Goiás. Ele assegura que a não-navegabilidade do Araguaia é uma questão incontestável; que o rio é, por excelência, raso, arenoso e com barrancos fracos, que não suportariam a implantação de barragens e eclusas. Elas desmoriariam e provocariam uma inundação danosa no leito do rio e nas áreas vizinhas.

Leoldio Caiado classifica como absurda a hipótese da hidrovia. Alerta, também, para a possibilidade de um desastre ecológico — um dos maiores da história brasileira — se o projeto for executado. Afirma Caiado que a ilha do Bananal e todas as regiões vizinhas fatalmente seriam submersas pelas águas do lago que se formaria na barragem e nas eclusas indispensáveis à navegação.

Segundo esse estudioso do Araguaia, Senhores, a implantação da hidrovia exigiria a mudança do leito ou a dragagem constante das ilhas de areia que se formam no meio do rio, ameaçando encalhar qualquer tipo de embarcação, mesmo as pequenas.

Relembra o ex-Superintendente que a navegação no rio Araguaia não é um sonho recente, pois vários pioneiros, como Couto Magalhães, Emílio Zacarias e Lourival Costa, entre outros, tentaram transportar grandes embarcações através das águas cristalinas do Araguaia, mas se frustraram. A areia funcionou como um freio, impedindo o deslizar dos barcos.

Para Caiado, no entanto, a ideia de implantar um sistema intermodal no Centro-Oeste e no Norte não é uma questão descartável. Ele ressalta que o Tocantins pode ser a solução, já que apresenta uma profundidade capaz de suportar barcos de grande calado. Afirma, ainda, que as margens do Tocantins são bastante firmes e que, com poucos recursos, suportariam a grande pressão da água durante as enchentes ou causada pelo movimento de navios.

O escritor Álvaro de Angelis, coordenador da Frente Ecológica Nacional, afirma que "...

o ecossistema já frágil do Araguaia não conseguirá reverter os danos que a hidrovia trará ao meio ambiente aquático. Embora seja um dos rios mais piscosos do mundo, certamente inúmeras espécies não poderão mais se reproduzir, frente a tantas mudanças".

Acreditam os ecologistas que integram a Frente que, mesmo que a hidrovia não atinja diretamente a ilha do Bananal, ela sofrerá, igualmente, com a obra.

O quadro traçado por Álvaro de Angelis, Senhores, é na melhor das hipóteses, deprimente. A agressão ao Araguaia começa já na região das cabeceiras, que foi ocupada e totalmente devastada, na última década, pelos sojicultores que vieram do Sul.

Há três anos, Senhor Presidente, Srs. Senadores, os plantadores de soja receberam um apelo, no sentido de preservar uma faixa larga à margem dos cursos d'água, conforme o previsto em lei, mas continuam agindo de conformidade apenas com seus interesses econômicos.

Os dejetos da cidade de Aragarças, que não possui um sistema de esgoto racional, são despejados no rio, assim também o lixo industrial e os sobejos do turismo predatório.

Quatro hidrelétricas estão projetadas para a região do Alto Araguaia, entre Santa Rita do Araguaia e Araguaçu. Outras três barragens, a de Couto Magalhães, a de Barra do Peixe e a de Barra do Caiapó estão programadas, mas pouco se sabe de suas características técnicas.

Outra séria preocupação para os ecologistas é a grande poluição pelo mercúrio, causada pelo estabelecimento de inúmeros garimpos, especialmente nos rios Crixás e Vermeelho, afluentes do Araguaia. Para que fique clara a gravidade da questão, Senhores, informo-lhes que o cálculo técnico aponta uma grama de mercúrio para cada grama de ouro.

Esclarecem esses estudiosos da natureza que a bacia do Araguaia está ainda em formação e que recebe muitos sedimentos. O leito do rio é móvel, o canal de navegação desloca-se de ano para ano e a velocidade da água também se altera. Torna-se necessário conhecer a natureza do rio e estabelecer definitivamente se é ou não navegável.

Com esse objetivo, o Prodiat encomendou uma pesquisa de, no mínimo, cinco anos, antes de poder estabelecer qualquer projeto de hidrovia. O comboio de pesquisa foi encomendado ao estaleiro há relativamente pouco tempo — e acreditamos que ainda não esteja totalmente construído. Afirma os ecologistas, porém, que, independentemente do resultado da pesquisa, podem assegurar que a profundidade do Araguaia, na época da seca, não vai além de 70cm em certos trechos. Com essa profundidade, a carga máxima que pode ser transportada é de 30 toneladas.

Como alternativa de solução, consideram possível a retirada das pedras do fundo do rio; em vários trechos, como Marabá-Foz do Araguaia, Conceição do Araguaia-Araguacema, Araunã-Barra do Garças, além do alargamento dos travessões rochosos do rio, em

vários pontos. Este trabalho, Senhores, dependeria de dragagens e de dinamite. O Prodiat prevê a necessidade de se dragarem 100 mil metros cúbicos por ano, em uma primeira etapa, e 500 mil metros cúbicos, numa etapa posterior.

Diante de tudo isto, Senhor Presidente, e dos possíveis e imagináveis "acidentes ecológicos", o que acontecerá com os botos, peixes, lontras, tartarugas, antas e todos os outros animais e aves que, inevitavelmente serão deslocados e expulsos do seu habitat?

Na Europa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a consciência e a participação popular há muito despertaram; o controle ecológico é dos mais rigorosos. No entanto, o Reno está hoje tão poluído quanto ficaria o Araguaia em muito menos tempo.

Os técnicos da Eletronorte, entretanto, defendem uma opinião radicalmente contrária à dos ecologistas. O ponto de vista de Miguel Nunes, por exemplo, é de que "a hidrelétrica causa uma transformação ambiental, mas não deteriora o meio ambiente. O máximo que uma hidrelétrica pode produzir em transformação de meio ambiente é criar um lago. Um lago é um elemento da natureza". Quanto à madeira, Miguel Nunes afirma que, inclusive no caso de Balbina, apesar de ter valor intrínseco, tem-se mostrado inviável sob o ponto de vista de transformação em valor econômico.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito embora conheça bastante o meu Estado e as regiões Norte e Centro-Oeste, não me considero suficientemente informado para formular uma opinião definitiva; para chegar a uma conclusão, quanto à transformação da bacia Araguaia-Tocantins em uma hidrovía.

Nomes respeitáveis afirmam que os riscos são mínimos e os benefícios indispensáveis à aceleração do progresso naquelas regiões. Figuras exponenciais alertam para verdadeiras catástrofes ecológicas; para consequências negativas que invalidariam qualquer vantagem advinda da implantação desse projeto.

Sou francamente a favor do progresso! Para mim, porém, Senhores — e creio que esta é a opinião de todos os homens de bom senso —, progresso e destruição jamais serão sinônimos.

Orgulho-me de amar o Brasil e não me peço de expressá-lo. Como moderado que sou, busco o ponto de equilíbrio entre as tradições e os avanços, por vezes desviados, do progresso tecnológico. Tenho muito de "ufanista". Sim Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Afonso Celso, ufano-me do meu País, pela vastidão, pela grandeza da terra e do povo, pelas inúmeras riquezas naturais, por este solo ubérrimo, pela diversidade do clima, pelo caudal dos seus rios...

Considero o nosso País uma grande síntese das regiões do planeta Terra. Das neves de São Joaquim ao calor tórrido da floresta amazônica! Do litoral frio de Torres às mornas águas do Nordeste. Da pujança do Pantanal à aridez da caatinga!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos a obrigação de conduzir o progresso às áreas mais

longínquas. O transporte, a energia elétrica e todos os demais fatores de desenvolvimento devem ser oferecidos a cada compatriota. Atenhamos, porém, para a imensa responsabilidade de resguardar, em favor das gerações vindouras, o inigualável patrimônio formado pelos nossos recursos naturais.

Estamos no limiar do século XXI. Que a História não registre os nossos nomes como os dos responsáveis pela morte dos rios brasileiros. Empenhamo-nos, portanto, Senhores, na luta pelo surgimento de um órgão efetivamente responsável pelo delineamento de uma política adequada de proteção e de aproveitamento racional e integral das bacias hidrográficas brasileiras.

O Araguaia e o Tocantins abraçam o extremo norte do meu Estado. Seguem seus cursos independentes, fertilizando a terra, abençoando as lavouras, povoando de mistérios e lendas as noites do homem simples do Estado do Tocantins e facilitando a sua labuta diária.

Que a vida desse homem simples possa ser melhorada e que as riquezas possam ser usufruídas, sem termos que pagar o exorbitante tributo da morte desses dois gigantes líquidos! (Muito bem. Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores; ocupo a tribuna do Senado Federal para fazer um registro, que deveria tê-lo sido há mais dias. Entretanto, quando ocorreu o evento que irei registrar, a Casa Maior do Congresso Nacional, o Senado da República, achava-se em recessão.

No dia 19 de julho próximo passado, o povo da Nicarágua comemorou o 10º aniversário da Revolução Sandinista de Libertação Nacional.

Esse evento, Sr. Presidente, tem um grande significado, não só para o povo da Nicarágua, como também para o povo latino-americano.

Temos a satisfação de dizer que fomos distinguidos pelo nosso Partido, quando o Presidente da nossa Agremiação política nos pediu para que nos deslocássemos do Brasil àquele País amigo para participar das comemorações, oficialmente representando o Partido Democrático Trabalhista e o seu Presidente, o Dr. Leonel de Moura Brizola. Assim, no dia 17 de julho próximo passado nos deslocamos da cidade de Brasília e, a seguir do Rio de Janeiro, para chegar à Nicarágua, fazendo escala no Panamá.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero registrar, aqui, a fidelidade, a lealdade, a solidariedade do Embaixador do Brasil no Panamá, o Dr. Paulo Monteiro de Lima e o seu Secretário, Dr. João Marcelus de Aguiar Teixeira, que previamente avisados da nossa passagem e pemoite naquele País amigo nos receberam no aeroporto com todo o carinho, solidariedade, presteza e fraternidade, fazendo com que nos sentíssemos solitários como viajá-

mos, como se estivéssemos em um pedaço do Brasil naquele País da América Central.

Tivemos todas as atenções que a Chancelaria brasileira nos pôde dar no Panamá. No dia seguinte, viajamos para a Nicarágua. De igual modo, Sr. Presidente, lá estava a nos esperar, juntamente com uma delegação da Administração da Nicarágua, o nosso Embaixador, o Dr. Sérgio de Queiroz Duarte, que também, como o seu colega, o chefe da Chancelaria do Brasil no Panamá, nos recebeu com igual fidelidade, fraternidade e carinho, fazendo com que, igualmente naquele outro pequeno País centro-americano, nos sentíssemos como se estivéssemos também em um pedaço do Brasil.

Portanto, fazemos este registro, para que não só nos Anais do Senado da República fique registrada essa atenção que recebemos de nossos Embaixadores, como para que também o Itamaraty tome conhecimento de como os seus Delegados, Representantes do Brasil, tratam os brasileiros, as autoridades brasileiras, como fomos tratados por essas duas ilustres figuras, o Dr. Paulo Monteiro de Lima e o Dr. Sérgio de Queiroz Duarte, aos quais, no momento, externamos os nossos agradecimentos.

Sr. Presidente, quanto ao evento, tivemos uma grande emoção, porque no dia de 19 de julho, como estava programado, fomos recebidos oficialmente pela comissão diretora dos eventos, presidida pela Vice-Presidente da Assembleia Nacional da Nicarágua. Recebemos, então, os crachás, os convites, a programação e orientação de como nos deveríamos comportar durante aquelas manifestações patrióticas do povo nicaraguense. No dia 19 de julho, às 9 horas, todos os embaixadores, representantes dos vários países, se deslocaram para a Praça Parque Carlos Fonseca. Lá, havia um local destinado às autoridades, onde se concentraram cerca de 1.200 representantes de países, nas pessoas de vice-presidentes de agremiações políticas, Presidentes de Poderes Legislativos de vários países, sendo que estavam representadas 62 nações amigas do povo da Nicarágua e 95 partidos políticos de todo o Mundo, dentre os quais nos encontramos representando o nosso Partido Democrático Trabalhista, como Membro Internacional Socialista.

Sr. Presidente, ao fazer este registro, queremos consignar a nossa maior satisfação — e dizemos mesmo emoção — por convivermos aqueles dois dias com o povo nicaraguense, um povo ordeiro, amante da paz e que, atravessando grandes dificuldades, procura reconstruir o seu País não apenas das intempéries da natureza, pois todos estamos lembrados de há 16 anos, quando aquele povo foi vítima de uma tragédia que abalou e comoveu o Mundo. A sua Capital Manágua, foi destruída literalmente por um terremoto, ficando o centro da cidade em completa ruína. Ainda hoje podem-se verificar os rigores com que a natureza atingiu aquela cidade, Capital desse povo amigo. Realmente, ao visitar Nicarágua e olhar a sua fisionomia, tem-se a impressão de um corpo multidentado que perdera a

sua base central, restando, apenas, as extremidades, porque o centro de Nicarágua permanece deserto, destruídas as quadras onde se localizavam os edifícios. Essas quadras estão desertas, apenas assinaladas pelas ruas esburacadas, com fendas, exibindo, para os que lá visitam, a força, o rigor da tragédia que sofreu o povo da Nicarágua.

No entanto, tragédia maior do que essa, Sr. Presidente, era a que vinha sofrendo e continua ainda a sofrer todo o povo daquele país da América Central.

Logo, feita a sua independência, forças imperialistas internacionais procuraram minar a sua existência e dirigir o seu destino. O povo da Nicarágua passou a ser vítima de incursões de pessoas inescrupulosas, inclusive estrangeiros, que, em determinado momento, assumiram o poder da Nicarágua, proclamando-se presidente, à revelia da vontade do povo. A luta desse povo é um dos inúmeros exemplos que temos, no Terceiro Mundo, de libertação nacional.

Houve uma figura que se destacou dentre as demais, quando, por volta de 1927, os Partidos Libertador e Democrático ou o Conservador e Libertador, em disputa pelo poder, chegaram a um acordo com os Estados Unidos, para fazer um governo de coalizão. Dentro desse acordo, havia várias cláusulas que deixavam muito a desejar, e colocavam o povo nicaraguense praticamente sob a tutela dos interesses do capital internacional, principalmente do capital norte-americano.

Houve, então, um daqueles generais, por nome Sandino, que não concordou com o acordo. Por isso, foi marginalizado e partiu para a luta, no sentido de mobilizar o povo para a libertação. Infelizmente, como soe acontecer com os grandes vultos da história, ele foi, aos 39 anos de idade, assassinado pelas forças que tinham interesse em dominar a Nicarágua. Em consequência desse assassinato, implantou-se ali uma ditadura que, até bem pouco tempo, dirigia os destinos da Nicarágua, a célebre ditadura da família Somoza.

Já há uma década, o povo comandado por seus heróis, retomou o fio da História; fundou, liderado por Carlos Fonseca, um movimento de reconstrução nacional, de libertação nacional, e passou a trabalhar pela libertação da Nicarágua. Então, através da atividade de guerras e guerrilhas, e de mobilização do povo camponês, dos operários das fábricas, das mulheres, dos jovens, dos universitários, conseguiu-se despertar a consciência política e patriótica do povo da Nicarágua e derrubar aquela ditadura sanguinolenta que, há 10 anos, desapareceu daquele país.

Portanto, é motivo de júbilo para nós este momento, após uma década de trabalho.

Daí para cá não têm sido flores, porque aqueles que promoveram a revolução sandinista — libertadora do jugo dos interesses imperialistas internacionais e, também, dos interesses locais que estavam conjugados com esses outros interesses —, os comandantes da revolução têm conseguido manter o povo alerta para consolidar, por final, a democracia na Nicarágua.

Tanto é que, cinco anos após a revolução, em 1984, os chamados comandantes daquele movimento de libertação promoveram a primeira eleição democrática na Nicarágua, elegendo, pelo voto livre, direto e secreto do povo nicaraguense, o seu Presidente e a Assembléia Nacional. Agora, passados mais cinco anos, a Nicarágua, através de seus líderes, se mobiliza para a realização de eleições democráticas, que estão planejadas para ocorrer a 25 de fevereiro de 1990, isto é, no início do próximo ano.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com estas breves considerações, sintimo-nos gratificado de ter visitado aquele país, no momento em que o seu povo comemorava o 10º aniversário da revolução sandinista libertadora.

Aqui, mais uma vez, registrando nos Anais do Senado aquele acontecimento, nos solidarizamos com aquela luta, e, juntamente com os povos que querem a sua libertação política e econômica, e que procuram, muitas vezes através da luta armada, obrigados que são a fazê-lo, a sua libertação, nos colocamos em plena solidariedade com esse país amigo, almejando que as eleições que estão programadas sejam um marco definitivo da redemocratização e da libertação definitiva do povo nicaraguense do jugo do imperialismo dos poderosos deste mundo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, peço a palavra como líder.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar com tristeza o processo de aviltamento, de deformação que se vem instalando na campanha presidencial em nosso País.

Cria-se um clima de hostilidades, de agressões entre determinados candidatos, entre grupos de apoio, no momento em que o País, à beira de uma hiperinflação, atingindo padrões inflacionários de quase 30% ao mês, com um comprometimento do seu Orçamento Monetário e da sua potencialidade produtiva, vive um esgotamento dos investimentos externos e uma enorme evasão de divisas.

No momento em que um presidente que hoje desempenha o cargo sofre uma enorme desmoralização, um desgaste público, uma perda sensível da sua capacidade de liderar e comandar, por força não só do final de seu mandato, mas dos insucessos sucessivos que caracterizaram a sua gestão econômica.

Há todo um quadro desagregador no País; há todo um quadro desgastante no País; há todo um clima que é a própria ante-sala dos momentos de instabilidade nacional. São cem anos de República que comemoramos em 1989, mas em 100 anos de República a marca permanente deste País tem sido justamente

a instabilidade institucional. A democracia estável é uma raridade, são momentos efêmeros, breves e passageiros.

Ora, supor que o processo político, que o processo sucessório vai correr normalmente, vai avançar dentro do que está previsto, sem nenhuma ruptura, sem nenhuma quebra do cronograma democrático previsto para o País, é, talvez, uma atitude exageradamente otimista, quando se registra que na História do Brasil apenas um presidente eleito pelo voto direto conseguiu cumprir todo o seu mandato e entregar a faixa presidencial a outro Presidente eleito pelo voto direto, que foi Juscelino Kubitschek.

Essa passagem da faixa presidencial, portanto, em condições de normalidade institucional, é uma tradição do processo institucional brasileiro.

Em condições normais, do ponto de vista das instituições democráticas, a entrega da faixa presidencial não é uma imagem costumeira na realidade política brasileira, na nossa vida republicana. Ao contrário, mesmo os parlamentares, os políticos mais experientes têm, na sua paisagem de memórias, poucas vezes o registro de ver um presidente da República eleito passar a faixa presidencial a outro presidente eleito.

A expectativa, portanto, é sempre, neste País, da ruptura, do golpismo, da quebra da normalidade democrática. Consequentemente, o que se deve exigir hoje dos candidatos e dos partidos políticos é um regoroso compromisso com a seriedade, com uma visão consequente da realidade política brasileira, com o equilíbrio institucional, com a moderação nos gestos e nas atitudes. Na vida do País só se deram os avanços dos trabalhadores, a melhoria efetiva das suas condições de vida, o aperfeiçoamento do processo de distribuição de riqueza nos momentos de estabilidade democrática e institucional. Os momentos de insegurança jurídica, de incerteza política e de instabilidade institucional, ao contrário, não asseguram melhoria das condições materiais de vida, prosperidade econômica e maior justiça social. Daí por que o que se deveria esperar dos candidatos e dos seus grupos de apoio era uma extrema e até uma exagerada moderação.

Não é ao que estamos assistindo no quadro sucessório brasileiro; estamos, ao contrário, vendo instalar-se gradativamente um sentimento de hostilidade, um clima de ódios pessoais, um ambiente de inaudita violência. Não apenas me refiro ao que ocorreu em Niterói, quando o candidato Collor de Mello se apresentava em determinada situação, tendo sido agredido por manifestantes do PT e do PDT, segundo noticiário dos jornais não desmentido. Refiro-me também ao fato de que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, ao descer em Macaé e ao tentar falar em um comício, nessa cidade, na Capital das Alagoas, foi agredido ou teve o seu comício também invadido por uma horda de manifestantes ligados ao que se chama, no Brasil, hoje de collarismo.

Da mesma forma, em outra capital, outro comício do PT foi objeto dessas manifesta-

ções violentas por parte dos adeptos do Sr. Collor, que dizem estar respondendo às agressões, às manifestações violentas, também oriundas dos manifestantes do PT em outras cidades, em outros locais onde o candidato do PRN se apresenta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não conheço, quero que me dêem um exemplo, mas eu particularmente não registro na minha memória e desconheço alguém que registre, no âmbito do seu conhecimento, uma nação do mundo, um país qualquer que seja que tenha atingido níveis razoáveis de prosperidade e de desenvolvimento com um sistema de governo montado e articulado sobre uma micropulverização partidária, sobre um esfacelamento das opiniões, das tendências, das aspirações coletivas da sociedade. O Japão, no pós-guerra, se transformou, pela via de taxas extraordinárias de crescimento econômico, na potência econômica mais promissora e possivelmente a que tem maior perspectiva neste final de século. A Alemanha, não só no período do milagre, como após a crise dos anos 70, conseguiu agora absoluta prosperidade, de taxas de crescimento de 3 a 3,5% ao ano, como efeito cumulativo sobre níveis de rendas já bastante altos. Os Estados Unidos têm hoje um potencial de crescimento que consegue, inclusive, resistir ao craque da Bolsa de Valores, como recentemente aconteceu.

Portanto, estamos percebendo que há hoje, em amplas áreas do mundo, razoáveis níveis de prosperidade e desenvolvimento.

Há de se perguntar, e é nisso que queria insistir, sobre isso que versa esta minha pequena intervenção na tarde de hoje: qual o país, qual a nação, qual o povo, na História deste Planeta, que atingiu esses níveis de crescimento econômico e de mínima distribuição de riqueza senão através de, em primeiro lugar, um grande equilíbrio institucional e uma segura estabilidade democrática; segundo, senão através de grandes partidos nacionais com sólida organização política e popular; e, terceiro, através de líderes políticos maduros e conscientes?

Falava eu do Japão. O Japão não se transformou na potência econômica com maiores perspectivas no final do século XX senão através de uma segura, efetiva estabilidade nas suas instituições e através dessa usina de projetos para o país em que se transformou o Partido Liberal.

Portanto, estabilidade democrática, com um consenso nacional montado e articulado em cima de uma sólida organização política, é o segredo das grandes e prósperas nações do mundo. Ninguém vai me dizer que um país pode transformar-se num país rico, próspero, desenvolvido, com um povo que viva em harmonia, com distribuição justa da riqueza, através de uma figura unipessoal que se coloca como o salvador da pátria e da humanidade. Não há exemplo na História dos povos.

A Itália não se transformou agora na quarta maior potência do universo, inclusive com um Produto Interno Bruto de mais de 600 bilhões de dólares, superando a Inglaterra em níveis de riqueza, não se transformou num país as-

sim graças a um Mussolini, graças a um pai dos pobres, graças a alguém que se imaginou semideus e redentor dos erros dos seus compatriotas. Não. Até se tivéssemos que memorizar os nomes mais destacados da política italiana das últimas décadas, teríamos alguns, mas nenhum deles se sobressai como uma estrela única, como uma figura unipessoal e todo-poderosa.

O que justifica, o que explica, o que sustenta o processo de enriquecimento, de prosperidade, de distribuição de riqueza, os níveis de consumo extraordinários em que vive hoje o povo italiano, é uma coisa só: a Democracia Cristã, um grande partido, com grande apoio nacional, com períodos de longa estabilidade democrática, gerando projetos, idéias e inovações para um país em crescimento.

Alguém vai dizer: mas a Itália tem mais de 20 partidos com assento no Parlamento. É verdade. Mas foi apenas um partido, o Partido Democrata Cristão que conseguiu articular os anseios, a vontade do povo italiano num grande projeto nacional, governando a Itália há mais de 40 anos.

Assim como o Partido Liberal no Japão, também a Espanha, que viveu a sua fase de transição democrática, emergiu de um período de obscurantismo político, marcado pela violência, por uma concepção fascista do homem e da sociedade, que foi o período de Francisco Franco.

O período franquista dominou a Espanha 50 anos, e a Espanha emergiu do franquismo para um sistema democrático, e consegue hoje transformar-se num país que atinge extraordinários níveis de prosperidade, não graças a um homem que se coloca no centro do universo, alguém que se coloca no centro do mundo como o pai dos pobres e como o pai de todos. Não!

A Espanha, hoje, é um país tão promissor, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da multiplicação dos seus investimentos, que, nos últimos três anos, os países mais industrializados do Mundo, os países mais ricos, detentores do capital financeiro e do capital de risco, já investiram 34 bilhões de dólares na Espanha, enquanto o Brasil está sofrendo um processo inverso, que é o da evasão de capitais, que é a saída das divisas.

A Espanha chegou a isso graças a quê? Em primeiro lugar, a uma Constituição democrática e progressista, como temos no Brasil, e, em segundo lugar, porque tem um partido no poder com 106 anos de existência, o Partido Socialista Operário Espanhol, um partido articulado, denso e capilarmente, na sociedade espanhola, para dar sustentação a um governo que vive um período longo de estabilidade institucional.

Quero dizer com isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não consigo ver, no meu escasso poder de imaginação, como um Sr. Collor de Mello, sentado na cadeira presidencial, poderá governar este País.

Desculpem-me as pessoas que a ele aderem tão entusiasmadamente, Imaginem quando este senhor, sentado na cadeira presidencial, tentar governar, o clima

de hostilidade que já está instalado hoje em relação a ele de parte de algumas agremiações, de alguns grupos, políticos, como se comportarão essas bancadas aqui no Congresso Nacional?

E até faço a imagem inversa. Assim como o Sr. Collor de Mello é hostilizado em níveis de violência que não conhecíamos na política institucional brasileira, da mesma forma os adeptos do Sr. Collor de Mello estão hostilizando os comícios do PT e do PDT.

Fico a me perguntar que estabilidade democrática teremos para dar efetividade a um governo que precisa aplicar reformas sociais e reformas econômicas, inclusive algumas de conteúdo profundamente sacrificial para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, há 29 anos o povo brasileiro elegeu o Sr. Jânio Quadros, e sabem por quê?

Porque o Sr. Jânio Quadros dizia: não tenho compromisso com os políticos. Virou as costas para a UDN, fez de conta que não tinha partido algum; segundo, ele dizia: vou varrer a corrupção do País — inclusive o símbolo da vassoura era a marca da sua campanha; e, terceiro, dizia que era o mais jovem dos candidatos.

Estes eram os três argumentos: primeiro: não tenho compromisso com partidos ou com políticos; segundo: vou varrer a corrupção; e, terceiro: sou jovem. Era o que dizia o Sr. Jânio Quadros. Parece-me, tinha 40 anos o Sr. Jânio Quadros.

O Sr. Jânio Quadros, uma vez assentado na cadeira presidencial, desde logo declarou o seu descompromisso para com os Partidos, inclusive, para com o maior Partido, o que lhe deu apoio, a UDN, que, todos sabem, era um Partido de porte ideológico conservador, não era propriamente um Partido de extrema direita nem de direita, mas pode-se caracterizá-lo de centro para a direita, e era a UDN um Partido de conteúdo basicamente liberal-conservador.

O Sr. Jânio Quadros, uma vez eleito, despegou-se da UDN e passou a administrar o País, a assumir toda a sua conduta, toda a sua linha de ação política, numa postura totalmente frontal aos postulados da UDN: os acordos internacionais, como o de *Punta del Este*, a condecoração do Sr. "Che" Guevara, um argentino que havia sido figura heróica na Revolução Cubana, e a nacionalização das minas de ferro do Vale do Parãopeba, em Minas Gerais, expropriando os direitos de exploração da *Hanna Mining Company*, o que caracterizava, portanto, uma atitude nacionalista radical, uma visão autárquica da sociedade brasileira e que se opunha frontalmente a todos os postulados da UDN.

O Sr. Jânio Quadros, portanto, colimou os seus objetivos de desvincular-se dos partidos, dos políticos e, portanto, desvincular-se totalmente do Congresso Nacional. O resultado está aí. O País pagou caro, ao longo de 20 anos, pelas incertezas, pelo quadro de insegurança, de instabilidade institucional e política que o País viveu e que o nosso saudoso Presidente João Goulart, por mais que quisesse, não conseguiu jamais controlar, acabando por

ser vítima, também, desse período de incerteza e de insegurança gerado pela irresponsabilidade de alguém que dizia: "Vou varrer a corrupção, sou jovem e não tenho compromissos com políticos." — o Sr. Jânio Quadros; de alguém que, pela sua atitude e pela sua conduta, gerava reações violentas, de grande hostilidade de parte de algumas organizações políticas do País então, exatamente o clima e o ambiente de violência que estamos presenciando, agora, em algumas manifestações políticas do País.

Eu pergunto: se tivéssemos um país rico, estável, em condições sociais absolutamente harmônicas, ainda assim isso seria ruim e condenável. Mas este é um país em crise, é um país com uma inflação de 30% ao mês, com uma dívida externa brutal, com uma dívida interna que cresce incalculável e incontrolavelmente, e é um país à beira do colapso das suas finanças públicas.

Ora, para um país assim, só um presidente que tenha grande apoio nacional, assegure grande estabilidade democrática e seja capaz de articular, de organizar politicamente a sociedade em torno dos seus projetos, com paz, com tranquilidade, com tolerância e com moderação nas suas relações políticas.

Daí por que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna em nome do PMDB, nesta tarde, para estranhar, para condenar e para responsabilizar aqueles que apoiam projetos dessa natureza, ou seja, que supõem que o País pode ser salvo por uma figura dotada de uma visão unipessoal, ou que o País possa chegar a um estágio razoável de desenvolvimento sem uma sólida organização política e popular. Esta mentira pode passar para alguns, pode enganar alguns durante algum tempo, mas não vai enganar todos durante todo o tempo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o falecimento de Nelson Souza, no dia 14 de julho, quando participava de uma solenidade de inauguração, no interior do Estado — radialista que adquiriu grande popularidade porque os seus textos, inteligentes e oportunos, sempre se apoiavam em criteriosas pesquisas —, deixou seus amigos e admiradores consternados.

O povo sergipano sempre aplaudiu os seus programas, principalmente "Risolândia": — "A Cidade do Riso".

Tendo nascido na Bahia, a 5 de junho de 1922, Nelson Souza se integrou definitivamente em Sergipe, onde durante muitos anos trabalhou na *Rádio Difusora*, no *Jornal de Sergipe* e na *Rádio Liberdade*.

Nelson Souza foi suplente de Deputado Estadual, tendo assumido a cadeira em 1963, e faleceu em pleno exercício de sua profissão, quando acompanhava o Ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki durante uma cerimônia em Nossa Senhora da Glória.

Vitimado por um fulminante ataque cardíaco, Nelson Souza foi socorrido pelo Ministro da Saúde Seigo Tsuzuki cujos esforços, no entanto, não lograram evitar a morte desse incansável e estimado radialista.

Profissional extremamente competente, Nelson Souza prestou relevantes serviços aos governadores de Sergipe, nos últimos anos, como locutor e divulgador das realizações governamentais.

Esta a razão pela qual o Governador Antonio Carlos Valadares e os ex-Governadores José Rolemberg Leite, João Alves Filho, Djenal Tavares Queiroz, Augusto Franco e Lourival Baptista compareceram ao velório e ao suplimento, homenageando o locutor oficial que, no palácio Olímpio Campos, ou nas rádio-emissoras, dignamente cumpria o seu dever, se desincumbindo, com invulgar eficiência, das missões que lhe foram atribuídas.

No que me diz respeito, lamento o desaparecimento de um distinto colaborador e preado amigo, e envio aos seus dignos familiares, com as expressões da minha saudade as mais sinceras condolências.

Ao encerrar este sucinto pronunciamento, requeiro a incorporação ao seu texto dos artigos de autoria de Vieira Neto e de Yara Belchior de Sá, intitulados "A Cidade do Riso não ri mais" e "Palmas para Nelson Souza", respectivamente publicados no *Jornal de Sergipe*, a 15 de julho de 1989, e em *O Que*, nº 165, de 28 de julho de 1989.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Jornal de Sergipe — Aracaju

Sábado, 15 de julho de 1989
A CIDADE DO RISO
NÃO RI MAIS

Vieira Neto

Lembro-me de Nelson Souza quando menino ainda eu começava o meu aprendizado radiofônico na antiga Rádio Difusora e ele, produzia e apresentava, junto com uma brilhante equipe, na Rádio Liberdade, o seu "Risolândia" — "A Cidade do Riso". Aracaju inteira parava para se deliciar com as piadas do programa, um dos mais inteligentes de toda a história da radiofonia sergipana. Muitos anos depois, quando já não existia o "Risolândia", Nelson foi o meu parceiro numa peça ("Morre Um Gato Na China") como autor de textos deliciosos, enxertados no espetáculo, adaptação da obra famosa de Pedro Bloch.

Escrevo estas linhas ainda sob o impacto da morte de Nelson Souza e medito em como é bastante curioso o fenômeno da morte. A gente sabe que ela virá por que irreversível mas como é difícil habitar-se a encarar-la com naturalidade. Mas eu tento e até consigo, muito embora não consiga reprimir um certo desalento diante da fatalidade que a todos nos imana. Nelson morreu trabalhando, como, aliás, acredito, sempre desejou, acompanhando no interior do Estado, a comitiva do minis-

tro da Saúde (ironia do destino), com a flegma de um profissional altamente conscientizado do seu dever perante a sociedade.

Nelson Souza foi do tempo em que (mesmo sem a existência de um Sindicato da categoria) se fazia rádio profissional no sentido mais amplo do termo. Nada se improvisava. Os programas eram todos hiperproduzidos, após um bem elaborado trabalho de pesquisa, com textos inteligentes e criativos. Ninguém se atrevia a se postar diante de um microfone para falar bobagens. Isso nos idos de 50 e 60, quando programas tipo "Calendário", de Santos Mendonça e "Perguntas a Silva Lima" davam os maiores índices de audiência. Contemporâneos de Nelson foram também Carlitto Melo (com o seu insuperável "Carrossel da Alegria"), Santos Santana, Fernando Oliveira (com "Matinal dos Brotos", na Difusora) e Antônio Carlos (com "...E a Semana Findou", na Liberdade). Destes só Santos Mendonça continua na ativa, sem entregar os pontos, aproveitando o que sempre irá restar do seu antigo carisma.

Convivi com Nelson Souza durante algum tempo; fomos colegas na antiga Rádio Liberdade (na Rua Itabaianinha, onde hoje funciona o "Manelão"). Ele como locutor e este esquivador no comando do Departamento de Jornalismo, tendo Fernando Souza como diretor artístico. É, naquela época (idos de setenta) em emissoras de rádio ainda existia o cargo de diretor artístico, hoje desprezado porque é comum o profissional exercer as suas funções na base da intuição, sem alguém que os oriente. É a época do improviso que às vezes até dá certo, mas só às vezes...

Nelson Souza, era inimigo da improvisação e um perfeccionista, na produção dos seus programas que em nada ficavam a desejar aos melhores produzidos na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, nos tempos áureos da radiofonia verde-e-amarela. E na sua "Risolândia", o exemplo vivo de como se pode fazer um bom programa humorístico sem apelações, era uma constante. Ele satirizava políticos e personalidades diversas da nossa cidade com a categoria de um verdadeiro humorista. Aliás, "Risolândia" nada mais era do que a nossa Aracaju, assim como Avilan é o Brasil, hoje, guardadas as devidas proporções.

E o Nelson se foi, na viagem de volta por certo há de encontrar pelo caminho Santos Santana, Carlitto Melo e Silva Lima que o saudarão efusivamente, caindo os três numa estrepitosa gargalhada, lembrando os bons tempos da nossa "Risolândia". Que os anjos todos façam coro com eles, na certeza de que a vida continua e que além do horizonte existe um lugar, bonito e tranquilo, para se gargarhar... parodiando a música de Roberto e Erasmo Carlos.

O Que — Ano III — Aracaju,
de 22 de julho de 1989 — Número 165

Yara Belchior de Sá

PALMAS PARA NELSON SOUZA

Anjos e arcanjos sentaram nos bancos da Praça Fausto Cardoso para, reunidos, chega-

rem a um consenso sobre a viagem de um homem que teria de retornar ao Céu.

Anjos e arcanjos sabem que o riso vem após a tempestade que abre espaço para as estrelas.

Nelson Souza, animado com as chuvas de julho, subiu as escadas de uma tempestade para sorrir cercado por estrelas. É conhecedor do processo reencarnatório e da necessidade que temos de um dia voltar para a vida espiritual.

A Terra, planeta de provas e expiações, hospedou Nelson Souza por sessenta e sete anos. A Deus, aos anjos e aos arcanjos ele sempre pedia, meio acanhado, que não o levasse depois da doença, dor e sofrimento caçados.

Enviados por Deus, anjos e arcanjos decidiram que o homem — pai da "Risolândia" — seria atendido plenamente. Subindo as escadas de uma tempestade de julho, alcançaria as estrelas e de lá ficaria sorrindo, admirando a carruagem que transporta a vida na ida e na volta. E o próprio Tempo a carruagem de que fala.

Ele, o Tempo, monta o retrado de ruas, avenidas, praças, bares, cafés, igrejas, templos, parques, mares, rios, lagos, repartições, escolas, palácios. Depois se encarrega de fazer com que as pessoas animem tudo isso da forma que melhor quiserem, cada qual no seu papel.

Do retrato de Sergipe, do retrato de Aracaju, obteve licença para falar de uma imagem. Sobre o riso incansável de Nelson Goes Souza, radialista, que nasceu na Bahia em 5 de junho de 22 e desencarnou em 14 de julho de 89, em Glória, Sergipe, trabalhando no que mais gostava de trabalhar com um microfone e diante dele o povo. E sempre assim. Da "Risolândia" às solenidades do Palácio Olímpio Campos sempre assim, com um largo sorriso de frente para desarmar os mais aborrecidos e entediados. Durante as suas aparições sempre pedia palmas para este ou aquele. E pedia sorrindo, muito animado. Hoje pedimos palmas para ele, o homem que na época da inexistência do opi, que é a televisão, criou um programa de rádio que atingiu 90 pontos de audiência no Estado de Sergipe — a "Risolândia".

"O programa Risolândia, da Rádio Jornal de Sergipe, marcou época no período dos anos 60, alcançando um nível de audiência jamais verificado em todos os tempos. Era um misto de sátira e protesto em forma de gozação, destinado a ridicularizar determinados comportamentos de ordem político-administrativa, que se caracterizavam como verdadeiros atentados à liberdade de pensamento. Naquele tempo, qualquer crítica, por mais razoável que fosse, estaria sendo encarada como afronta e conseqüentemente se correria o risco eminente de uma reação por parte do poder absolutista. Hoje, quando ouço dizer que não se tem liberdade, eu acho até graça. E em tom de plágio repito Jô Soares: "Eu quero aplaudir"..."

Essa declaração parte de uma entrevista que Nelson Souza concedeu ao **Jornal da Cidade** em 18 de dezembro de 1981, resume o que foi o programa "Risolândia", que rendeu

a Nelson e as sete pessoas que faziam o programa ao vivo, ameaças e cartas anônimas as mais assustadoras possíveis. Até que Nelson foi seqüestrado:

"Certa noite, antes de iniciar o programa, fui raptado por quatro homens armados que depois foram identificados como elementos da polícia. Eles me levaram para uma estrada deserta, onde sofri um verdadeiro massacre. Deixaram-me ali e me disseram que se eu voltasse à cidade e denunciasse o fato eu morreria. Denunciei. Isso não me amedrontou e, pelo contrário me animou para protestar contra a violência que dominava o Estado de Sergipe naquela época."

E como diz o ditado, nada como um dia após o outro. Repousa a cabeça no travesseiro e espera o amanhecer do dia. Naquela entrevista, o radialista Nelson Souza contou que o pessoal do programa sentiu-se muito ameaçado e a "Risolândia" foi arquivada. Depois a candidatura dele, contra a vontade, a deputado estadual pelo PRT (Partido Rural Trabalhista). O PRT, naquela época, 1962, era coligado com o PSD. Nelson explica na entrevista ao J:

Eu trabalhava na Rádio "Jornal, que pertencia ao PSD. Na época, era secretário do Prefeito José Conrado de Araújo. Eu vinha de uma luta muito intensa que estava sendo travada com o então Governador Luiz Garcia, que era da UDN e tinha o apoio de Leandro Maciel. Com isso, Conrado achou de lançar a minha candidatura a deputado estadual contra a minha própria vontade, pois eu não desejava isso. Sempre gostei de fazer política, mas não de participar dela. Fui suplente de deputado, perdendo apenas por dois votos e assumi em 63, no lugar de Raimundo Araújo, que precisou se afastar. Com o movimento revolucionário de 1964, soube que estava sendo cassado através da imprensa carioca pois, nesse dia, estava no Rio. Recebi carinhosas manifestações de solidariedade que muito me compensaram."

Em Sergipe desde 1956, Nelson, que nasceu em 22, dava-se como sergipano, embora tivesse nascido na Bahia. Começou na Rádio Clube de Pernambuco, Rádio Cultura da Bahia e foi fundador da Rádio Juazeiro. Em Sergipe, trabalhou na Difusora, Jornal de Sergipe e Liberdade. No Palácio Olímpio Campos apresentou quase todas as solenidades dos Governos José Rollemberg Leite, Augusto Franco, Djenal Queiroz, João Alves e Valadares. Este último batizou na tarde de sexta 21, a praça do recém-inaugurado conjunto habitacional, Marcos Freire, com o nome de Nelson Souza.

Esposo de Dona Ivone (Ivoneide Andrade de Souza) e pai de Alclone, Kátia e Ivoneide Souza (esta estudante de jornalismo e futura radialista), Nelson veio de uma família de 15 irmãos dos quais quatro estão encarnados e 11 desencarnados.

Nelson Souza queria ver concretizado o Museu do Rádio Sergipano. Falou dessa intenção neste jornal, em janeiro de 87. Outra coisa que pretendia — antes de subir as escadas de uma tempestade para alcançar as estrelas e de lá ficar sorrindo — era viajar até Bariloche.

Isso, poderá fazer, tenho certeza. O espírito desconhece a dificuldade das estradas e das paredes. Quanto ao Museu do Rádio Sergipano, que Sergipe tome conta do pedido. Nelson ficará feliz. Enquanto isso, nada de muito choro. Ele morreu como quis, sem a dor e trabalhando, de repente como o vôo de um arjo provocador. Temos é de bater palmas para ele, como é merecedor. Afinal de contas, como diz o povo, entre nós ele foi demais. Palmas para Nelson Souza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza)

— Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1986

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art.172

Inciso I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1986 (nº 6.777/85, na casa de origem), que instituiu o Programa Nacional de Minerais Estratégicos e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1986 (nº 4.324/84, na casa de origem), que autoriza o Ministério da Agricultura a doar ao Município de Viçosa do Ceará os imóveis que indica, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 137, de 1989, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 47, de 1988 (nº 682/88, na Casa de origem), que proíbe a utilização de clorofluorcarbonetos como propelentes em aerosol do tipo spray e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 138, de 1989, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania

— 4 —

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto da Lei da Câmara nº 200, de 1984 (nº 504/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a possibilidade de os sindicatos de trabalhadores poderem reclamar em juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.

— 5 —
MATÉRIA A SER
DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 202, de 1984 (nº 1.735/79, na Casa de origem), que dispõe sobre o sistema previdenciário dos servidores municipais.

— 6 —
MATÉRIA A SER
DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 1984 (nº 522/79, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 489 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a rescisão do contrato de trabalho, sem ônus para o empregado, durante o período do aviso prévio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ FERREIRA NA SESSÃO DE 14-06-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB — ES. Para breve comunicação.) — Sr. presidente, Srs. Senadores compareço à tribuna do senado por dois motivos nesta oportunidade: o primeiro deles é para formalmente passar à Mesa do Senado Federal o texto de nove trabalhos de anteprojetos que forma elaborados por eminentes juristas nacionais, por ocasião da efetivação do denominado Projeto Ordem Jurídica, organizado por autorização e estímulo da Mesa anterior do senado. Tal projeto consta de trinta painéis visando à elaboração desses textos de leis complementares e de leis ordinárias, necessários como complemento de arcabouço constitucional brasileiro. Ou seja, toda a normatização infraconstitucional começa agora a ser elaborada. E, agora, nesta oportunidade, Sr. Presidente, tenho a satisfação e a honra muito grande de fazer chegar às mãos da Mesa do senado nove dessas peças.

Os referidos textos são os seguintes: o primeiro, é o Anteprojeto de Código do Meio Ambiente. A outros textos já existentes no Congresso Nacional certamente se somará este. Para sua elaboração se contou com eminentes figuras da constelação de juristas do país, dentre elas o Professor Sérgio Ferraz, que foi, inclusive, Relator desse painel; o Professor Paulo Afonso Leme Machado e a Professora Lúcia Valle de Figueiredo, uma eminente Juíza Federal e professora universitária.

Este é o primeiro desses trabalhos. O outro é o Estatuto da magistratura Nacional, Sr. Presidente.

Naturalmente não nos cabe ter a iniciativa desse texto, mas, para que V. Exª possa, se assim o desejar, encaminhar esse trabalho ao Poder judiciário, para que este, depois de o

refundir, conforme entenda, possa fazer retornar ao Congresso Nacional para as providências necessárias. Para a sua elaboração trabalharam, dentre outros eminentes juristas, o Professor Sálvio Figueiredo, de Minas Gerais, o Dr. Carlos Mário Velloso e o Professor Márcio Thomás Bastos, que, no ano passado, era Presidente da ordem dos Advogados do Brasil.

O terceiro desses Códigos, Sr. Presidente, é o texto na nova Lei de Defensoria Pública, que foi decorrência de um painel realizado entre 27 e 28 de outubro de 1988, em que trabalharam o Professor Tércio Lins e Silva, do Rio de Janeiro, os Professores João Mestieri, Carlos Magno Cardoso, lá do Espírito Santo, e diversas outras eminentes figuras do mundo jurídico nacional.

Outro, foi o Código do Consumidor. O novo Código do Consumidor — alias, há quatro Anteprojetos no Congresso Nacional, mas este é mais uma contribuição que se oferece, com a colaboração inestimável da Professora Ada Pellegrini Grinover, que trabalhou muito nesse texto e foi a Relatora desse projeto; do professor Othon Sidou, do professor Eduardo Muylaert, de São Paulo, entre outros.

Mais outro texto, o do novo Código de Menores.

No anteprojeto do novo Código de menores, que foi decorrência de um painel realizado entre 24 e 25 de novembro de 1988, trabalharam, sobretudo, os Professores Alirio Cavalieri, Relator, Liborni Siqueira e Edson Sena de Moraes, além do professor Ary Lopes Ferreira e do próprio Deputado Nelson Aguiar, que é um eminente Deputado Federal dedicado à questão dos menores.

O outro, Sr. Presidente, é o Anteprojeto sobre a nova Lei de Mandado de Segurança, com as inovações que a Constituição trouxe: o mandado de segurança coletivo etc. Nesse painel, que se realizou entre os dias 29 e 30 de novembro de 1988, atuaram a Professora Lúcia Valle de Figueiredo que foi a relatora; o Professor Vicente Grecco Filho, de São Paulo; o Professor Ulderico Pires dos Santos, do Rio de Janeiro; Dr. Paulo Antônio Silveira, do Espírito Santo; e o Dr. Milton Murad, do Espírito Santo, — ex-Presidente da Ordem dos Advogados, Seção Espírito Santo, e atual Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Outro, Sr. Presidente, trata do novo Estatuto do Ministério Público Nacional, também com vistas ao seu encaminhamento ao Ministério Público, para que possa refundir e, subsequentemente, o encaminhar ao Congresso Nacional. Nele trabalharam o Professor Sérgio de Andrea Ferreira, Relator; o Professor Zélio Guimarães da Silva, do Espírito Santo; o Dr. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, do Espírito Santo; o Professor Juarez Tavares, do Rio de Janeiro; e Procurador Inocêncio Mártires Coelho, que deu uma contribuição também da maior valia.

Finalmente, o nono desses documentos é o texto do anteprojeto da nova Lei de Mandado de Injunção. Nele trabalharam os Professores Dr. Romário Rangel, hoje eminente Presidente

de Tribunal Federal, ex-Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, uma figura de grande expressão no mundo jurídico do meu Estado e do País; também o professor Aroldo Limonge, do Espírito Santo; o professor Celso Agrícola Barbi, que foi o relator desse painel; e os Professores Humberto Teodoro Júnior e Adhemar Ferreira Maciel.

Vou passar à Mesa esses nove textos para as providências que considerar devidas.

Sr. Presidente, o segundo motivo de minha presença na tribuna do Senado, nesta oportunidade, é um expediente que recebi, assinado por V. Exª, e que dá conta de que, doravante, haverá uma redução temporária das demandas legislativas individuais no Senado. E pede V. Exª aos Senadores a compreensão, para que, no prazo aproximadamente de três meses, a Assessoria do Senado — uma grande parcela dela, não a totalidade — possa dedicar-se à construção desses anteprojetos da normatização infraconstitucional.

Sr. Presidente, V. Exª encaminhou certamente a cada um dos Srs. Senadores esse expediente, dizendo que a concentração desses trabalhos haveria de absorver de tal maneira a Assessoria que, durante três meses, se dedicaria, portanto, muito mais a isso do que a outros trabalhos que são de rotina da Casa. Excepcionou, naturalmente, a questão de preparação de pareceres técnicos, pronunciamentos que lhe foram solicitados, assim a elaboração de outros trabalhos menores.

O que me motivou, neste segundo aspecto da minha manifestação até agora, foi exatamente solicitar a V. Exª, considerando o exemplo desses painéis que foram construídos com muita dificuldade, com quase nenhuma colaboração material do senado, porque, no meu Estado, se desenvolveram com a colaboração da sociedade civil, recrutando, em todo o País, as figuras eminentes nos diversos setores da atividade que se desenvolvia —, foi exatamente para ponderar a V. Exª no sentido desses trabalhos, para ser promovido o assunto no seio da sociedade civil.

Não leve a assessoria do Senado, que é uma das coisas boas que temos no Senado Federal — não me canso de tecer elogios a essa Assessoria, pela sua dedicação, pelo seu dinamismo, pela presteza com que acode às solicitações dos Senadores —, que a essa Assessoria não fosse entregue o trabalho de elaborar, trancada entre quatro paredes, parte dos anteprojetos concernentes à matéria infraconstitucional. Que ela fosse, sim, uma coordenadora de trabalhos, que até senadores, em diversos Estados, pudessem, quisessem, realizar, como estão sendo realizados esses trabalhos do Espírito Santo, quer dizer, que a Assessoria coordenasse trabalhos no seio da sociedade civil brasileira.

A sociedade civil brasileira tem muito a oferecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional, nessa obra de construção legislativa. Não podemos fazer com que o técnico se antecipe ao que a sociedade pede e já está fazendo. São pessoas da maior importância, são figuras da maior expressão, são pessoas valorosas, esses assess-

sores comandados pelo Dr. Edgar, figura da maior solicitude e do maior dinamismo, com uma operosidade sem par. Não tenho restrição nenhuma a qualquer dos assessores, que é um dos melhores setores do Senado Federal, mas acho também que a este setor deve ser entregue a tarefa de coordenação daquilo que se possa fazer na sociedade civil brasileira. Contatos, inclusive, com figuras eminentes, conheço muitas pessoas que têm textos já idealizados cerebriamente, não como uma manifestação singular delas próprias, mas fruto do recolhimento paciente de informe junto à sociedade civil. Conheço muitos que já elaboraram textos de projetos que podem muito bem ser entregues à Assembléia da Casa aproveitados como contribuição da sociedade civil brasileira.

Peço, portanto, a V. Ex.^a, Sr. Presidente, no momento em que passo à Mesa Diretora dos trabalhos esses nove anteprojetos de lei, que a Assessoria seja orientada no sentido de coordenação do recolhimento de sugestões junto à sociedade civil, porque ela tem muito a oferecer neste campo. No caso específico desse projeto de ordem jurídica, já seria algo que poderia ter continuidade sob os auspícios da própria mesa do Senado Federal.

Solicito isso com particular empenho, porque estou com a efetiva demonstração do que pode ser realmente produzido e espero que a Mesa acolha essa ponderação, ao mesmo tempo em que recebe esses nove textos que já foram elaborados.

Muito obrigado a V. Ex.^a, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JAMIL HADDAD NA SESSÃO DE 9-8-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, li estarecido — estou aqui expressando o sentimento da colônia árabe do meu País — declarações do Sr. Fernando Collor de Mello, de que, caso eleito Presidente da República, ficaria a favor da manutenção dos territórios dos árabes ocupados por Israel.

Neste momento em que é grande o esforço mundial no sentido da pacificação do Oriente Médio; neste momento em que temos participado ativamente dessa tentativa de paz, e que junto à ONU se coloca a possibilidade de um encontro dos países-membros do Conselho de Segurança com a presença de Israel e da OLP, para que possa o povo palestino voltar a ocupar uma área no seu país, a Palestina, neste momento ouvimos desse candidato à Presidência da República a declaração de que ele é de origem semita e que é favorável à manutenção dos territórios ocupados por Israel.

Ora, isto contraria a decisão da Conferência de Balfour, segundo a qual Israel poderia instalar-se naquela área, constituindo-se como país, mas seria também mantido o território na pátria palestina.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, vejam V. Ex.^a as contradições: há cerca de 40 dias, foi levantado um problema relacionado com artigos sobre a vida de Hitler no jornal de propriedade do referido candidato à Presidência da República, os quais deixaram dúvida quanto ao apoio desse candidato, do seu jornal, quanto à política desenvolvida contra os judeus no célebre holocausto. Agora, Sr. Presidente, vê-se o contrário: naquela época levantava-se a suspeição, sem que o candidato nada falasse; mas, neste momento, ele diz, textualmente, que é favorável à continuação dos territórios nas mãos dos judeus, dos israelitas, e que tal será a sua posição se ganhar as eleições.

Senhor Presidente, fui procurado por vários membros de entidades da colônia sírio-libanesa e dos povos árabes, como um todo, de nosso País, revoltados com essas declarações.

Senhor Presidente e Srs. Senadores, V. Ex.^a são testemunhas de que, nesta Casa, apesar de ter uma posição muito clara a favor da OLP, não me tenho pronunciado, em momento nenhum, procurando atingir o povo judeu, já que entendo que o povo judeu, como um todo, deseja a pacificação do Oriente Médio; apenas, alguns componentes do sionismo internacional querem, na realidade, a manutenção do *status quo*.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que queria fazer. Julgo o caso extremamente grave, porque inclusive, acarretam um problema diplomático, neste momento em que se tenta a pacificação no Oriente Médio, sair declarações de um candidato que ocupa, atualmente, nas prévias, uma posição privilegiada.

Senhor Presidente, apesar de uma série de compromissos que terei de cumprir hoje, não poderia deixar de trazer este pronunciamento à Casa.

O Sr. Mário Maia — Permita-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Jamil Haddad, nós, na posição que temos no Senado da República, como Líder do PDT, também estranhamos profundamente a manifestação pública desse presidencialista, que se coloca, neste instante, como representante da vontade nacional, falando em nome do povo brasileiro e assumindo responsabilidades que não lhe cabem. Consideramos que esse moço é resultante de uma situação singular no Brasil, como produto da mídia, que elabora um produto como se fosse uma mercadoria de alta qualidade no mercado político brasileiro. Eu diria que o Sr. Collor de Mello é um fenômeno inusitado do inconsciente coletivo nacional. O povo brasileiro, perplexo diante de várias frustrações decorrentes dos acontecimentos que se desencadearam após o início da retomada da redemocratização no Brasil — começando com a ânsia do povo brasileiro pelas eleições diretas à Presidência da República, em 1984 —, o povo brasileiro, não vendo a

sua esperança concretizada àquela época, depois de ver frustrada novamente essa vontade com a morte de Tancredo Neves —, em seguida, a não concretização da esperança na Assembléia Nacional Constituinte, que elaboraria um documento que seria a panacéia que iria resolver todos os problemas nacionais; posteriormente uma esperança ainda fugidia, mas ainda concreta, de o Presidente Sarney fazer alguma coisa na nova República, quando foi elaborada o Plano Cruzado, e que quase todo mundo acreditou nele, e àquela época, se Sarney tivesse pedido uma coroa de rei, talvez a tivesse obtido, porque mais de 90% das pesquisas indicavam o acerto de Sarney —, diante dessas frustrações, o povo brasileiro passou a procurar o desconhecido, o inexistente, a ilusão. E a mídia, preparada por homens inteligentes, veio ocupar o espaço com essa outra panacéia que é a figura de um Governador que inventou o termo "marajá" para engrupir a consciência jurídica e política nacionais. A mídia está obnubilando, diria até hipnotizando, ou, mais do que isso, anestesiando a consciência nacional. Para nosso pasmo, as lideranças políticas estão sofrendo a mesma consequência, e não poderia ser diferente, porque, como eu disse, é um fenômeno inusitado do inconsciente coletivo nacional, e os políticos brasileiros fazem parte, como indivíduos, desse inconsciente coletivo, e estão agindo pela emocionalidade, abandonando o racional. Por isso chegamos a essa situação exdrúxula, de esse jovem falar em nome dos brasileiros, fazendo discriminação descabidas e racionais que não exprimem a índole democrática do povo brasileiro. Como Líder do PDT, expresso a minha solidariedade, a V. Ex.^a por seu pronunciamento, e a minha solidariedade aos povos árabes, que têm sofrido muito com as intempéries da natureza e também com atos de outras nações, neste momento em que V. Ex.^a externa a sua solidariedade àquele povo amigo. Muito obrigado.

O SR. JAMIL HADDAD — Eu é que agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador Mário Maia.

Todos queremos que o Líbano volte a ser um país livre. Para que isso ocorra, Srs. Senadores, há necessidade imediata da constituição do estado palestino; pois os palestinos que estão no Líbano sofrem atualmente barbaridades, e os próprios libaneses têm tido suas vidas ceifadas por uma guerra que nos deixa verdadeiramente contristados.

Todos se recordam da chacina de Sabra e Shatila, quando foram mortas centenas de famílias palestinas, de jovens, de crianças. Eu vi um filme a esse respeito. Esses palestinos foram atingidos por bombas napalm, ficaram com seus corpos completamente queimados, carbonizados. Como médico, ao ver aquele filme, me emocionei, porque não acreditava nem quero acreditar que um ser humano possa agir dessa maneira contra outro ser humano. Por isso tenho lutado diuturnamente em favor da paz no Oriente Médio.

Quando vejo esse candidato à Presidência da República insuflar a manutenção do *status quo*, que fará com que não haja paz no Oriente

Médio, não posso deixar de vir a esta tribuna manifestar o meu repúdio pessoal e o dos representantes de países árabes que me procuraram, extremamente revoltados com tal atitude.

Agradeço a V. Ex.^a, nobre presidente, a oportunidade que me deu de poder alongar-me um pouco. Voltarei a este assunto em outra oportunidade, dependendo da evolução dos fatos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EDISON LOBÃO NA SESSÃO DE 9-8-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, a questão de ordem V. Ex.^a já decidiu, veio o requerimento e a palavra do eminente Senador Maurício Corrêa. Quanto ao adiamento, entendo que a questão já foi demasiadamente adiada. O nome do Dr. Wanderley Vallin da Silva está posto ao exame do Senado há mais de 2 meses e não se conseguiu votar em sessões anteriores. Não podemos dilatar tempo indefinidamente, porque vamos acabar criando uma crise política em torno da indicação de um nome ao cargo de Vice-Governador do Distrito Federal.

Verifiquemos, agora, os argumentos do Senador Maurício Corrêa. S. Ex.^a traz ao conhecimento do Senado um papel apócrifo...

O Sr. Maurício Corrêa — Apócrifo, não! Está aqui o documento, passei-o à Mesa.

O SR. EDISON LOBÃO — V. Ex.^a leu um papel apócrifo, dizendo que não podia declarar a origem do mesmo ou seu autor. Em seguida, passou às mãos do Presidente do Senado um documento, este, sim, oficial, mas não teve o cuidado de passar às mãos de S. Ex.^a também a decisão do Conselho daquele dia e, sim, apenas o voto de um Conselheiro. Declara ainda que, naquela reunião do Conselho, a providência foi aprovada por maioria.

Portanto, o Conselheiro mencionado foi derrotado pela maioria.

Ora Sr. Presidente, estamos habituados a reuniões de colegiados. Aqui, o que estamos fazendo é uma reunião de colegiado. O Senador Maurício Corrêa já declarou que votará contra a aprovação da indicação do Vice-Governador, e, certamente, haverá inúmeros votos a favor.

Então, isto é da natureza dos colegiados, uns votam a favor, outros votam contra. Nas nossas Comissões técnicas, todos os dias temos decisões tomadas por maioria, ou seja, alguns votam contra, outros, a favor. Diariamente acontece isso. Foi o que ocorreu na reunião do Conselho à que S. Ex.^a se refere, dois Conselheiros votaram "não" e diversos outros Conselheiros votaram "sim", aprovando a medida.

Não vi aqui o documento do Conselho que aprovou a medida condenada pelo Senador Maurício Corrêa. Certamente nesse documento estariam as contra-razões daquilo que S. Ex.^a aqui alega.

Ora, Sr. Presidente, eu acho que se está fazendo uma intriga política. Precisamos decidir esta questão. Eu me recordo que, durante a Constituinte — e chamaria a atenção dos Srs. Senadores para isso —, havia um dispositivo colocado no primeiro parecer do Relator-Geral da Constituinte, no Capítulo das Inelegibilidades, dizendo que os candidatos que tivessem processo em andamento seriam considerados inelegíveis. Isto é um absurdo enorme, e o Relator deu-se conta disso, retirando esse dispositivo do seu projeto. O que se quer fazer aqui, agora, é muito mais do que isso. O Dr. Wanderley Vallin da Silva não está sendo processado, que eu saiba, por nada. No entanto, como há uma menção, uma citação, vamos, então, condenar o Vice-Governador simplesmente porque está sendo mencionado em alguma coisa?

Isto é o fim do mundo. Devemos decidir agora e de acordo com a nossa consciência. O Senador Maurício Corrêa votará contra, e nós votaremos a favor. Vamos decidir esta questão.

CENTRO GRÁFICO

ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO Nº 1/89

O Presidente do Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal, no uso de sua competência regulamentar e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 21 do Ato da Comissão Diretora nº 10/79 (Regulamento do CEGRAF), resolve:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 4º do Ato nº 2, de 1986, do Conselho de Supervisão, passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se para §§ 3º e 4º os atuais §§ 2º e 3º:

"Art. 4º

§ 1º A participação financeira do servidor será calculada de acordo com os percentuais fixados nas Tabelas constantes do Anexo a este Ato, e incidirão sobre o valor total das despesas realizadas.

§ 2º As despesas decorrentes do atendimento dos dependentes enumerados nos incisos VI e VIII do art. 9º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1986, serão pagas, de acordo com as Tabelas constantes do Anexo a este Ato, até o limite máximo de 5.400 CH (Coeficiente de Honorário Médico), por ano, ficando o pagamento do valor que exceder a esse limite sob a responsabilidade do servidor.

§ 3º

§ 4º

Art. 2º Fica o Centro Gráfico autorizado a republicar o Ato nº 2, de 1986, do Conselho de Supervisão, com as alterações introduzidas por este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília — DF, 1º de agosto de 1989. — Senador *Mendes Canale*, Presidente do Conselho de Supervisão do CEGRAF.